



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JAILSON DIAS DE OLIVEIRA

MDB E ARENA, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985)

PICOS-PI

2013

JAILSON DIAS DE OLIVEIRA

**MDB E ARENA, MDB E ARENA, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime
militar (1964-1985)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Ms. Marylu Alves de Oliveira.

PICOS-PI

2013

Eu, **Jailson Dias de OLiveira**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 24 de abril de 2013.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

O48m OLIVEIRA, Jailson Dias de,
MDB e ARENA, cultura política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985)/Jailson Dias de Oliveira. – 2013.
CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (100p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Profª. Ms. Marylu Alves de Oliveira.

1. Política. 2. Picos. 3. MDB e ARENA. 4. Bipartidarismo. 5. Cultura Política. I. Título.

CDD 981.812 22

JAILSON DIAS DE OLIVEIRA

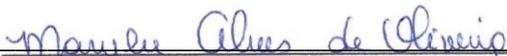
**MDB E ARENA, MDB E ARENA, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime
militar (1964-1985)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciada em História.

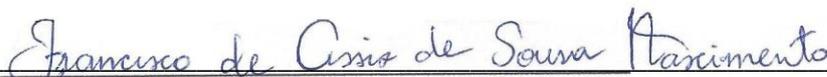
Orientadora: Prof.^a Ms. Marylu Alves de Oliveira.

Aprovada em: 16 / 04 / 2013

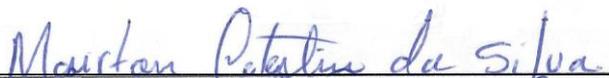
BANCA EXAMINADORA



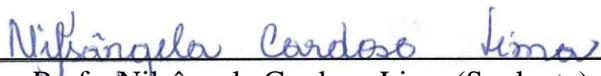
Marylu Alves de Oliveira (Orientadora)
Mestre em História do Brasil



Prof. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Examinador)
Doutor em História Social



Prof. Mairton Célestino da Silva (Examinador)
Mestre em História Social



Prof.^a Nilsângela Cardoso Lima (Suplente)
Mestre em História do Brasil

AGRADECIMENTOS

Tantos são os empecilhos que nos são apresentados ao longo das inúmeras etapas dos quais nossa vida é formada. Etapas difíceis que exigem esforço e dedicação que tornam as conquistas recompensadoras. Não existe glória sem luta, já ouvi alguém dizer, essa glória advinda de uma árdua batalha não pode ser superada sem pessoas especiais que estão ao nosso lado nos momentos mais difíceis. Não importa o quanto sejamos capazes, jamais seremos completos sozinhos, a necessidade de alguém que nos apoie ao longo dessa caminhada se faz imprescindível para que a almejada vitória seja alcançada.

A realização desse trabalho acadêmico é mais uma dessas etapas da vida que exigiram esforço e suor para que em fim fosse concretizado. Sua produção requereu de paciência e dedicação, com um misto de momentos de preocupação com outros de grande júbilo que justificam toda uma existência. Impossível seria tê-lo concluído sem a participação de algumas pessoas fantásticas cuja importância do apoio é inquestionável e imensurável.

Agradeço antes de tudo aos meus pais que sempre estão comigo, manifestando-se tantas vezes com palavras de apoio e encorajamento. À minha mãe, Rita Irene de Oliveira, por representar o supremo exemplo da minha vida e nunca ter medido esforços no seu intuito de me ver progredir intelectual e profissionalmente. Pessoa dona de grande seriedade e compromisso moral, cujo amor por seus filhos não pode ser medido. Representa o supremo orgulho da minha vida. Durante muito tempo me perguntava a quem deveria admirar, e a resposta sempre esteve ao meu lado, minha mãe. Ao meu pai, a quem muito amo e respeito, e que em tantos momentos demonstra orgulho pelos seus filhos, não medindo esforços para nos ver felizes. Muito o amo.

Ao meu irmão Jarbas Antônio Dias de Oliveira, que tão cedo nos deixou, mas vivo permanece em nossos corações. Jamais será esquecido. À minha irmã Jany Irene Dias de Oliveira Carvalho, que dividiu tantos momentos pesados, alegres e inesquecíveis. Ao meu sobrinho Bruno Marques Borges Oliveira, a quem aprendi a amar, assegurando, desde pequeno, um lugar especial em meu coração.

À minha professora e mentora Marylu Alves de Oliveira. Apesar de tão jovem, uma intelectual cujo brilho serve de farol nessa busca por conhecimento. Sempre disposta a auxiliar, orientar, sugerir, tendo sempre algo útil a dizer, mesmo em momentos difíceis. A sua fascinante inteligência desperta admiração e respeito em quem a conhece, sempre mantendo o profissionalismo do ofício de professora e historiadora, e ainda assim, despertando e

cativando a amizade. Nem todas as palavras de nosso vocabulário seriam suficientes para expressar a imensidão da minha gratidão por você.

Aos meus professores Johnny Santana, Ana Paula, José Lins, Frederico Osanan, Olívia Candeia, Mairton Celestino, Raimundo Nonato, Francisco Nascimento, obrigado por comigo dividir seus conhecimentos e experiências, a todos admiro.

A todas as 18 pessoas que me concederam as necessárias entrevistas que tornaram possível a confecção desse trabalho e cujos depoimentos me permitiram viajar não para um lugar físico, mas sim para um lugar temporal, o passado.

Aos meus colegas de classe: Wilson Paulo, José Waldir, Theydson Willer, Bismarck Santos, Leonardo Roberto, Eduardo Almeida, Joyce Nunes, Gerlândia, Millena Santos, Ivanete Matildes, Maura Brito, Raila, Jaqueline e Ítala.

Aos meus colegas de trabalho, Edson Costa, Erivan Costa e Marta Soares por tornaram nosso ambiente tão prazeroso e propício para a sadia prática do jornalismo e do bem viver.

Aos amigos Ricardo José Gonçalves, Evandro Alberto, Renan Nunes, Roger Bezerra.

A todos que fazem a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, foi uma honra suprema ter estudado aqui.

RESUMO

O presente estudo monográfico intitulado: MDB E ARENA, Cultura Política na cidade de Picos durante o regime militar (1964-1985) tem por objetivo analisar a fundação e constituição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na cidade de Picos. Para tanto, buscou-se estudar os momentos que antecederam a fundação dessas duas agremiações que dividiram a cena da política nacional durante as décadas de 1960 e 1970. Através desse estudo pode-se perceber que os partidos estavam sob a esfera de influência de famílias muito poderosas que delas se apossaram e a partir da qual ditavam as regras da vida pública picoense, fazendo de Picos uma cidade de política conservadora, elitista, clientelista e paternalista. Embora os regimes mudassem nacionalmente, com golpes e contragolpes, pouca coisa variava na forma de fazer política dentro da cidade. Através desse trabalho percebe-se o quão particular era o fazer política em Picos, com dois fortes grupos eleitorais se revezando na disputa pelo poder durante o regime militar, processo que não havia na década anterior ao golpe, com uma sigla, a UDN, dominando o cenário local. As entrevistas, capturadas através da metodologia da História Oral, foram utilizadas sobremaneira para reviver esses momentos ainda pouco conhecidos do grande público, e que permitem o entendimento do momento presente vivido pela cidade. E como o passado se desdobra no presente. Este trabalho permitirá ao leitor entender alguns aspectos da atual conjuntura política local.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Picos. MDB. ARENA. Cultura Política. Bipartidarismo.

ABSTRACT

This monographic study titled: MDB AND ARENA, Origin and Foundation: The history of the establishment of political parties and political culture in the city of Picos bipartisanship during the Brazilian military dictatorship (1964 - 1984), aims to examine the foundation and formation of the Movement democratic Brasileiro (MDB) and National Renewal Alliance (ARENA) in the city of Picos. Therefore, we sought to study the moments leading up to the foundation of these two associations that divided the national political scene during the 1960s and 1970s. Through this study it is clear that the parties were under the sphere of influence of very powerful families that took possession of them and from which dictated the rules of public life Pico, making a city of Picos conservative, elitist, paternalistic and clientelistic. Although the regimes changed nationally, with blows and setbacks, varied little in the way of doing politics within the city. Through this work we can see how particular was doing politics in the city, with two strong constituencies taking turns in power struggle during the military regime, there was no process in the decade preceding the coup, with an acronym, UDN, dominating the local scenery. The interviews captured by the methodology of oral history, were used excessively to relive those moments still little known to the general public, and allow the understanding of the present moment experienced by the city. And as the past unfolds in the present. This work will allow the reader to understand some aspects of the current political conjuncture site.

KEYWORDS: Politics, Peaks, MDB, ARENA, Cultural Politics, Bipartisanship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A ORDEM POLÍTICA SOB A ÉGIDE DOS MILITARES: a constituição do MDB e ARENA	15
1.1 Sobre os partidos políticos na República brasileira	18
1.2 Contexto político do bipartidarismo no regime militar	21
1.3 Grupos familiares e poder em Picos	28
1.4 Formação das legendas políticas sob a influência estadual	36
1.5 O multipartidarismo local	40
2 ARENA E MDB: singularidades locais	44
2.1 O secundarismo dos partidos políticos	47
2.2 Câmara Municipal, um poder representativo sem poder	48
2.3 O golpe repercute no Piauí	53
2.4 Em Picos houve medo...e oportunismo	55
2.5 Nascem a ARENA e o MDB	59
3 A DISPUTA ENTRE OS PARTIDOS ESQUENTA	69
3.1 A mudança de grupo	71
3.2 A continuidade de uma estratégia vitoriosa	83
3.3 Uma política elitista e excludente	86
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	94

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho será analisar a constituição das duas legendas que existiam durante o regime militar: MDB e ARENA, tornando possível entender a dinâmica do bipartidarismo local e das relações políticas que imperavam na cidade de Picos, no período que antecedeu ao golpe militar de 1964 e como se desenvolveram essas relações durante os primeiros anos da ditadura. A análise se faz interessante por elucidar um período controverso da história nacional por tratar-se de um regime de exceção, marcado pela coerção e censura. Assim, surgiu uma dúvida sobre como se dava essa relação política em Picos e a relação dos políticos em uma época caracterizada pela cassação de mandatos de opositores ao regime. Percebe-se que sobrenomes famosos se mantêm nas esferas de poder ao longo das últimas décadas, dessa forma estudar o MDB e a ARENA na cidade de Picos é providencial por elucidar como os descendentes de determinadas famílias se sobressaíram.

O interesse em pesquisar e escrever sobre a história política do município de Picos, centro-sul do Piauí, localizado a 316 km da capital Teresina, nasceu do meu trabalho como jornalista, que já exerço a oito anos, acompanhando, nesse tempo, a realização das sessões ordinárias e extraordinárias na Câmara Municipal de Picos, atualmente formada por 15 vereadores. Registre-se que foi possível perceber que todas as questões de caráter decisório sobre a vida pública da cidade são debatidas naquele espaço de exercício do poder, onde um grupo de parlamentares apoia e defende as medidas adotadas pelo Executivo municipal, ao passo que o outro se manifesta desfavoravelmente, promovendo discussões sobre as medidas adotadas pela prefeitura.

Os vereadores não se concentram apenas em torno de questões administrativas, mas debatem alianças políticas no intuito de fortalecer seus partidos e grupos de apoio através da adesão de novos correligionários¹ que venham a alterar o equilíbrio de poder na cidade.

É importante salientar que as pautas, muitas vezes, não apontam apenas para questões específicas, como por exemplo, os debates promovidos no Plenário Vereador Pedro Barbosa² que não dizem respeito apenas à política local, havendo também menções constantes à política do Governo do Estado do Piauí, na região de Picos, já que alguns vereadores tem

¹ Os vereadores procuram atrair novos correligionários para as suas legendas, como forma de alterar o equilíbrio de poder na Câmara Municipal e dessa forma fortalecer o seu grupo político, esteja ele na situação ou oposição, como exemplos recentes podem ser citados os vereadores Zé Luís e José Rinaldo Cabral Filho trocaram o PV e o PMDB, respectivamente pelo PSB.

² O vereador Pedro Barbosa foi assassinado no dia 28 de junho de 2002, na Praça Josino Ferreira, Centro de Picos.

estreita ligação com o governador Wilson Martins³, eleito para o quadriênio 2011-2015. O Governo Federal também entra constantemente na pauta de discussões, especialmente no que se refere à execução dos seus programas sociais, como o Bolsa Família e o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Mesmo se constituindo em um local de representação política, onde pessoas eleitas pelo voto direto – vereadores - debatem leis e projetos de interesse da população, o surgimento de grupos politicamente organizados como o Muda Picos, o SINDISERM e o SOS Uespi fazem notar que setores da população não estão apenas esperando que as decisões sejam tomadas, mas querem participar efetivamente dessas deliberações, seja através de sugestões ou da pressão para a aprovação de medidas consideradas favoráveis, ou mesmo para cobrar atitudes mais efetivas⁴. Com isso, é possível perceber que em tempos democráticos é possível visualizar de forma mais efetiva o grau de politização de uma sociedade.

No entanto, a história política do município de Picos ainda não é conhecida pela grande maioria da população⁵. As gerações mais jovens, que começam a fazer uso do direito ao voto, não sabem o que levou a cidade de Picos a possuir a atual conjuntura, que está diretamente ligada à política promovida nas décadas passadas, especialmente as que se referem à ditadura civil-militar, quando apenas dois partidos: Arena – Aliança Renovadora Nacional e MDB – Movimento Democrático Brasileiro⁶, podiam disputar eleições em cidades pequenas e de médio porte, que não eram consideradas pelo Governo Federal, estratégicas para a segurança nacional⁷.

Mesmo com o surgimento de organizações que fiscalizam e cobram medidas mais efetivas por parte dos governantes, é preciso ampliar os estudos em torno da história política recente do país, que por 21 anos viveu sob a égide de uma ditadura civil-militar, responsável pelo desaparecimento de cidadãos brasileiros e por um notável, porém temporário e mal distribuído, crescimento econômico.

³ Quando do início desse trabalho o presidente da Câmara Municipal de Picos era o vereador Iata Anderson (PSB), sobrinho do Governador Wilson Martins.

⁴ Professores lotam Câmara de Picos e cobram sanção do Plano de Carreira Cargos e Salários da categoria. www.gp1.com.br, notícia publicada em 15/03/2012. Acessado em 15/04/2012.

⁵ Durante as pesquisas pude constatar que ainda há um desconhecimento histórico de muitos setores da população de Picos. As pessoas mais idosas demonstram ser o repositório do conhecimento do local sobre inúmeros acontecimentos que precisam ser melhor analisados.

⁶ Griberg, Lúcia. *Arena, partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a aliança renovadora nacional – 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

⁷ Os militares decidiram que em 66 cidades os prefeitos seriam nomeados pelos Governadores. Ver: Griberg, Lúcia. *Arena, partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a aliança renovadora nacional – 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Se havia a proibição da realização de eleições diretas através do voto popular para presidente, governador e prefeitos de capital, expresso na nova Constituição da República aprovada no Congresso Nacional em 04 de janeiro de 1967, o mesmo não pode ser dito sobre a cidade de Picos, onde ocorriam eleições regulares, dentro das determinações do regime em vigor, e dois grupos se alternavam no exercício do poder, disputando a preferência do eleitorado picoense.

Através dos sobrenomes das lideranças será possível perceber que as famílias e grupos que orbitam em torno dessas práticas políticas tinham um peso maior que as legendas que estas integravam. As entrevistas e pesquisas são esclarecedoras quanto a esse ponto, e permitirão ao leitor uma compreensão mais ampla da política picoense. Desde cedo, nos primeiros anos do regime militar, ficou claro a importância das famílias na busca pelo poder na cidade de Picos, cuja fidelidade a elas pesava sobremaneira. A agregação dos políticos as legendas aconteceria sobremaneira de acordo com a indicação dos líderes.

A disputa se mostrava tão equilibrada que nas eleições para prefeito de 1966, o médico Oscar Eulálio, filiado ao MDB, conseguiu se eleger prefeito, derrotando o partido governista, Arena. Dessa forma, se faz imprescindível estudar como se dava o desenvolvimento da política municipal e qual a influência que os ditames governamentais, a partir de Brasília e de Teresina, tinham sobre a vida política picoense, e sobre a vida da população como um todo, entre o período de 1964 e 1979. O estudo da formação e o início do desenvolvimento dos partidos permitirá entender a lentidão na mudança das práticas políticas vigentes no município de Picos, e que, após a ascensão dos militares ao poder, as eleições transcorreriam sob a égide do regime, mas com as suas especificidades locais.

A instituição do bipartidarismo brasileiro se tornou uma realidade com a promulgação por parte do marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, do AI-2 (Ato Institucional nº 2) que extinguiu os partidos políticos, e do CA-4 (Ato Complementar nº 4) que determinou a organização das duas novas legendas. O objetivo dos militares era seguir a tradição mexicana⁸, com um partido governista sempre vencendo as eleições e o outro, oposicionista, eternamente derrotado. Mas no decorrer dos “anos de chumbo” esse sistema não mostraria a mesma eficiência do modelo importado, já que as eleições para o Congresso Nacional e prefeitos das cidades pequenas e medianas seriam usados, muitas vezes, como uma forma de protesto e referendo contra o regime.

⁸ No México, durante todo o século XX, dois partidos lutavam pelo poder, sempre com a vitória do PRI (Partido Revolucionário Institucional), até o ano 2000 quando o PMN (Partido da Ação Nacional) conseguiu sua primeira vitória. Ver: Kucinski, Bernardo. *O Fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

Deve-se enfatizar que antes da tomada do poder pelos militares, em 31 de março de 1964, pelo menos 11 partidos⁹ disputavam a preferência do eleitorado brasileiro. Os integrantes dessas agremiações que não tiveram seus direitos políticos cassados organizaram as novas legendas conforme a orientação do regime em vigor. A adesão dos homens públicos¹⁰ em todo país às novas agremiações garantiu uma certa legitimidade de poder aos dois partidos, uma vez que eram formados por políticos profissionais com longa atuação na vida pública brasileira.

Entender a importância desses acontecimentos na cidade de Picos é significativo porque a história local está intrinsecamente ligada aos acontecimentos nacionais, com figuras que se projetaram nesse período, destacando-se os nomes do ex-senador Helvídio Nunes de Barros, expoente da Arena e o protegido do presidente do Congresso Nacional Petrônio Portella, além de Severo Eulálio que chegou a exercer o mandato de deputado federal pelo MDB, último picoense a fazê-lo.

Destaca-se, portanto, que o período a ser estudado abrange os anos anteriores a 1964, em que os militares, contando com apoio de setores da sociedade civil, chegaram ao poder, e se desdobra até 1970, quando o regime já estava consolidado. Por esse recorte temporal será possível descobrir e entender qual era a cultura política praticada no município de Picos. Através desse estudo teremos uma possibilidade de entender como os políticos picoenses da época receberam as mudanças deflagradas pela ascensão golpista dos militares, e como ocorreram as lutas políticas entre a ARENA e o MDB em âmbito local.

Sondagens iniciais junto a pessoas que viveram no período estudado mostram que os líderes picoenses souberam da nova ordem política em vigor no país, mas não esboçaram nenhuma uma reação, aceitando quase que de imediato a nova orientação política¹¹.

Nos livros de atas da Câmara Municipal de Picos consta que no dia 06 de março de 1964, ano em que vigorava a quinta legislatura do poder legislativo municipal, presidida pelo vereador e comerciante Isaac Batista, foram realizadas três sessões ordinárias consecutivas, a sétima, a oitava e a nona, algo que poderia corresponder a todo o mês vigente. Nessas sessões, consta que a aprovação por unanimidade dos balancetes referentes aos meses de novembro e dezembro de 1963, encaminhados pelo então prefeito municipal de Picos, João de Deus Filho, foram os acontecimentos mais importantes. Na oitava e nona sessões imperam a expressão:

⁹ Ver: Soares, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

¹⁰ No entender do autor, homens públicos são aqueles que deixam a esfera do pessoal e passam a disputar cargos eletivos, cargos públicos, assim suas vidas passam a ser de interesse da coletividade.

¹¹ Podem ser citados José Ribamar Macedo, Oneide Rocha, Olívia Rufino, dentre tantos outros que serão estudados nas próximas páginas.

“nada havendo a tratar”, ao que a reunião era finalizada e a ata assinada pelo presidente. Depois disso, há uma lacuna de quase um mês sem que os vereadores se reunissem oficialmente no plenário da Câmara, o que leva a crê que os debates estavam ocorrendo extraoficialmente.

A décima sessão ordinária do ano de 1964 foi realizada apenas no dia 03 de abril de 1964, portanto, após o Golpe militar que desestruturou o país. Mas os vereadores não fizeram menção sobre esse fato na Câmara Municipal. Nesse mesmo dia ocorreu algo similar ao mês anterior, com a realização de três sessões consecutivas, inexistindo qualquer referencia ao novo regime e ao novo presidente do país, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Esse primeiro olhar sobre as fontes documentais deixa claro que o método-técnica da História Oral se revelou um caminho próspero para o sucesso da pesquisa, uma vez que os líderes políticos do período estudado, ou os descendentes desses líderes, se constituíram em fontes preciosas de informação. Portanto, as “entrevistas” temáticas foram o modelo adotado, útil por se referir “[...] as experiências ou processos específicos, vividos ou testemunhados pelos entrevistados”¹², não descartando a análise e interpretação dessas fontes.

Com a amplitude de ação oferecida pela metodologia da História Oral torna-se possível descobrir aquilo que os documentos não revelaram, e proporcionar justiça àqueles cujas vozes foram silenciadas pelo tempo ou pelas circunstâncias da época. “A História Oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os privilegiados e os derrotados”¹³.

Por se tratar de entender a política de toda uma cidade em um determinado período de tempo (1964-1970), este trabalho usa como referencial a Nova História Cultural de Roger Chartier, destacando-se sua publicação: *A História Cultural: entre práticas e representações*, buscando analisar detalhadamente as transformações do quadro político local e o pensamento não apenas daqueles que tomavam as decisões, mas o olhar dos governados, que acompanhavam esses processos de mudanças, assim analisando em suas falas *as representações* que construía sobre o mundo social, assim como podemos perceber *as lutas de representações* que se travaram entre os grupos políticos¹⁴.

¹² DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. 2º ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010. p. 22.

¹³ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

¹⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Assim, por trata-se de um conjunto de atividades que regiam ou orientavam um determinado grupo na tomada de suas decisões e conduções políticas na busca pelo poder do exercício administrativo público, também se faz útil o pensamento de Serge Berstein, que define mais claramente a *cultura política* como um conjunto de códigos no seio de um partido ou grupo político¹⁵.

Para melhor entendimento e uma análise mais profunda do tema, este trabalho se encontra dividido três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma breve contextualização da vida pública brasileira antes do golpe militar de 1964, destacando os partidos políticos que vigoravam nessa época, bem como sua extinção e consequente fundação da Arena e MDB, tentando compreender porque os militares permitiram a existência de um partido de oposição. Também será realizada a contextualização da vida pública picoense e quais os principais partidos que vigoravam nesse momento, bem como se dava a relação entre eles.

No segundo capítulo faremos uma apresentação das duas legendas logo após a sua fundação, destacando-se os principais nomes daqueles que aderiram aos novos partidos. Também será analisada a adesão dos grupos políticos às duas novas legendas, explicitando como o bipartidarismo foi recebido na cidade de Picos por parte daqueles que estavam integrados a vida pública através do exercício de cargos de confiança e eletivos.

No terceiro e último capítulo, estudaremos a fisiologia de cada agremiação, se eram realmente rivais e como ocorriam as disputas eleitorais, principais estratégias na busca dos votos e os comícios. O revezamento no exercício do poder executivo municipal e sua composição no legislativo merece especial atenção, pois as rivalidades partidárias permitiram uma alternância significativa para a época, como não aconteceria nos 20 anos seguintes¹⁶. Serão analisadas as famílias que saíam beneficiadas nas disputas. Também entenderemos se as disputas eleitorais se revertiam em rivalidades pessoais.

¹⁵ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

¹⁶ Entre 1982 e 2004 o município de Picos foi governado pelo médico Abel de Barros Araújo (PSD/PFL) e José Neri de Sousa (PP), que se alternavam nas vitórias eleitorais. Esse revezamento se interrompeu com a vitória do empresário Gil Paraibano (PMDB), nas eleições de 2004.

1 A ORDEM POLÍTICA SOB A ÉGIDE DOS MILITARES: a constituição do MDB e ARENA

Após 15 anos de governo, oito como ditador, o presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, aceitou por um fim ao seu regime e convocar novas eleições que além do presidente deveriam escolher o Congresso Nacional que redigiria a nova constituição do país. No entanto, movimentos populares como o “Queremismo,” organizado por trabalhadores que haviam conhecido direitos trabalhistas apenas sob a égide do Governo Vargas queriam a permanência do ditador “com ou sem constituição”¹. Há muito, a historiografia oficial apontava a participação do governo federal como principal fomentador e financiador desse movimento continuísta, no entanto, novas pesquisas² discorrem que tais manifestações surgiram espontaneamente. Apenas depois de perceber o seu potencial agregador o Ministério do Trabalho teria se prontificado a apoiá-lo, auxiliando no seu crescimento, apostando que poderiam reverter a queda iminente de Vargas, garantindo assim, a sua permanência a frente dos destinos do país.

Vale ressaltar que inicialmente os “queremistas” – formados em sua maioria por trabalhadores dos grandes centros urbanos – desejavam a permanência do ditador “com ou sem constituição” – no entanto o movimento cresceu e se organizou. Seus líderes entenderam que era necessária a redação de uma nova carta magna para o bem do país, mas o apoio a Vargas permanecia incólume. Cientes dessa grande força popular e do perigo de ver Getúlio Vargas se perpetuar no poder, líderes da UDN – União Democrática Nacional – recorreram ao Exército brasileiro alertando para a possibilidade de mais um golpe do ditador:

Em 21 de setembro, a UDN inaugurou a prática, comum em suas fileiras durante os 19 anos seguintes, de recorrer às Forças Armadas para a resolução de seus próprios problemas políticos. O secretário-geral do partido, em carta ao general Góis Monteiro, “pediu garantias indispensáveis à liberdade do pleito”.³

Através de constantes pedidos de intervenção os militares brasileiros seriam impelidos a participar ativamente da vida política do Brasil, não apenas como um braço do

¹ O pesquisador Jorge Ferreira trabalha o *Queremismo*, movimento espontâneo que desejava a permanência de Getúlio Vargas, mesmo sem constituição. Ver: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

² Ver: FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005.

³ Idem, p. 69.

poder, mas, segundo Boris Fausto, como uma nova forma de “Poder Moderador”⁴, mediando as disputas entre os civis quando estas chegavam a um impasse ou destoassem de seus próprios interesses direitistas. Entre os anos de 1946 a 1964, a política nacional foi marcada por tentativas de golpes e contragolpes, sempre contando com a participação de setores das Forças Armadas. Várias foram as participações, como a “Carta dos Coronéis”, documento redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva, que exigia a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho. Um dos momentos mais interessantes tratou-se da tentativa do político e jornalista Carlos Lacerda e de um grupo de golpistas de impedir que Juscelino Kubitschek de Oliveira tomasse posse como presidente da República, tentativa essa abortada pelo general Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra⁵.

É certo que a própria República nasceu através de um “golpe de estado”⁶ impetrado pelos militares do Exército, insatisfeitos com a política imperial do chefe do Conselho dos Ministros de Dom Pedro II, o Visconde do Ouro Preto. Outros episódios como a derrubada da chamada “República Velha” e a ascensão de Getúlio Vargas só foram possíveis graças a participação de alguns de seus militares mais ativos, os marechais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, mas entre os anos de 1946 e 1964, os militares brasileiros, diferente do que aponta Boris Fausto no conceito utilizado anteriormente, em nossa concepção, atuariam como uma espécie de “poder interventor” arbitrando questões de política nacional através da imprensa, do lançamento de “manifestos” e dos temidos golpes e contragolpes. Portanto, em um período marcado pela instabilidade política e ao mesmo tempo participação popular, quando não se respeitavam as eleições ou a própria constituição, as armas sempre teriam um papel fundamental a desempenhar, agindo como um poder parcial em prol das forças mais conservadoras do país.

Levados a combater na II Guerra Mundial através da FEB (Força Expedicionária Brasileira) os militares brasileiros perceberam a contradição de lutar ao lado das democracias ocidentais – Estados Unidos da América e Inglaterra – contra as ditaduras de orientação fascista – Alemanha e Itália. Esse acontecimento contribuiu de forma significativa para a derrocada de Vargas e a ascensão de um novo regime baseado em uma democracia representativa, onde o presidente voltava a ser escolhido através de eleições “livres”, do qual

⁴ Instituído por Dom Pedro I na Constituição de 1824 o Poder Moderador tinha a função de mediar as ações dos demais poderes. Ver: FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

⁵ Ver: TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁶ Ver: CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

participaria toda população brasileira. No entanto, essa liberdade aconteceria sem deixar de lado a tutela das Forças Armadas como juízes das questões políticas⁷.

Deve-se mencionar que setores consideráveis das Forças Armadas no pós-guerra possuíam um pensamento direitista marcado pelo anticomunismo xenófobo, sofrendo grande influência dos Estados Unidos da América e de sua política de rivalidade contra os países do leste europeu. Tanto que, ainda em 1947, o então presidente do Brasil, o general Eurico Gaspar Dutra, rompeu relações diplomáticas com a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) alinhando o Brasil aos interesses americanos. Tal decisão trouxe implicações internas como a decretação de ilegalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a consequente cassação dos cargos eletivos e direitos políticos dos seus líderes. Jacob Gorender em seu livro “Combate nas trevas”⁸ narra a inabilidade política do senador Luís Carlos Prestes, líder maior do partido. O “Cavaleiro da Esperança” só acreditou que perderia o mandato após vê-lo cassado em sessão ordinária do Senado Federal. Até o ano de 1986 – quando foi novamente posto na legalidade pelo então presidente José Sarney – o PCB atuaria clandestinamente. Muitos de seus quadros buscariam outras agremiações para galgar cargos políticos e manter a influência comunista na vida política nacional.

Mas além do alcance das Forças Armadas, das tentativas de golpe e contragolpe, o período de 1946-1964, pode ser definido como uma “breve experiência democrática”, pois havia uma constituição que discorria sobre a vida pública dos cidadãos e seus direitos e deveres, estabelecendo regras, ainda que dúbias sobre as eleições para presidente da República. Soares aponta, no entanto, que a derrocada de Vargas não significou uma revolução, uma vez que as bases de sustentação da sociedade não foram alteradas, houve uma “abertura” para a participação popular da vida política do país e consequente organização dos partidos políticos que concentrariam indivíduos com interesses em comum:

Os partidos políticos não nascem feitos. Eles começam em algum lugar, com algumas pessoas e com alguns recursos; às vezes com alguma ideologia e alguma proposta para a sociedade que desejam construir. Se bem sucedidos, crescem; se não, definham, vegetam ou desaparecem⁹.

Durante a República Velha não existiam os partidos de âmbito nacional, apenas as agremiações estaduais, os Partidos Republicanos. Não havia possibilidade de os Estados

⁷ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

⁹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 65.

contrariarem os interesses da União individualmente, pois isso significaria a sua derrocada financeira. O poder do presidente era amparado no poder local através dos coronéis que davam sustentação aos governadores que por sua vez escolhiam o presidente em eleições fraudulentas¹⁰. Os partidos políticos, portanto, não possuíam uma ideologia, apenas o interesse em perpetuar regalias e a manutenção de uma democracia liberal excludente.

1.1 Sobre os partidos políticos na República brasileira

O primeiro partido brasileiro fundado a partir de uma ideologia foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), constituído ainda em 1922 e de orientação Leninista¹¹, portanto, pró União Soviética, de onde recebia financiamento e para onde poderia enviar seus filiados para treinamento e doutrinação¹². Mesmo posto na ilegalidade o partido soube se manter ativo graças a sua forte ideologia e a “uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e nas principais cidades”¹³. Soares aponta que posto fim ao Governo Vargas o PCB estava apto a disputar eleições nos centros urbanos:

Era forte nas cidades e fraco no campo. No Brasil de 1945, ainda predominantemente rural, ser fraco no campo significava deixar de concorrer pela conquista dos corações e mentes da maioria da população – assim como pelos seus votos. “Por isso o PCB foi forte competidor nas eleições para prefeito das capitais e das grandes cidades, mas para os governos estaduais. Perdeu feio no interior”¹⁴.

Como por forças de uma série de conjunturas internas e externas, o PCB foi novamente posto na ilegalidade em 1947, e pelo menos 11 partidos políticos dividiram a vida pública nacional, embora nem todos tenham conseguido abranger todo o território nacional tornando-se agremiações meramente regionais:

[...] é lícito concluir que, organizacionalmente, o período de 1945 a 1964 teve apenas seis partidos nacionais: PSD, UDN e PCB, desde o início; e PTB, PSP e PRP, que construíram suas bases organizacionais. Entretanto, eleitoralmente, a qualificação do PSP e do PRP como partidos nacionais é

¹⁰ Ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

¹¹ Jacob Gorender narra a história da esquerda brasileira e discorre sobre a fundação e crescimento do PCB. Ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

¹² Os brasileiros faziam cursos de guerrilha na União Soviética sobre financiamento daquele país. Para saber mais Ver: MORAIS, Fernando. *OLGA: A vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo Governo Vargas*. 17º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹³ SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. cit. p. 66.

¹⁴ Idem, p.66.

discutível, devido a alta porcentagem de seus votos oriunda de poucos estados¹⁵.

Como a abrangência nacional do PSP e PRP é questionável, restam, portanto, três partidos que de fato influíam sobre a vida política de todo o país, possuindo um índice de representação considerável, ainda que eleitoralmente fossem mais fortes em alguns estados e em outros sofressem séria deficiência de representação, são eles: UDN, PSD e PTB. Durante os 19 anos da experiência democrática esses três partidos concentraram as atenções do país, especialmente nas eleições para presidente da República. Foi frequente a dobradinha PSD-PTB, que em pelo menos três ocasiões garantiu a vitória eleitoral para o seu candidato a presidente da República; em 1945, com a vitória do general Eurico Gaspar Dutra; em 1950, com a vitória de Getúlio Vargas e em 1955, com a vitória de Juscelino Kubitschek de Oliveira. A única derrota ocorreu em 1960, quando Jânio Quadros, filiado ao PSP, aliou-se a UDN e conseguiu bater o general Henrique Teixeira Lott, única eleição que a UDN não tentou impugnar¹⁶.

Mesmo assim a União Democrática se viu despojada da possibilidade de fazer aquilo que sempre quis, governar os destinos do país, uma vez que se dispôs com o presidente e voltou a oposição até que Jânio Quadros, em uma tentativa frustrada de golpe de estado, renunciou a presidência da República. Após uma série de negociações a presidência voltou para o PTB na pessoa de João Goulart, o “Jango”, herdeiro político de Getúlio Vargas¹⁷.

Embora não fossem institucionalmente organizados, ao final do regime de Getúlio Vargas, a UDN e o PSD já possuíam as bases socioeconômicas do que seria um partido político, Soares explica que a organização desses dois partidos tratou-se apenas da organização de suas lideranças, conseguindo uma rápida disseminação junto às pequenas cidades do país, onde firmaram bases eleitorais. Os dois partidos em questão mantiveram-se fortes especialmente nos primeiros anos do pós-1945 quando obtiveram êxito nas eleições. No entanto, esse êxito não se manteve constante, verificando-se uma queda acentuada nos votos das duas legendas que perderam fôlego nos grandes centros industriais e ficaram relegados a pequenas cidades.

O PSD entraria em franco declínio nas eleições subsequentes. Situação diferente foi verificada no PTB cujo cacife eleitoral foi crescendo a cada eleição, aumentando a sua representatividade nas cidades e no Congresso Nacional, contando também com quadros do

¹⁵ Idem, p. 69.

¹⁶ Ver: SIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁷ Ver: TAVARES, Flávio. Op. cit.

PCB, que permanecia na ilegalidade. Formando em grande parte por militantes do movimento “Queremista”, o PTB contou como uma de suas principais lideranças o ministro do Trabalho, senador, vice-presidente e depois presidente da República, João Goulart, que comandava uma poderosa ala dentro do partido e conseguiu se firmar como liderança maior da agremiação e herdeiro político de Getúlio Vargas, eleito por duas ocasiões consecutivas vice-presidente do Brasil, alcançando, por fim, a presidência quando da renúncia de Jânio Quadros nove meses depois de tomar posse¹⁸.

Portanto, essa era a situação da política do Brasil pré-1964, 11 partidos políticos dos quais apenas três tinham efetiva representatividade popular e, conseqüentemente, grande maioria no Congresso Nacional. Um período marcado pela constante intervenção militar nas altas questões nacionais denotando a instabilidade com tentativas de golpe e contragolpe, até a eclosão do movimento que depôs o presidente constitucional, João Goulart, e alçou os detentores do poder armado, como novos mandatários do país.

A situação vivida na esfera pública entre 1946-1964, com a “Guerra Fria” atingindo seu auge no contexto internacional e uma série de imposições de regimes ditatoriais nos países vizinhos, somado a instabilidade interna, profetizava a situação na qual o Brasil seria mergulhado nos 21 anos seguintes, com um regime de exceção marcado pelo autoritarismo e pelas violações aos direitos humanos. Para Kusinski o medo causado pelo regime foi a principal característica de um sistema que estimulava a delação:

O famoso regime militar era, na realidade, um estado policial, consequência natural da primazia da luta contra o ‘inimigo externo’. Subversão combate-se muito mais com vigilância, delação, espionagem e tortura, do que com tanques e canhões¹⁹.

Havia, portanto, um regime que aproveitava o medo e a histeria existentes nas pessoas, especialmente nos grandes centros urbanos, considerados estratégicos. No regime militar, a principal suspeita recaía sobre entes considerados “subversivos” – palavra muito utilizada e que designava pessoas que simpatizavam com tendências esquerdistas. Os militares tentaram doutrinar o pensamento de todo um país, desejando que o Brasil se tornasse um grande estado hierarquizado, onde até a população civil adotaria indiretamente os ritos dos militares, em especial a obediência. Os estudantes, universitários, professores universitários,

¹⁸ FERREIRA, Jorge. Op. cit.

¹⁹ KUCINSKI, Bernardo. *O fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Contexto, 2001. p.11.

artistas, desempenharam um papel de resistência intelectual aos ditames da ditadura, sendo enquadrados, portanto, como subversivos²⁰.

Como dito no início deste capítulo, a UDN recorreria aos militares durante os 19 anos da experiência democrática, sempre que se visse na iminência de uma derrota política ou eleitoral. Por duas ocasiões, os líderes udenistas tentaram impugnar as eleições presidenciais que reconduziram Getúlio Vargas e depois Juscelino Kubitschek a chefia democrática do país.

Alguns dos principais líderes políticos da UDN foram membros entusiastas de alternativas militares e de tentativas de deposição, destacando-se o já mencionado Carlos Lacerda. Ex-comunista e anti-getulista ferrenho, o advogado por formação e jornalista por vocação dirigiu ataques virulentos e encabeçou campanhas, como a tentativa de privatização da exploração do petróleo²¹. Atualmente não apenas a literatura política se ocupa das relações entre UDN e militares, como produções cinematográficas²². E mesmo que a maioria das tentativas de golpe de estado tenham sido frustradas, as conversações entre esses dois grupos que demonstravam afinidade entre as suas ideias nunca acessaram:

A partir de 1963, os contatos entre os udenistas e chefes militares se intensificaram, com a participação mais ativa do almirante Heck e dos generais Castelo Branco, Olímpio Mourão, Ademar de Queiroz, Odilo Denys, Cordeiro de Farias e Arthur da Costa e Silva; e de líderes udenistas como Pedro Aleixo, Bilac Pinto, Paulo Sarazate e Magalhães Pinto²³.

1.2 Contexto político do bipartidarismo no regime militar

Consolidada a vitória do movimento golpista, foi a vez de decidir o que se faria do país. Como tantos fenômenos políticos que aconteceram na história do Brasil, grande parte da população foi surpreendida com a mudança nas esferas mais elevadas do poder republicano. Há de se destacar que muitos setores civis apoiaram o golpe com a desculpa de que a corrupção estava corroendo as estruturas do país e que era necessário haver uma “limpeza”,

²⁰Ver: GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: companhia das letras, 2009.

²¹ Por essa campanha, os udenistas receberam o apelido jocoso de “entreguistas”. Para mais informações ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Vol 3: O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²² Ver: *Bela Noite para Voar*. Direção: Zelito Viana. Brasil: Paramount Pictures, 2005. 1. DVD (90 min), NTS, Color.

²³ GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 50.

excluir esses entes de índole considerada malévola para que o Brasil pudesse, enfim, trilhar os rumos do progresso²⁴.

Vale destacar a participação da imprensa, não apenas Carlos Lacerda, através do seu jornal *Tribuna da Imprensa*, mas de grandes periódicos como o Estado de São Paulo da família Mesquita, e Roberto Marinho, na época dono do periódico carioca *O Globo* e de uma cadeia de emissoras de rádio²⁵. Este último saberia tirar proveito da situação quando do financiamento externo para o seu sonho de montar uma emissora de TV, através do Grupo Time-life, alvo de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) abafada. Durante o regime militar a *Rede Globo* seria alta beneficiária, vindo a alcançar o patamar de quarta maior empresa de televisão do mundo²⁶.

O certo é que o único ponto em comum entre os militares era esse desejo de limpeza nos quadros políticos, mas nisso não entravam apenas os considerados corruptos, mas os políticos tidos como subversivos ou ligados aos movimentos de esquerda. Imbuídos de um forte senso capitalista e anticomunista os novos detentores do poder não se furtaram em caçar mandatos. Um dos fatos mais surpreendentes reside na cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, então senador pelo estado do Goiás. Mesmo apoiando Castelo Branco para a presidência da República, o ex-presidente mineiro não foi poupado. Muitos foram os políticos que não tardaram a cair na fina navalha dos militares, perder os mandatos e verem-se obrigados a deixar o país²⁷.

No entanto, no dia 10 de abril, foi publicada a primeira lista de cassações, composta de 102 nomes. Por determinação do Comando Revolucionário, a Presidência da Câmara dos Deputados cassou os mandatos de parlamentares e convocou suplentes²⁸.

No entanto, os consensos terminavam aí, não havia unidade de pensamento sobre o que seria feito pelos destinos do país. “Uniram-se todos pela derrubada do governo de Goulart eles partilhavam do mesmo temor em relação à esquerda, mas não havia consenso sobre o que fazer após o sucesso do movimento”²⁹.

Em seu livro “Introdução a História dos Partidos Políticos Brasileiros”, Rodrigo Patto de Sá Motta discorre sobre a distensão nas fileiras dos militares, que se dividiam entre

²⁴ AARÃO REIS, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁵ Ver: MORAIS, Fernando. *Chatô: o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

²⁶ Idem.

²⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Vol. 01. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁸ GRINBERG, Lúcia. Op. cit. p.53.

²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 91.

moderados, “mais ou menos fiéis aos princípios liberais” e radicais, defensores da adoção do puro autoritarismo”. “Nos primeiros anos predominaram os moderados, liderados pelo presidente empossado pelo Congresso após o movimento militar, General Castelo Branco”³⁰.

Historiadores como Boris Fausto e pesquisadores como Elio Gaspari apontam que os castelistas³¹ pretendiam promover a redemocratização política do país após eliminarem a ameaça comunista, a ditadura seria, portanto, um “mal-temporário” já que era o desejo de Castelo Branco devolver o poder aos civis e convocar novas eleições para o Congresso Nacional e presidência da República, pensamento discordante de seu colega de AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e também marechal, Costa e Silva, autoproclamado “líder da revolução”³². No entanto, também existem vozes discordantes dessa “brandura” dos seguidores do presidente Castelo Branco, uma vez que, dentre outras medidas repressivas, ele foi conivente com a tortura, fechou o Congresso Nacional, assinou a Lei de Segurança Nacional e decretou uma Lei de Imprensa³³.

Destaca-se ainda a não extinção do sistema de partidos políticos, nem do processo eleitoral como um todo, o Brasil possuiria, portanto, um regime militar burocratizado. Os novos donos do poder não tinham intenção em uma ditadura que contaria com a presença apenas dos militares, desejavam que o sistema partidário como um todo continuasse dando ares de uma ligeira democracia ao país. Com esse pensamento o Congresso Nacional não seria posto na inatividade. A Câmara Alta e a Câmara Baixa continuariam promovendo eleições para senadores e deputados federais, que por sua vez votavam os projetos do governo. O Congresso permaneceria como um lugar de intensa disputa política entre defensores e opositores do regime. O novo governo demonstrava que precisava dos políticos, apesar das cassações. Mesmo com a perseguição, os partidos não foram extintos imediatamente, o regime liderou uma reformulação.

Apenas em 15 de julho de 1965, mais de um ano após a ascensão dos militares ao poder, e tendo em vista as eleições que se realizariam no dia 3 de outubro, o governo editou uma nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos. A lei indicava que o projeto era manter o sistema partidário, mas com uma modificação fundamental. A nova legislação distinguia-se, basicamente, por

³⁰ Idem, p.91.

³¹ Designação dada a ala que seguia a orientação política do presidente Castelo Branco, considerada mais branda por alguns pesquisadores. Ver: GASPARI, Elio. Op. cit.

³² Logo após o golpe militar o Marechal Costa e Silva se autoproclamou líder do “Comando Supremo da Revolução”, a partir daí ele imporia uma série de dificuldades a gestão de Castelo Branco, conseguindo-o impedir de fazer o sucessor. Ver: GASPARI, Elio. Op. cit.

³³ Ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24.nº.47, p.29-60, 2004.

aumentar a cláusula de funcionamento dos partidos para 3% do eleitorado que tivesse votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. Portanto, é bom destacar que o seu objetivo era diminuir o número de partidos, e não eliminar o sistema existente como um todo³⁴.

Por essa medida entende-se que os militares tentaram dotar o regime de legalidade. Há uma análise que pode ser feita, o Brasil do início dos anos 1960 chegava aos 90 milhões de habitantes, constituindo-se desde já em um país populoso. Seria particularmente difícil para as Forças Armadas administrarem cada estado e todas as pequenas cidades. Os civis teriam o seu lugar nas questões de menor monta e em locais que não fossem considerados estratégicos. Sabe-se que cidades com menos de 200 mil habitantes estavam fora da “Doutrina de Segurança Nacional” e a escolha de seus gestores poderiam acontecer de forma direta, ou seja, através de um processo eleitoral que ficaria sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral. Somando-se a essa falsa legalidade do regime de exceção, havia a necessidade de dotar o país de um mecanismo que facilitasse a sua administração, frisando que esse sistema estaria sob a tutela dos generais³⁵. Como forma de assegurar a garantia de que o poder permaneceria nas mãos dos militares o presidente Castelo Branco baixou uma das mais famosas medidas do regime militar.

AI-2, que radicalizou as medidas punitivas em vigor, aumentou os poderes presidenciais, atribuiu à Justiça Militar a responsabilidade pelo julgamento de civis envolvidos em crimes contra a segurança nacional, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, extinguiu os partidos políticos existentes e estabeleceu eleições indiretas para presidente da República³⁶.

A débil manifestação por parte de lideranças do PSD, PTB, PSB e o PDC que distribuíram notas de repúdio para o seu eleitorado contra o AI-2, de nada adiantou. Os 11 partidos que vigoraram entre 1946-1964 estavam oficialmente extintos. Muitos já vinham em franco declínio eleitoral, como o PSD, que perdia seu poder de representatividade em cada eleição, ficando relegado aos estados mais rurais e as cidades de pequeno e médio porte. Mesmo a UDN, apoiadora do regime militar vinha sofrendo o mesmo processo de desgaste, constituindo-se em um partido de bacharéis verborrágicos³⁷, distantes da realidade do povo

³⁴ GRINBERG, Lucia. Op. cit. p.58.

³⁵ Ver: KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001. Ver também: ARAÚJO, Maria Celina D'; Soares, Gláucio Ary Dillon; Castro, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

³⁶ GRINBERG, Lúcia. Op. cit. p.60.

³⁷ Soares aponta que os udenistas consideravam-se um partido de notáveis, quando, no entender do autor seria um partido de bacharéis verborrágicos. Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. cit.

brasileiro e longe de ser o “partido de notáveis”, ao qual tanto se arrogava³⁸. Tanto que os udenistas não demonstraram a mesma revolta de seus colegas de outras agremiações, as principais lideranças passaram a discutir como deveria ser o novo partido.

Os udenistas pareciam não ter tanto apreço à sua legenda. Diante da iminência de uma reorganização partidária, concordavam que a nova denominação deveria ser do gênero masculino, sugerindo-se nos comentários que uma sigla de gênero feminino não era adequada para um partido político³⁹.

O golpe de misericórdia no antigo sistema partidário veio ainda no ano de 1965, definindo que a vida política brasileira seria regida a partir de duas agremiações, uma de sustentação dos governos militares, e a outra de oposição, que mais do que legalidade, passaria uma imagem, segundo Grinberg, de falsa democracia e transparência. Esse sistema era semelhante ao existente no México, que vigora até os dias de hoje.

Em 20 de novembro de 1965, foi decretado o Ato Complementar nº4 (AC-4), regulamentando a criação das organizações provisórias com atribuições de partidos políticos. O AC-4 trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário. O objetivo do governo era impedir a reestruturação dos partidos extintos. Os novos partidos tinham de ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores⁴⁰.

A decretação do bipartidarismo no Brasil não passou em branco pelos líderes das agremiações extintas que mais uma vez se manifestaram contra esse sistema, sem sucesso, tanto que apenas uma semana após a decretação do AC-4, o governo se viu na obrigação de decretar mais uma medida, o AC-26, que reforçava a decisão tomada anteriormente e apontava as dificuldades na implantação do bipartidarismo.

A partir da decretação do bipartidarismo as antigas estruturas partidárias e líderes cujos mandatos não foram cassados passaram a compor as engrenagens das duas agremiações que surgiam:

Nesse momento, a estrutura partidária da extinta UDN tornou-se a base do partido do governo (ARENA – Aliança Renovadora Nacional), e a maioria dos políticos originários do PTB que não tinham tido seus direitos políticos cassados, organizou o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o partido de oposição⁴¹.

³⁸ Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. Op. cit.

³⁹ GRINBERG, Lúcia. Op. cit. p.61

⁴⁰ Idem, p.62.

⁴¹ Idem, p.64.

Se a quase totalidade dos udenistas aderiram ao novo partido de sustentação do regime militar, o mesmo não pode ser dito do PSD, que sofria uma forte crise interna, havendo após o golpe militar, e a extinção das antigas agremiações, uma divisão interna:

O PSD era o maior partido no sistema anterior, mas vinha sofrendo um significativo processo de diferenciação interna, processo que, em 1965, ganhou uma dimensão ainda mais radical, levando a divisão de seus membros entre os dois partidos que seriam criados⁴².

Esse fato mostra a ausência de ideologia por parte do sistema partidário brasileiro, onde muitos são levados a aderir a determinadas legendas por interesses particulares. No caso do PTB, um dos três grandes do período anterior, quase todos que não foram cassados deram sustentação ao MDB, que ainda assim sofreu para se formar, uma vez que a grande maioria gostaria de estar ao lado do governo. Os militares tiveram que intervir e pedir a políticos tradicionais que aderissem ao MDB que sempre deveria fazer oposição. O Movimento Democrático não empolgava a opinião pública uma vez que seria uma agremiação destinada à derrota, frisando-se o fato da multiplicidade de ideias em seus quadros impedirem uma unidade contra o regime, contribuindo ainda mais significativamente para que o governo sempre conseguisse, nessa fase inicial, as vitórias no Congresso Nacional.

O governo extinguiu um sistema partidário com o qual a população, bem ou mal, se identificava, deixando deste modo os novos partidos gravados com marca do autoritarismo e artificialismo. No caso da oposição ocorria um fator agravante, devido à maior heterogeneidade de seus quadros. A mistura de elementos tão díspares na mesma organização, alguns defensores de ideologias radicais outros conservadores, aumentava a impressão de construção artificial⁴³.

Constituindo-se dessa forma dois partidos políticos no qual um sempre defenderia as políticas governamentais, enquanto o outro sempre faria oposição. A vida política nacional se descortinou nos 14 anos seguintes pela dicotomia ARENA/MDB. A ARENA conquistou as mais interessantes vitórias nesse início de regime, ao passo que o MDB não empolgou a opinião pública brasileira ficando relegado a um plano secundário, com reduzida força política. Se no Brasil do século XIX fazia-se troça quanto a similaridade dos representantes das distintas legendas, no Brasil contemporâneo, as piadas, difundidas inclusive na imprensa apontariam as duas legendas como mantenedoras do regime em vigor.

⁴² Idem, *Ibidem*, p.65.

⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.* p.97.

De acordo com o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, o MDB era preferido como o ‘partido do sim’ e a Arena como o ‘partido do sim, senhor’, o que significava dizer que ambas “se dobravam à vontade do poder, mas a Arena se fazia mais servilismo e com menos pudor”⁴⁴.

As duas legendas carregariam junto à opinião pública um ar de servilismo, sem independência para tomar medidas efetivas e fazer de fato uma oposição ferrenha através do Congresso Nacional que durante esse momento histórico sempre é lembrado como uma instituição sem poder representativo. Interessantes questionamentos sobre esse senso comum já são apontados por historiadores que se dignaram a pesquisar e ouvir as gravações de tudo o que foi dito nas duas casas durante a ditadura militar, mostrando que o grau de servilismo não era tão elevado quanto se considerava a opinião pública. Mesmo dentro da ARENA se protagonizou momentos de franca recusa em acatar os ditames dos militares, por exemplo, quando da solicitação de cassação de mandatos de parlamentares ou da votação de projetos importantes, como a questão das sublegendas. O impasse entre o governo e o seu partido de sustentação denunciava o fosso existente entre os dois grupos, denotando uma aparente quebra de união.

Diante desse impasse, que tornou mais uma vez visível as divisões no interior da Arena, o senador Daniel Krieger renunciou à presidência do partido. O que poderia ter sido apenas uma crise interna ao partido, adquiriu sentido bem maior, configurando-se como uma repulsa ao governo. De acordo com a perspectiva de Carlos Castelo Branco, o fato identificava a existência de um abismo crescente entre o governo e os políticos⁴⁵.

Outro momento de impasse, no governo do marechal Costa e Silva, tratou-se do discurso do deputado federal pelo MDB de Goiás, Márcio Moreira Alves, que criticou a invasão da USP (Universidade de São Paulo) pelos militares. O discurso não ganharia grande atenção por parte da imprensa, mereceu apenas uma pequena nota no periódico *Folha de São Paulo*. A partir daí formou-se uma verdadeira bola-de-neve, que culminou com o pedido por parte do governo federal para que os parlamentares cassassem o mandato do deputado goiano. Com a interessante recusa da ARENA de acatar tal determinação Costa e Silva decretou o AI – 5.

Mas, no mesmo dia em que se comemorava a reação dos parlamentares, o AI-5 foi editado. Portanto, além de assinalar o fechamento do Congresso

⁴⁴ GRINBERG APUD MOTTA. GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.119.

⁴⁵ GRINBERG, Lúcia. Op. cit. p.119.

Nacional e das Assembleias Legislativas, o AI-5 representou, na história da Arena, o auge de uma longa crise entre o partido e o governo⁴⁶.

Tais ações denotam que a subserviência ao regime por parte dos políticos não era tão estável assim, e que se carece conhecer um pouco mais sobre a atuação das legendas durante o regime militar. É de se frisar que não era fácil lutar contra um regime que contava com a força das armas, quando as lideranças civis deveriam usar como principal atributo o poder da palavra. Enfrentar o grupo dominante em um regime de exceção, seria uma tarefa colossal.

1.3 Grupos familiares e poder em Picos

Elevada à categoria de cidade em 12 de dezembro de 1890 pela resolução nº33⁴⁷ Picos emerge como um local onde desde o século XVIII, toda sorte de negociantes, vaqueiros, viajantes, religiosos, passavam por estas terras, tornado-se, portanto, desde cedo um grande entroncamento rodoviário de pessoas que vinham das mais diferentes cidades e estados do Nordeste. Essa convergência de brasileiros que vem de pontos distintos permanece como uma característica marcante da cidade 122 anos após a sua emancipação, encontrando no comércio a sua principal característica econômica.

O rio Guaribas – caudaloso até a conclusão da construção da barragem de Bocaina pelo Exército brasileiro, em 1985 - e uma estreita faixa de terra úmida garantiam a agradabilidade climática da pequena cidade de Picos dos anos 1950, localizada na região centro-sul do Estado do Piauí, portanto, em meio ao semiárido nordestino. Tais características tornavam a cidade acolhedora para visitantes e viajantes que buscavam um novo lugar para recomeçar. A breve história local é repleta de narrações de pessoas que abandonavam regiões menos hospitaleiras e aqui se estabeleciam. Em seu livro “Picos: Os verdes anos 50” o pesquisador e memorialista Renato Duarte narra a sua imagem da cidade em final dos anos 1940 e início de 1950.

Até meados da década de 50, mesmo nos meses secos, Picos era cercada de verde, graças à existência de um cinturão de umidade que a envolvia quase que totalmente. Além do rio Guaribas que então era perene, com água correndo durante todo ano, havia uma outra faixa úmida que se estendia entre o leito do rio e os limites urbanos da cidade. Esses dois cinturões de umidade, além da importância que tinham por se constituírem verdadeiros

⁴⁶ Idem, p.125.

⁴⁷ Ver: ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (orgs.). *Picos nas anotações de Ozildo Albano*. Picos-PI: Gráfica e Editora Brito, 2011.

microclimas atenuadores das severas condições climáticas do sertão nordestino, extrapolavam em muito essa função de refrigério ambiental⁴⁸.

A cidade parecia ser acolhedora e aos poucos ia recebendo imigrantes de outros estados que aqui se assentavam, constituindo famílias e dando sequência a verdadeiros clãs que se revezariam na administração e no mando efetivo e antidemocrático, onde imperava o poder dos coronéis. É claro que, naquela época, a constituição demográfica de Picos era bem diferente, espremida entre os morros que a circundam, e o Rio Guaribas, a região habitada era relativamente pequena. Em seu livro “Relatos e reminiscências do meu Piauí”, o memorialista Elízio Serafim de Sousa descreve os limites das habitações no final dos anos 1940 e início dos anos 1950.

[...] espremida entre os morros e o rio (Guaribas), que começava na Rua da Malva e terminava na Rua do Arame, que ia da Rua do Foguete à Rua da Beira do Rio, rua que o campo de futebol, em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios ajudava a formar⁴⁹.

Durante a década de 1950 uma equipe de técnicos do Ministério da Agricultura esteve em Picos e ao constatar a grande quantidade de minifúndios, propriedades que não ultrapassavam cinco hectares de terra, cunharam a expressão “cidade modelo”⁵⁰. Tal animação quanto a situação fundiária da cidade se explica pela concentração de grandes latifundiários na região Nordeste, um fato marcante nessa parte do país. Segundo Duarte, não que os grandes senhores feudais não habitassem a cidade, mas o fato de estar localizada em uma região repleta de brejos e áreas próprias para o cultivo nos chamados Baixões Agrícolas Piauienses explica a inexistência da pobreza total, algo que passou despercebido de muitos cronistas da época⁵¹. No entanto a expressão “Cidade Modelo” fixou-se, permanecendo arraigada a grande *memória coletiva* e ao imaginário popular, sendo inclusive usada como sinônimo de desenvolvimento ao longo das décadas subsequentes. É Halbwachs quem define melhor esse conceito:

[...] se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isso deixa de seguir seu próprio

⁴⁸ DUARTE, Renato. *Picos: Os verdes anos cinquenta*. 2º Ed. Recife: 1995. p.19.

⁴⁹ SOUZA, Elízio Serafim. *Relatos e reminiscências: meu Piauí querido*. 2. Ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005. p.137.

⁵⁰ Ver: SOUZA, Elízio Serafim. Op. cit.

⁵¹ Ver: DUARTE, Renato. Op. cit.

caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância⁵².

Dentre as famílias que vieram a se assentar em Picos apostando na possibilidade de prosperidade econômica e material, podem ser citados os Sá Urtiga, atualmente donos de vasto patrimônio financeiro, cujos negócios abrangem desde postos de combustível, concessionárias de motocicletas e até universidades. Nascido em São José da Lagoa Tapada, município de Sousa na Paraíba, em 02 de março de 1943, Raimundo de Sá Urtiga, mais conhecido por “Mundinho Bezerra”⁵³, narra, durante entrevista temática concedida em seu comércio, como e por que toda a sua família deixou o município de Sousa, trocando-o por Picos: “ Em 1946...toda a família. Era ele (seu pai) e um dos filhos mais velhos, passando por aqui, veio embora da Paraíba, procurar outra cidade para poder morar, descobriram que era uma cidade de muita potência”⁵⁴.

Aqui se estabelecendo, a família Sá Urtiga, chefiada por João Sandoval Urtiga e a maioria de seus cinco filhos, manteve a agricultura como uma das principais fontes de renda adotando o comércio como outro meio de vida, de onde veio, de fato, a constituir a fortuna que adquiririam anos depois. A família Sá Urtiga representa apenas um exemplo dentre tantos, de pessoas que se agradaram da região e aqui permaneceram. Esse fato representaria até um mal estar entre os picoenses nativos, pois muitos “forasteiros” prosperariam nessas plagas, o que geraria certo ressentimento. Essa migração apenas se prolongou nas décadas seguintes, e como será estudado mais à frente, sofreu um verdadeiro “boom” com a chegada do 3º Batalhão de Engenharia e Construção (3º BEC)⁵⁵.

Mas voltando aos Sá Urtiga, estes passaram a se sentir bem quistos junto à sociedade picoense e somado ao fato de estarem atingindo um patamar de grande prosperidade material, a entrada na política tornou-se apenas uma questão de tempo. O primeiro representante público da família foi Raimundo de Sá Urtiga, conhecido por todos pelo nome “Mundinho Bezerra”, vereador na 5º Legislatura da Câmara Municipal de Picos, entre 02 de fevereiro de

⁵² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006, p.52.

⁵³Mundinho Bezerra é atualmente o patriarca de uma das famílias mais ricas do Piauí. Ele exerceu o cargo de vereador entre 1973-1976. Ele próprio narra que o apelido Bezerra surgiu do fato de sua família ser negociante de gado bovino. Mundinho Bezerra declarou não ter seguido na vida pública por entender que o comércio oferecia mais oportunidades. Sua influência a partir de então seria de bastidores. Dentre os entrevistados, ele é um dos que afirma que a política de outras épocas era mais honrosa do que a praticada atualmente.

⁵⁴ URTIGA, Raimundo de Sá. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁵⁵Vale ressaltar que esse, por si só, seria um ótimo tema para pesquisas e produções acadêmicas futuras. O 3ºBEC é apontado pelos picoenses mais idosos como o principal responsável pela chegada de muitas pessoas de outras regiões do país a Picos, aqui se estabelecendo, constituindo família e erguendo patrimônios invejáveis. A família Sá Urtiga é de um período bem anterior a esse “boom” de migrações. Essa observação é possível a partir dos depoimentos concedidos para esse trabalho.

1959 e 31 de janeiro de 1963, e deputado estadual por dois mandatos, o primeiro pelo MDB (1966-1970) e o segundo pela ARENA (1970-1974) tornando-se ainda suplente de senador⁵⁶. Há um interessante saudosismo do empresário Mundinho Bezerra com relação à cultura política das décadas passadas.

A política daquela época era muito diferente da de hoje, era com trabalho, procurando trabalhar e trazer mais obras, mais alguma coisa que pudesse fazer para beneficiar a nossa cidade. De acordo com as necessidades de sua cidade⁵⁷.

As memórias do empresário mostram ser eivadas de um passado grandioso, onde as pessoas demonstravam mais disposição para lutar pelo coletivo, e não apenas pelo individual, o que faria dos anos 1950 um período romântico. Mas para Michell Pollack⁵⁸ tais referências servem também para manter um discurso de “coesão” das instituições, ou famílias, afirmando assim uma construção positiva de um passado repleto de ações puras, firmando a presença de certos personagens no cenário histórico.

Mesmo com a sua prosperidade material a família Sá Urtiga seria uma coadjuvante no cenário político local, jamais conseguindo chegar à chefia do município. Em suas memórias a professora Oneide Rocha⁵⁹ é direta ao afirmar que três grandes grupos familiares dominavam o cenário político da cidade de Picos.

A força política de Picos era a UDN...Tinha a família Eulálio, que na época era do mesmo grupo da UDN, aí eles ficavam mudando, e tinha a família Santos, que era do PSD, que era Dr. Valdin, tinha Dr. Moura que foi deputado federal, da família do seu Chico Santos. Então as famílias tradição de Picos, políticas, eram Santos, Baldoíno que é Nunes de Barros e Eulálio Dantas. Os outros eram coadjuvantes⁶⁰.

Havia então famílias que gravitavam em torno desses grandes grupos tradicionais que possuíam poder político advindo de sua influência financeira e das alianças que costuravam em nível de estado. Dentre as famílias de influencia secundária, além dos Sá Urtiga podem ser citados ainda os Luz, Rocha, Portela, Araújo, Rodrigues. Tal fenômeno que retrata o cenário político local não era uma exclusividade da cidade de Picos, mas acontecia

⁵⁶ Ver: KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Halley S.A, Teresina: 2006.

⁵⁷ URTIGA, Raimundo de Sá. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁵⁸ Ver: POLLACK, Michel. Memória e Identidade. *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 02, n. 3, p. 3-13, 1989.

⁵⁹ Oneide Rocha é professora da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus de Picos. Foi candidata a prefeita de Picos em 1996, no 2000 e em 2004. Candidata a deputada estadual em 1998 e a vereadora em 2008, ficando nas duas últimas ocasiões para a suplência. Exerceu a reitoria da Uespi nos primeiros anos do Governo Wellington Dias e quando concedeu essa entrevista era secretária municipal de Planejamento da gestão Kleber Eulálio, iniciada em janeiro de 2013.

⁶⁰ ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), janeiro de 2013.

por todo o Estado do Piauí. Em sua dissertação o professor Dr. Ricardo Arraes aponta que essa política clientelista é fruto do quadro socioeconômico que impera no Piauí⁶¹. Dessa forma, alguns grupos conseguem se perpetuar no poder através de pequenos favores, brindes, empregos.

Até hoje as famílias Nunes de Barros⁶², Dantas Eulálio e Santos exercem forte influência na política estadual e local. Tal situação expõe o sucesso desses grupos que se perpetuaram no poder, elegendo filhos, netos e bisnetos como se os cargos públicos fossem uma propriedade familiar. Cada família de menor influência ligava-se àqueles que possuíam os sobrenomes de maior destaque, ampliando essa união através dos matrimônios entre os seus familiares, prática utilizada no Piauí desde o período colonial.

Se a quantidade de minifúndios imperava na cidade de Picos da década de 1950, não significa que não existiam os coronéis de patente comprada. O fenômeno do “coronelismo” se constitui em uma herança de nossa história colonial, e não está sempre ligado a homens com grandes propriedades de terra, mas também a indivíduos, herdeiros de famílias tradicionais, bem educados em grandes cidades que, utilizando-se de seu conhecimento, acabam se tornando grandes líderes, ou porque não dizer, comandantes⁶³. É possível, portanto, discordar do memorialista Renato Duarte que afirma não ter existido esse fenômeno em Picos, uma vez que os relatos orais colhidos junto aos mais idosos discorrem sobre homens que exerciam verdadeiro poder de mando em comunidades inteiras, poder conquistado principalmente graças a práticas clientelistas.

Para estes líderes “hereditários” todas as forças políticas convergem, e esse representante familiar se tornava o dono efetivo do poder local, dessa forma ocorre a privatização da coisa pública, ou seja, cargos públicos são loteados e fornecidos para os apadrinhados políticos como se fossem particulares, assim, o poder se perpetuava em um mesmo grupo político constituído por inúmeras famílias, algumas muito poderosas, e outras que procuram orbitar em torno desses nomes maiores.

⁶¹ Ver: ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1994*. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, UNICAMP, 1999.

⁶² Baseando-se nas pesquisas realizadas para esse trabalho percebe-se que a família Barros era extremamente influente, e contava com a junção de três outras famílias, os Baldoíno, os Nunes e os Araújo. Daí sobrenomes como: Nunes de Barros e Barros Araújo. Sempre que nos referirmos aos Nunes de Barros, no período estudado há a participação direta dos outros nomes. Podemos citar os seguintes prefeitos dessas famílias dentro e além do período estudado: Helvídio Nunes de Barros (1954-1958); Antônio de Barros Araújo (1970-1972); José Nunes de Barros, irmão do primeiro (1972-1976) e Abel de Barros Araújo, irmão do segundo (1982-1988 e 1992-1996). Ver: LAVÔR, Osvaldo. *Poesias & Políticos*. 2ª Edição. Gráfica e Editora Brito: 2006.

⁶³ Ver: LEAL, Victor Nunes. Op. cit.

É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação e virtude da qual os resíduos da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base bem representativa⁶⁴.

Dessa forma, entender o fenômeno do coronelismo se mostra útil para entender a cultura política da cidade de Picos, marcada pela exaltação de alguns nomes que gozaram de muito prestígio e reconhecimento ainda em vida, tornando-se, portanto, verdadeiras “lendas políticas” na *memória coletiva*. Com o desaparecimento físico desses indivíduos seus nomes continuam a se perpetuar através das gerações, deixando ares de seres, muitas vezes, considerados magnânimos incapazes de atos que venham ferir ou prejudicar terceiros. É possível perceber a paixão existente em muitos depoimentos orais colhidos ao longo dos meses que antecederam a redação dessa monografia.

Esse trabalho de pesquisa se torna possível com a utilização de fontes orais, entrevistas com políticos que já estiveram no centro das decisões tomadas em âmbito local, repercutindo nas esferas estaduais de poder, uma vez que a força dos governos se ampara de forma inegável no apoio que os líderes têm no interior. Durante a sua entrevista para esse trabalho o professor aposentado e ex-vereador Inácio Baldoíno, que por 20 anos legislou na Câmara Municipal de Picos, rompeu um paradigma e declarou com veemência, perceptível na sua voz e expressão corporal, que a cidade de Picos nunca foi governada por “grandes prefeitos”, como se convencionou narrar ao longo das décadas. O interessante dessa declaração está nas questões que ela levanta. Ruas, avenidas, praças, escolas são batizadas com nomes de ex-prefeitos: Helvídio Nunes, Severo Eulálio, Justino Luz, que no imaginário popular teriam sido gestores, muitas vezes, fantásticos, ou pelo menos, houve um esforço como aponta José Murilo de Carvalho, no sentido de trabalhar para que as gerações futuras acreditassem nestas figuras enquanto mitos políticos.⁶⁵ No entanto, possuindo ou não grandes gestores, é inegável a influência histórica dessas personalidades junto às classes menos favorecidas.

Um dos personagens mais interessantes da história local é o coronel Francisco de Sousa Santos, que por cinco vezes governou o município de Picos (1918-1920; 1920-1924; 1924-1928; 1937-1938; 1946-1947). Por esses dados entende-se que os destinos da cidade ficaram nas mãos do coronel - de patente comprada - por 10 anos consecutivos, entre 1918 e 1928. Os dois últimos mandatos, muito curtos, aparentavam tratar-se do seu declínio uma vez

⁶⁴ LEAL, Victor Nunes. Op. cit. p.40.

⁶⁵ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

que morreria no dia 18 de agosto de 1951, aos 68 anos, vítima de problemas cardíacos. Desde então o coronel quase sempre é lembrado como alguém de conduta ilibada.

Foi a pessoa melhor que eu já vi em cima da terra, era uma pessoa excelente. Eu, aos 14 anos assumi a gerencia do escritório de compra e venda de exportação dele, ele tava no Rio de Janeiro, doente e eu fiquei na gerencia do escritório. Foi uma pessoa que eu nunca vi tão boa daquele jeito, era uma pessoa excelente. Ele tratava todo mundo bem, tanto os correligionários quanto os adversários políticos⁶⁶.

O depoimento prestado pelo neto do coronel Francisco Santos, o ex-vereador de um mandato, Euvaldo Santos Reinaldo (1977-1983), mostra a visão de alguém próximo ao antigo político. Amparado no seu testemunho de vida ele atribui um sentido positivo ao parente ilustre, baseando-se em lembranças que realçam o lado mais humano do coronel, como na forma gentil e prestativa dispensada as pessoas que o procuravam, recebendo inúmeras visitas e pedidos, oferecendo refeições aos eleitores, conhecidos e até desconhecidos que o procuravam em sua residência situada na Avenida Getúlio Vargas.

Uma vez chegou um viajante lá e almoçou na casa dele, e foi pagar, perguntou quanto era, ele viu o movimento de gente entrando e saindo e achou que fosse um hotel, e foi pagar, mas ele (o coronel Francisco Santos) disse que aqui não se pagava nada não⁶⁷.

É importante frisar que as palavras em questão tratam-se do depoimento de um familiar, o que no permite entender uma parcialidade compreensível, já que o coronel Francisco Santos é o nome maior de uma família tradicional que viria a exercer cargos importantes pelas décadas seguintes no Governo do Estado do Piauí, destacando-se o senador Waldemar de Moura Santos e o atual deputado estadual Warton de Moura Santos⁶⁸.

Assim, em conjunturas diferentes da história os homens constroem análises e representações específicas sobre o acontecido e sobre o vivido. Pois, apesar dos acontecimentos e processos históricos serem imutáveis, historiadores, os sujeitos e as testemunhas da história constroem análises naturalmente influenciadas pelo tempo no qual estão inseridos. Não se trata de relativismo, mas sim de manifestações cognitivas inseridas na realidade do tempo presente de cada uma dessas pessoas⁶⁹.

Um dos detalhes mais interessantes da entrevista fica por conta da revelação, feita com a maior naturalidade, porque esta era a forma de se fazer política na época, de que as

⁶⁶ REINALDO, Euvaldo Santos. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Ver: ARRAES, Ricardo. Op. cit.

⁶⁹ DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidades*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 09-10.

“ajudas” em forma da doação de quantias em dinheiro, pequenos favores ou presentes, faziam parte da vida política do coronel, tratando-se de uma prática política considerada comum, para a qual não havia represálias. Por ser um homem abastado, comerciante e sempre próspero criador de gado bovino, não lhe faltavam recursos para assegurar o apoio eleitoral de povoados inteiros e conseguir as necessárias vitórias.

Mas teve um grande chefe político aqui em Picos, coronel Francisco Santos, sempre a UDN esteve mandando aqui em Picos, mas ele sustentava o PSD sozinho, coronel Francisco Santos. Ele me chamava e dizia: “você é candidato a vereador” e o cara era eleito⁷⁰.

O depoimento citado acima foi prestado pelo ex-vereador, também de apenas um mandato, Erasmo Leopoldo Albano⁷¹, que assim como o senhor Euvaldo Santos não poupa os elogios ao antigo político, chegando a admirá-lo pelas práticas centralizadoras e pouco democráticas. O senhor Erasmo Albano lembra momentos de grande dificuldade vividos pela cidade de Picos em que foi necessária intervenção do coronel, distribuindo a sua riqueza, supostamente em prol da população local e em datas estratégicas. “Na época de eleição, ele tinha uma propriedade de nome Viado, ele tinha muita terra. Na época da eleição ele soltava mil garrotes, para engordar, para dar comida na época da eleição”⁷².

Atualmente uma prática semelhante incorreria em crime eleitoral, mas representava algo comum nas décadas passadas. A compra de votos através de pequenos favores, doação de alimentos, oferecimento de refeições, tecidos, ou mesmo dinheiro, fazia parte do “jogo”, tornando mais fácil a vida de quem se ligava a um desses poderosos líderes que tinham condições de financiar uma campanha eleitoral e apadrinhar um candidato, garantindo-lhe a eleição.

E no tempo de eleição eles davam almoço, hoje não pode, e eu acho muito correto. Eu me lembro! A casa de seu Dr. Helvídio ali era cheia de gente, a casa de seu Urbaninho era cheia de gente, a casa do coronel Francisco Santos, que não era mais o coronel, mas os filhos Dr. Waldin, Dr. Moura, também cheia de gente. No dia da eleição eles ofereciam almoço, e as pessoas iam para as três (Risos)⁷³.

Tal prática clientelista fazia parte da política local e era extremamente usada como forma de conquistar o eleitorado. Vale ressaltar que nos 1950 o município de Picos podia ser

⁷⁰ ALBANO, Erasmo Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁷¹ Erasmo Leopoldo Albano foi vereador de um mandato, entre 1967-1970. Ele integrou o MDB e declarou ter trabalhado pela eleição de Oscar Eulálio, que governou Picos no mesmo período. Erasmo Albano abandonaria a política partidária ao fim do seu mandato.

⁷² ALBANO, Erasmo Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁷³ ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), janeiro de 2013.

considerado “gigante” territorialmente. Congregando povoados que hoje são cidades independentes, dentre eles podem ser citados Monsenhor Hipólito, Santo Antônio de Lisboa, Bocaina, São José do Piauí, Francisco Santos, Itainópolis. O número de habitantes, no entanto, girava em torno dos 50.145 habitantes⁷⁴. Dessa forma, para o homem simples, deslocar-se para o centro administrativo para votar, demandava tempo, dinheiro e sofrimento, assim, os líderes aproveitavam-se desse momento para oferecerem as refeições grandiosas que se constituíam para muitos em grandes benesses para a população carente. Lembrando que Picos, segundo Arraes, apenas refletia uma série de mazelas que contribuíram para a manutenção de grupos políticos que se perpetuaram no poder.

Uma vez que a base eleitoral do domínio oligárquico ao longo do tempo assenta-se nos municípios nos quais predominam o analfabetismo, a pobreza, o atraso e o isolamento, o controle dos partidos políticos, a dependência face aos chefes locais e o clientelismo político completam essa estrutura de poder local. Assim, forma-se a moldura indispensável à estabilidade dos subsistemas econômico e político-partidário e dos seus agentes principais – os deputados.⁷⁵

Diante das referências feitas ao coronel Francisco Santos é importante contextualizar que o momento em questão abrange um período demasiadamente longo, desde os anos de 1920, quando o coronel ingressou na política, até 1951, ano de sua morte. As práticas de favorecimentos e mesmo de mando e cega obediência do eleitor eram características de sua época, mas os depoimentos analisados neste trabalho mostram que tais ações dos homens públicos não desapareceram junto com o coronel, antes persistiram, uma vez que a maioria se utilizava dessas práticas. O desaparecimento de Francisco Santos representou um duro golpe para o Partido Social Democrático, que não conseguiria mais eleger os prefeitos, sofrendo fragorosas derrotas políticas durante toda a década de 1950 e início dos anos de 1960, mais precisamente nos anos anteriores ao regime militar.

1.4 Formação das legendas políticas sob a influência estadual

A redemocratização do país após a Era Vargas trouxe ventos de mudança para a política piauiense, pelo menos nos termos das legendas políticas, uma vez que as famílias que já disputavam o poder estadual apenas se realocaram nos partidos recém-formados e deram sequência a uma política de rivalidades oportunidade em que houve um verdadeiro

⁷⁴ Ver: DUARTE, Renato. Op. cit.

⁷⁵ ARRAES, Ricardo. Op. cit. p.12.

revezamento no exercício do Governo do Estado, pelas duas principais legendas formadas inicialmente, a UDN e o PSD.

No Piauí, a princípio, formaram o PSD e a UDN, que disputariam as eleições de 02 de dezembro de 1945, em cujo pleito elegeriam dois senadores e sete deputados federais. O PSD era liderado pelo Interventor Leônidas de Castro Melo, pelas Famílias Gayoso e Almendra, Castelo Branco e simpatizantes do período intervencionista, enquanto a UDN era capitaneada pelos doutores Eurípedes Clementino de Aguiar e Mathias Olympio de Melo, ambos ex-governadores, pelo ex-desembargador Esmaragdo de Freitas e Sousa e por todos aqueles contrários ao regime ditatorial⁷⁶

Apesar da grande força das duas legendas deve-se ressaltar que a política piauiense não seria bipolarizada, ou seja, a UDN e o PSD teriam concorrentes que mostrar-se-iam importantes nas disputas eleitorais, esses partidos eram o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que além de exercer dois deputados estaduais no pleito de 1950: Darcy Fontenele de Araújo e Inácio Soares da Silva, ficaria com o Governo do Estado em 1958 com eleição de Chagas Rodrigues. Chagas Rodrigues não completou o mandato renunciando em favor de Tibério Nunes.

Pelo fato de tratar-se de um centro financeiro importante para o Estado do Piauí, é interessante que a política local sofria influência das esferas estaduais e nacionais. Mudando-se o interventor do Piauí, mudava-se conseqüentemente o prefeito intendente. Em suas anotações, o professor Ozildo Albano, cujas memórias e apontamentos foram compilados em livro, discorre sobre essas alterações. Um exemplo clássico é a deposição de Getúlio Vargas da presidência da República, que resultou na substituição do interventor do Piauí Leônidas de Castro Melo pelo coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz, e conseqüentemente na deposição do então prefeito Adalberto de Moura Santos em 12 de outubro de 1945, pelo médico Antenor Martins Neiva.

No entanto, a influência das esferas estaduais quanto à escolha dos prefeitos foi reduzida quando as mudanças nos governos estaduais e nacionais chegaram ao fim. Entre 1945 e 1948 Picos foi governada por seis prefeitos nomeados: Adalberto de Moura Santos, Antenor Martins Neiva, Francisco de Sousa Santos, Justino Rodrigues da Luz, Abílio Coelho de Carvalho e Maria do Socorro Portela Marcílio⁷⁷.

Enquanto a disputa na política estadual era marcada pela rivalidade entre as duas principais legendas que se alternavam no exercício do poder, em Picos o domínio da UDN foi

⁷⁶ BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e legendas da política piauiense*. Teresina, 2006. p.15.

⁷⁷ Ver: ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (Orgs). Op. cit.

absoluto, conseguindo sempre eleger os prefeitos e deter a maioria absoluta na Câmara Municipal. A eleição e consequente posse de Celso Eulálio em 21 de abril de 1948 marcou o início dessa hegemonia da UDN que se estenderiam pelos próximos 18 anos, encerrando-se apenas após as eleições realizadas dentro do regime militar, o que pode ser definido como uma grande histórica.

Concorrendo pela UDN, Celso Eulálio derrotou o médico João de Moura Santos, filiado ao PSD. Esse pleito foi marcado pela vitória udenista e pelo lamentável ocorrido quando da comemoração. O prefeito interino Abílio Coelho foi alvejado por um disparo de arma de fogo indo a óbito dias depois⁷⁸. Após esse trágico acontecimento assumiu interinamente a administração do município Maria do Socorro Portela Marcílio, primeira e mulher a ocupar – interinamente – o cargo de prefeita. Ela permaneceu à frente da gestão municipal entre 20 de março e 21 de abril de 1948, ocasião em que deu posse ao prefeito eleito Celso Eulálio e aos vereadores:

Antônio Rufino da Silva (PSD)
 Bem-vindo Luís da Luz (UDN)
 Filomeno Portela Richard (UDN)
 Joaquim Baldoíno de Barros (UDN)
 José Alves Bezerra (PSD)
 José Leôncio de Barros (UDN)
 José de Sousa Granja (UDN)
 Justino Batista de Carvalho (UDN)
 Raimundo de Sousa Brito (UDN).⁷⁹

A composição dessa Câmara Municipal que se tornaria a “Primeira Legislatura” do município após a redemocratização reflete bem a supremacia da UDN. A União Democrática elegeu sete vereadores contra apenas dois do PSD, controlando assim, a mesa diretora da Câmara e consequentemente as votações.

Essa influência da UDN na cidade de Picos pode ser entendida a partir de quais famílias se aglutinaram nas legendas. Como já analisado por Arraes a política estadual era gerida por grandes grupos entrelaçados por graus de parentesco que ampliavam o seu poder através de enlacedes matrimoniais. Em Picos, as famílias Dantas Eulálio e Nunes de Barros se reuniram, inicialmente, junto com os agregados, na UDN, enquanto os Santos, e seus aliados, aglutinaram suas forças no PSD.

No primeiro momento, o predomínio udenista podia ser justificado por essa união, que em parte, seria desfeita em breve. Inicialmente filiados a UDN alguns representantes

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem, Ibidem.

políticos da família Eulálio buscaram novos ares e filiaram-se ao PTB, quando este foi fundado no Piauí, tornando-se oposição à família Barros. Dentre eles podem ser citados o ex-prefeito Celso Eulálio e o futuro prefeito Severo Eulálio.

Nós éramos dos Eulálio, quatro homens: Tio Celso, que era da UDN, tio Urbaninho, o pai de Dr. Oscar, que era pai de Raimundo Eulálio, e houve uma divergência política entre os dois. Para você ver uma particularidade. Uma divergência política que fazia tio Urbaninho terceiro deputado e Tio Celso, terceiro deputado. Toda a vida Picos teve quatro deputados. Tio Urbaninho elegeu Dr. Antenor e seu Hélio Leitão⁸⁰.

José Eulálio Martins⁸¹ explica que houve um racha na sua família, do qual alguns integrantes buscaram o PTB. Esse setor divergente era encabeçado pelo ex-prefeito Celso Eulálio. “Aí nós saímos e fomos para o PTB porque não dava mais para conviver naquela época, aí ficou tio Urbaninho de um lado, da UDN, e tio Celso, do lado de cá (PTB)”⁸². Esse racha se revelaria catastrófico do ponto de vista político para o município de Picos, que não elegeu deputados estaduais nas eleições de 1954, uma vez que suas principais lideranças divergiram e conseqüentemente fracionaram os votos, resultado, todo mundo perdeu.

Quanto à família Santos deve-se frisar que apesar de perder o controle do poder municipal e, por conseguinte ter minoria na Câmara, manteriam representantes nas esferas estaduais nas eleições posteriores. É dessa época que o então suplente de senador Waldemar de Moura Santos assume o cargo com a morte do titular e depois renova esse mandato com a reeleição em 1962, oportunidade em que obteve 57.901 votos⁸³.

O curioso é que após a redemocratização do país, o grupo ligado ao coronel Francisco Santos, já devidamente filiado ao PSD, assumiu a Prefeitura Municipal de Picos Tal fato poderia representar o início de uma hegemonia socialdemocrata, o que não se verificou. Essa foi a primeira e única vez que essa legenda assumiu os destinos da gestão municipal entre 1946 e 1964. O farmacêutico Juscelino Rodrigues da Luz assumiu a função de Prefeito Municipal, e governou de 13 de maio de 1947 até 23 de janeiro de 1948. Tal mudança na orientação política local pode ser explicada por mais uma mudança nas esferas superiores, dessa vez, no Governo do Estado, com a vitória do médico udenista José da Rocha Furtado,

⁸⁰ Eulálio, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁸¹ José Eulálio Martins, mais conhecido por Zé de Emir era filho de Emir Maia Martins, advogado rábula por mais de 50 anos. O nome Emir Maia Martins adorna o auditório da Subseção da OAB de Picos. Além de advogado Emir Maia Martins foi vereador entre 1977-1983. Antes disso ele secretariou a Câmara Municipal de Picos, organizando os procedimentos burocráticos como as atas, daí o conhecimento de José Eulálio Martins sobre o que se passava naquela casa.

⁸² Eulálio, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁸³ Ver: BRANDÃO, Wilson. Op. cit.

que derrotou o pessedista coronel Jacob Gayoso. Essa eleição marcaria ainda a força da região de Picos nas eleições para a Assembleia Legislativa elegendo quatro representantes.

Picos é o único município piauiense a eleger quatro deputados à Assembleia Legislativa do Estado. São eles: Dr. Antenor Martins Neiva e Hélio das Chagas Leitão, pela UDN e Dr. João de Moura Santos e Alberto de Moura Monteiro, pelo PSD⁸⁴.

1.5 O multipartidarismo local

Apesar da força política demonstrada pela UDN e da oposição liderada pelo PSD, a cidade de Picos da década de 1950 e início de 1960 contava com mais dois partidos. Aqui tiveram seus representantes o PSP e o PTB, este último chegaria demonstrar força política embora sem jamais ameaçar a hegemonia udenista. Um fato curioso dessa época é que as agremiações funcionavam nas residências de seus principais líderes, apenas o fraco PSP possuía uma sede, e esta ficava bem localizada, na Praça Félix Pacheco, desde os anos de 1940 o principal cartão postal da cidade.

Eu me lembro bem visível do PSP – Partido Social Progressista – aqui na praça. Agora a UDN não tinha uma sede, que eu me lembre, podia ter, mas não posso te dizer que eu não sei, mas as referências da UDN era casa de seu Joaquim Baldoíno que é o pai de Dr. Helvídio e as outras duas referências eram a casa do coronel Francisco Santo, onde hoje é o cartório do 2º Ofício. E também a casa de seu Urbaninho que é ali na Rua Coronel Francisco Santos, e tinha a casa de Dr. Moura ali na Praça Josino Ferreira. As referências eram as casas⁸⁵

A fundação oficial da UDN em Picos ocorreria no dia 10 de julho de 1945. O partido sempre funcionou na casa de suas lideranças e filiados, inicialmente na residência de Raimundo de Carvalho Neiva. Se a união democrática e o PSD já tinham seus representantes de peso, o PSP não ficava atrás. O partido era coordenado por Alberto Monteiro, que em 1958 chegou a se eleger deputado estadual em coligação formada com o PR e o PRP, obtendo na ocasião 2.786 votos⁸⁶. Um dos fatos mais interessantes desse momento foi uma presença ilustre na cidade. Pela segunda vez em sua história um presidenciável discursava para a população picoense do coreto da Praça Félix Pacheco.

Foi Ademar de Barros, eu me lembro da década de 1950, eu era pequena e vi Ademar de Barros discursando aí nesse paredão onde hoje é a rádio

⁸⁴ ALBANO, Maria da Conceição; SILVA, Albano (Orgs). Op. cit. p.51.

⁸⁵ ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), janeiro de 2013.

⁸⁶ Ver: BRANDÃO, Wilson. Op. cit.

Guaribas. Ele era candidato a presidente da República e veio discursar em Picos⁸⁷.

O PTB chegou a disputar ainda eleições municipais sob a liderança de Severo Maria Eulálio, já formado em direito, e que viria a se constituir em forte opositor a Helvídio Nunes de Barros nas décadas subsequentes. Severo Eulálio se tornou suplente de deputado estadual em 1958 e na eleição de 1962 seria eleito deputado estadual com 5.873⁸⁸. Ele conservaria o mandato mesmo com o golpe de 1964, migrando para o MDB, mantendo uma tradição pessoal de oposição.

Apesar de contar com quatro partidos de onde poderia escolher os candidatos de sua predileção, as opções eram realmente poucas. Mesmo com pouca documentação, alguns indícios apontam que não havia ideologia política, a agregação às legendas aconteceu muito mais devido a influências e alianças estaduais do que propriamente a identificação para com o conteúdo programático dos partidos. Quanto aos eleitores, permaneceram sob as ordens dos líderes que sempre acompanharam, votando de acordo com a indicação dos mandatários em troca de favores, emprego, medicamentos, tecidos, qualquer presente ou brinde que lhe garantisse uma vantagem imediata. Tal conclusão pode ser corroborada pela totalidade dos depoimentos colhidos para esse trabalho de monografia. A compra e venda velada de votos, até por não ser explicitamente proibida era algo enxergado com naturalidade por políticos e eleitores, fazia parte daquilo que Berstein define por “cultura política”. Essa era a cultura política de Picos. “[...] uma vez que a cultura política, como a própria cultura se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação de uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu futuro”⁸⁹.

Outro ponto muito interessante era a forma como transcorriam as disputas eleitorais, assim como nos dias atuais a ida até a casa dos eleitores era determinante para o sucesso em um pleito, a diferença era a forma como isso acontecia, muitas vezes em jipes ou em animais de carga como burros e jumentos. Não era uma visão rara para a época ver o futuro governador do Piauí, Helvídio Nunes se utilizando de uma dessas montarias, e ao chegar às residências, independente do horário era sempre recebido com uma xícara de leite e um beijú quente⁹⁰. A hospitalidade para com os candidatos era uma tônica da época. Iniciada a disputa eleitoral as famílias realmente se empenhavam pela eleição de seus candidatos, e pelo menos

⁸⁷ ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁸⁸ Ver: BRANDÃO, Nunes. Op. cit.

⁸⁹ Ver: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

⁹⁰ CARVALHO, Odorico. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), setembro de 2006.

naquele momento em que a disputa ocorria, o acirramento era considerável, contando inclusive com a elaboração de jingles onde um candidato debochava do seu adversário. Como podemos observar no trecho a seguir:

O PTB não perdeu nada com a saída do Dagó. Tinha um ditado popular aqui que dizia: lascou o PTB de Dagó. O pessoal dizia, porque tinha essa música. As músicas de campanha daquela época eram às vezes denegrindo a imagem do outro⁹¹.

Já naquele período os jingles de campanhas preferiam por apontar falhas na imagem do candidato opositor do que propriamente enaltecer uma candidatura, e quando o faziam optavam por realçar traços pessoais ao invés de falar de projetos necessários para a população. Muitos populares não reclamavam desse aspecto, pelo contrário, divertiam-se com o pleito. O que chama a atenção é que após a eleição as famílias se reconciliavam, se visitavam, não havia um rancor duradouro. Segundo a memória de alguns entrevistados a população picoense de então era pacata, pouco afeita a rancores que se estendessem por longos períodos de tempo.

Enquanto os prefeitos eram nomeados, a influência do Governo do Estado na política picoense era inegável, mas tão logo passou a haver eleições, essa influência parece ter diminuído consideravelmente. Chegar a essa conclusão é fácil, baseando-se em uma breve comparação entre os prefeitos e governadores do período estudado. Enquanto a população piauiense elegeu Pedro de Almendra Freitas (PSD) em 1950, os picoense optaram, no mesmo ano, pelo udenista Justino Rodrigues da Luz (1951-1955). Pela penúltima vez o velho farmacêutico, célebre por abrir as portas de sua farmácia para os mais pobres, chegou a Prefeitura Municipal. Não é exagero dizer que entre 1920 e 1964 a política picoense se confunde com a vida de Justino Luz. Essa campanha eleitoral foi marcada ainda pela vinda do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a presidente da República pela UDN. Duarte narra que foi montada uma verdadeira operação de guerra para acomodar o visitante ilustre.

O comício feito pelo brigadeiro Eduardo Gomes reuniu uma das maiores concentrações populares até então vistas em Picos, pois atraiu até pessoas de municípios vizinhos. A programação da comitiva do candidato na cidade incluía um banquete oficial, que teve lugar na residência do prefeito, Celso Eulálio, também da UDN⁹².

Os udenistas estaduais não lograram êxito nessa eleição, nem na de 1954 com a vitória de Gayoso e Almendra que comandou a dobradinha conhecida nacionalmente

⁹¹ ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁹² DUARTE, Renato. Op. cit. p. 116

PSD/PTB. Ele obteve 101.689 contra 76.119 do udenista Lustosa Sobrinho⁹³. Em Picos não haveria grande mudança política na eleição de 1955, marcada pelo início da trajetória política do maior vulto público do município no século XX, formado em direito Helvídio Nunes de Barros daria largada para ocupação de uma série de cargos públicos, eletivos e de indicação. As eleições, portanto, já ocorriam em anos diferenciados. Em 1958 a UDN perderia novamente no Estado, dessa vez para o PTB de Júlio Chagas Rodrigues. Com a renúncia de Júlio Chagas Rodrigues, assumiu o vice-governador Tibério Nunes da UDN.

Em 1959 a população confirmou o udenista Justino Luz pela sexta e última vez à frente da Prefeitura Municipal de Picos. O município se mantinha assim à direita fazendo-se uma comparação com a política nacional, e até estadual. Os picoenses seriam a primeira vista conservadores, com seu claro favorecimento a UDN, mais reacionário dos partidos da curta experiência democrática de 1946-1964. A UDN venceria uma eleição para o Governo do Estado somente com Petrônio Portela e sua impossível coalizão com grupos oriundos do PSD e PTB, expondo a tônica da política brasileira, em que mais importa os interesses pessoais do que coletivos. Em 1962 Petrônio obteve 112.285 votos, contra 72.742 dispensados ao seu adversário, o pessedista Constantino Pereira. Na última eleição antes do golpe militar os picoenses, em uma mostra clara de continuísmo, elegerão João de Deus Filho, da UDN. Ele tinha por vice-prefeito Florêncio Bento Bezerra do PSD. Estes candidatos tomaram posse em 31 de janeiro de 1963, junto com a Câmara Municipal que contava com dois vereadores petebistas: Manoel Inácio Gomes e Ulisses Ribeiro da Silva.

Por esses dados pode-se entender que Picos possuía uma tradição oposicionista, divergindo claramente dos resultados em âmbito nacional e federal. Essa incrível indiferença permaneceria nas décadas de 1960 e 1970 quando o município protagonizaria alguns resultados eleitorais incríveis, mesmo sob a égide dos militares e a limitação do bipartidarismo. Essa luta entre as duas legendas será estudada mais minuciosamente nos próximos capítulos.

⁹³ Ver: BRANDÃO, Nunes. Op. cit.

2 ARENA E MDB: singularidades locais

Para o desenvolvimento desse trabalho científico, além do necessário estudo das fontes escritas, decidiu-se priorizar os depoimentos orais de personagens que viveram momentos decisivos, acompanharam e foram protagonistas de mudanças que afetaram as vidas da população picocense. O regime militar, dentro do período de análise da História Oral, é rico para explorar essa modalidade de estudo, pois oferece a oportunidade de relembrar àqueles que muito têm o que dizer, e que, portanto, podem encontrar no historiador, como diz Thompson, a figura de um terapeuta: “Cada vez mais os especialistas em envelhecimento têm reconhecido que entregar-se a reminiscências pode ser uma maneira interessante de os idosos manterem o sentimento de suas identidades em um mundo em mudança”¹.

É claro que deve existir a análise crítica das fontes orais assim como das fontes escritas, como aponta Pollack². Deve-se frisar que, como discorre Thompson, as fontes escritas também são repletas de sentido, da parcialidade de quem as escreveu, a diferença é não poder dialogar pessoalmente com os antigos, ou seja, com os redatores de documentos há muito adormecidos. Dessa forma, a História Oral permite não apenas ouvir o que diz o entrevistado, mas vê-lo, saber como está se pronunciando, quais as suas expressões, as palavras usadas, tudo pode ser analisado pelo entrevistador, que atentamente o observa e aproveita histórias de um passado que se torna mais claro. Nesse caso, a predisposição para ouvir constituiu-se em um atributo digno de consideração, lembrando que a medida que ouve, grava, arquiva e transcreve esses depoimentos, o historiador está também tornando-se produtor de documentos que serão usados no futuro.

A história oral tem sido feliz ao oferecer essa possibilidade para comunidades que não dispõem de fontes escritas em grande número, permitindo que o idoso sobreviva através de suas memórias, que serão constantemente utilizadas por pesquisadores. Os depoimentos colhidos passarão a fazer parte da história de uma cidade que até então desconhecia seu passado ou o conhecia apenas através de relatos orais.

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta³.

¹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992. p. 40.

² Ver: POLLACK, Michel. Memória e Identidade. *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 02, n. 3, p. 3-13, 1989.

³ Ver: POLLACK, Michel. Memória e Identidade. *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 02, n. 3, p. 3-13, 1989.

Nesse segundo capítulo do trabalho será analisada a formação do MDB e da ARENA no município de Picos, logo após o início do regime militar. Como dito no capítulo anterior, a política local sempre apresentou inúmeras particularidades, e essas particularidades não terminaram ao fim da breve experiência democrática de 1946-1964, antes, se acentuavam durante o regime militar. Enquanto a política estadual era marcada por uma acirrada disputa entre UDN e PSD, com o PTB como fiel da balança, que até chegou a eleger o governador do Estado⁴, na cidade de Picos havia uma hegemonia clara da UDN que conseguiu fazer todos os prefeitos entre 1948 e 1962, não perdendo uma única eleição⁵. Pode-se entender que a cultura política de Picos era de oposição. Mesmo dependendo diretamente do Governo do Estado como principal fonte de recursos, os políticos locais não se submetiam a lógica estadual e permaneciam fiéis a UDN, ou aos líderes que a representavam, embora não houvesse uma ideologia partidária tradicional, ideologia entendida aqui no sentido do conjunto e corpo de ideias que comporia a ordem de organização de alguns indivíduos sobre uma sigla partidária, o que podia ser notado, por outro lado, em uma clara fidelidade para com as famílias que integravam esses grandes blocos. A família Nunes de Barros⁶ mostrava-se detentora de uma grande capacidade de articulação em manter ao seu lado um número considerável de famílias coadjuvantes, dentre eles os “Luz”, que teriam o importante político, Justino Luz como prefeito eleito da cidade por duas vezes só na década de 1950.

Herdando a fala mansa e a simpatia do pai, Teresa Leda Luz Costa⁷ narra a forma de Justino Luz de fazer política. Dono de uma farmácia localizada na Praça que hoje carrega seu nome, era comum para “seu Justino”, como era conhecido por todos, ganhar a simpatia da população através dos favores que prestava e das doações que fazia, e com isso, foi alçado à condição de prefeito, voltando constantemente ao cargo.

Ele era muito caridoso, quando chegava gente na farmácia para comprar remédio, aí ele me dizia minha filha não cobre não, e eu dizia papai ele tá com o dinheiro para pagar, mas minha filha ele precisa ter o dinheiro para comprar

⁴ Chagas Rodrigues foi eleito Governador do Piauí em 1958 com 101.523 votos. Para mais informações ver: BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina, 2006.

⁵ Na ordem: Celso Eulálio (1948), Justino Luz (1951), Helvídio Nunes de Barros (1955), Justino Rodrigues da Luz (1959), João de Deus Filho (1963). Ver: LAVÔR, Osvaldo. *Poesias & Políticos*. 2º Ed. Gráfica e Editora Brito. Picos, 2006.

⁶ Enfatizando que o poderio da família Nunes de Barros era ampliado pela sua ligação com as famílias Nunes, Baldoíno e Araújo. Como explicado no primeiro capítulo, a composição Nunes de Barros será a mais utilizada para este trabalho.

⁷ Teresa Leda Luz é filha de Justino Luz, tendo-o ajudado a administrar a farmácia. Ela exerceu o cargo de vice-prefeita (1971-1973) na gestão do professor Antônio Barros Araújo e foi vereadora entre 1973-1977.

um arroz, uma carne para se alimentar. Filha temos que fazer caridade, não devemos pensar só nesse mundo não, isso aqui é só uma passagem⁸.

A admiração incontida na voz da senhora Leda Luz, como é conhecida em Picos, não é a particularidade de uma filha. Conversas informais com pessoas mais idosas mostram que Justino Luz foi um líder político cujo legado de fato ficou marcado na memória coletiva⁹ como alguém merecedor do carinho popular, e de seus votos. Ainda se utilizando dos depoimentos de Leda Luz, descobre-se que nos anos de 1950 existiam quatro farmácias na cidade, mas a do seu pai acabava sendo muito requisitada, uma vez que as pessoas sabiam que poderiam conseguir medicamentos gratuitamente, amparando-se na generosidade do proprietário. É interessante notar que em algumas cidades os donos de estabelecimentos comerciais farmacêuticos acabaram fazendo nome, pois além de vender, ou doar os medicamentos, realizavam pequenos procedimentos médicos, como curativos, injeções, e até extrações dentárias. Quando bem sucedidos conquistavam fama e, assim, a possibilidade de representar a população através de cargos eletivos, caso este de Justino Luz.

Justino Luz passou a história local como um político que, ao contrário do que apregoa o senso comum, não enriqueceu ao final de sua vida pública, não deixou grandes propriedades pessoais. O memorialista Renato Duarte discorre que o ex-prefeito Justino Luz teria deixado à família apenas a farmácia e a casa onde residia, fruto de uma forma de fazer política que dilapidava o próprio patrimônio em prol das vitórias eleitorais, e de favores pessoais, já que as doações de medicamentos não aconteciam apenas no período eleitoral¹⁰. Deve-se enfatizar, no entanto, que apesar da aparente boa intenção de Justino Luz, sua prática não destoava do paternalismo, uma vez que sua atuação mais precisa pelos necessitados deveria ser através dos cargos públicos que exerceu, beneficiando assim, o coletivo. Um dos acontecimentos marcantes registrados na cidade de Picos foi o seu falecimento ocorrido em 18 de junho de 1966, vítima de câncer de próstata. Leda Luz ainda lembra o dia em questão:

No sepultamento dele as pessoas não queriam nem que colocasse em cima do carro, era para ir era mulher, era homem, tudo pegando no caixão, aquela Avenida Getulio Vargas lotada, tenho até as fotografias¹¹

⁸ COSTA, Teresa Leda Luz. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁹ Ver: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

¹⁰ Nos depoimentos em que Justino Luz foi citado, todos foram unânimes ao afirmar que doar medicamentos para pessoas com dificuldades financeiras era uma constata, mesmo não se tratando de período eleitoral.

¹¹ COSTA, Teresa Leda Luz. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

Leda Luz se mostra satisfeita com o reconhecimento recebido pelo pai por parte da população picoense. Ela revela que Justino Luz não a queria no mundo da política, para o qual não haveria saída, uma “vez que para a política só tinha caminho de entrada”¹².

2.1 O secundarismo dos partidos políticos

A partir da análise dos depoimentos de Leda Luz, Euvaldo Santos, Inácio Baldoíno, Oneide Rocha, Mundinho Bezerra, mencionados até aqui, é possível entender que a questão partidária era realmente diminuta, ou seja, de importância secundária, uma vez que o político e as famílias de onde eles vinham contavam mais do que as legendas as quais pertenciam. Há, entretanto, algo muito interessante. Nos depoimentos, os entrevistados demonstraram um certo orgulho das agremiações que integraram, lembrando com saudosismo da UDN e PSD. Apesar dessa ideia de pertencimento, de um dia ter integrado essas legendas, não houve nenhum movimento de luta para defendê-las.

A forma de fazer política e conseguir os votos do eleitorado picoense se fazia através do clientelismo. Ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960 a política local podia ser definida como excludente e elitista, pois eram poucos os que possuíam o “direito” de pleitear o sonhado cargo de prefeito. Como será estudado mais adiante, não havia grande revezamento em torno dos nomes que pleiteavam a chapa majoritária. Muitas pessoas ainda se referiam aos líderes como “chefes políticos”¹³, administradores que faziam mais do que representar a população, mas governá-la, às vezes de forma excessivamente rígida.

Com a experiência de 20 anos de poder legislativo, Olívia Rufino entende que havia uma sujeição do eleitorado para com os líderes políticos que determinavam como a população deveria votar.

Meu pai era do antigo PSD do coronel Francisco Santos, era coronel, ele comandava a cidade. Mas eu comecei a descobrir algumas coisas. Helvídio Nunes chegou do Rio de Janeiro, advogado, competente, inteligente e começou a fazer uma propaganda política no primeiro carro de som da cidade, um jipe 51. Ele fazia um discurso sobre o que era política. Então ouvindo o Helvídio comecei a entender que política não era aquilo que se vivia aqui, mas o que ele falava tinha um som, um tom, uma ideia de democracia, e que ao invés de não gostar, achava muito importante que ele estava derrubando os currais eleitorais...Eu não acho que havia naquele

¹² Em seu depoimento Leda Luz declara que sempre teve interesse na política, mas era constantemente alertada pelo pai a não participar da vida pública.

¹³ Essa expressão foi notada sobremaneira nos depoimentos colhidos para esse trabalho. Alguns entrevistados aparentavam certo orgulho ao acentuar a sua fidelidade aos “chefes políticos”.

tempo que dava pra gente notar era uma sujeição, uma espécie de obediência cega ao que os coronéis diziam, eles falavam e pronto, falou tá falado¹⁴.

O depoimento de Olívia Rufino contradiz o memorialista Renato Duarte que afirmou em seu livro não ter havido o fenômeno do coronelismo na cidade de Picos durante os anos 1950. Pelo depoimento da professora, Helvídio, recém formado em direito, teria voltado a Picos e levantado novas ideias, chamando algumas pessoas a reflexão, ela própria, tocada pela retórica do jovem advogado. Seria pelas décadas seguintes uma fiel seguidora de Helvídio Nunes, aderindo posteriormente a ARENA, sob a orientação deste.

2.2 Câmara Municipal, um poder representativo sem poder

Tornando a história política local ainda mais interessante, a última eleição que levou um udenista a Prefeitura Municipal, João de Deus Filho, contou com um pessedista na composição da chapa. Florêncio Bento Bezerra - cujo nome não mais figuraria na lista de candidatos eleitos a partir daí - tornando-se vice-prefeito. Além do tradicional predomínio da UDN na Câmara Municipal, essa última legislatura do período democrático, empossada junto com o prefeito em 31 de janeiro de 1963, contou com dois vereadores do PTB: Manoel Inácio Gomes e Ulisses Ribeiro da Silva, os primeiros e únicos candidatos eleitos pelo partido de Getúlio Vargas no município de Picos. A essa altura a política nacional já fervilhava com uma série de acontecimentos que mudariam os destinos do país¹⁵.

O Brasil já havia presenciado atônito a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart sob a égide do Parlamentarismo, e em seguida a sua efetivação como presidente republicano depois de plebiscito realizado no ano de 1963. Mesmo com o calor das informações que chegavam através do rádio, a política local transcorria sempre com os olhos voltados para os acontecimentos do município. As atas da Câmara Municipal de Picos mostram que os principais “debates” da época giravam em torno de bodes, cercas, pavimentação poliédrica de ruas. A análise dessas atas e do pouco conteúdo verificado nelas permite entender que o plenário do Poder Legislativo picoense não era palco de grandes debates sobre temas nacionais ou estaduais que afetassem as vidas da população. Ainda muito jovem, mas desde cedo interessado em política, José Eulálio Martins esclarece o porquê de atas tão limitadas em conteúdo:

¹⁴ RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

¹⁵ Ver: SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Tinha algum discurso, mas a maioria dos vereadores, 90% da Câmara, 80% da Câmara, como se diz... não era versada em oratória, só fazia o que o prefeito dizia. As sessões duravam pouco tempo, era só sentado ali, já estava tudo no ponto, papai era o secretário da Câmara, já estava tudo pronto, só faziam preencher¹⁶.

Mesmo com esse relato direto sobre a inexistência de mais ação por parte do Poder Legislativo, Zé de Emir afirma ter havido uma mudança considerável na Câmara Municipal após a “revolução”¹⁷, quando os vereadores passariam a se manifestar com mais veemência, pelo menos, cobrando mais do prefeito. Em um primeiro momento a mudança de regime e consequentemente de siglas teria afetado os ânimos dos políticos, e nesse caso em especial, dos vereadores, o certo é que a gestão do próximo prefeito, o médico Oscar Eulálio, não seria tão fácil, as disputas no plenário seriam mais acentuadas, com os vereadores cobrando explicações por parte do chefe do Poder Executivo.

Contudo, as notícias dos acontecimentos nacionais chegavam a cidade de Picos, As pessoas as acompanhavam principalmente através dos aparelhos de rádio, jornais e revistas impressas, como O Cruzeiro¹⁸. A Rádio Globo aparentava ser a mais escutada¹⁹, e através dela as notícias dos acontecimentos se precipitaram até a pequena cidade rural. As informações também chegavam através das principais lideranças políticas da cidade que a representavam em esferas mais elevadas, dentre estes Helvídio Nunes de Barros, à época deputado estadual e secretário do governo Petrônio Portela. Houve uma clara apreensão entre os políticos picoenses sobre o que aconteceria no país a partir de 31 de março de 1964, mas diferentemente do que ocorreu em Teresina, Picos - talvez por não ser considerada uma cidade estratégica para a Doutrina Segurança Nacional elaborada pelo coronel Golbery do Couto e Silva²⁰ - não vivenciou marchas, ou passeatas, as pessoas receberam a informação sobre a mudança de regime, mas não se manifestaram, nem contra, nem a favor da tomada do poder pelos militares, houve apenas silêncio²¹.

¹⁶ EULÁLIO, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

¹⁷ Mesmo correligionário histórico do MDB, durante toda a entrevista de 1h06min de duração, José Eulálio sempre se referiu ao Golpe Militar de 1964 como “revolução”.

¹⁸ O primeiro aparelho de TV chegou a Picos apenas em 1970.

¹⁹ Não foi realizado aqui um estudo técnico para saber qual a emissora mais ouvida, mas os entrevistados sempre mencionaram a Rádio Globo como uma grande repercutidora das notícias nacionais.

²⁰ A Doutrina de Segurança Nacional preconizava que cidades com população acima de 200 mil habitantes eram estratégicas para a segurança do país, bem como as capitais dos Estados. Dessa forma durante o regime militar, além de não poderem escolher presidente, os eleitores ficaram podados de votar para Governador e prefeitos dessas grandes cidades, geralmente indicados. Como Picos possuía à época do golpe de 1964 aproximadamente 50 mil habitantes, ficou fora desse programa, podendo votar normalmente para prefeitos e vereadores. Ver: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Vol. 01. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²¹ Durante as entrevistas para esse trabalho todos foram unânimes em dizer que não se verificou nenhuma resistência de protesto na cidade de Picos contra a tomada de poder pelos militares. As pessoas não entenderam

A História Oral se mostrou uma importante metodologia de investigação para entender e conseqüentemente explicar o funcionamento do Poder Legislativo municipal de então. Os vereadores reuniram-se no dia 06 de março de 1964, portanto, um mês antes do golpe, quando a política nacional já fervilhava. Nesse único dia os parlamentares lavraram três atas, correspondentes a sétima, oitava e nona sessões ordinárias do segundo ano da quinta legislatura. Os debates giraram em torno de temas de menor relevância no que tange a política nacional, estavam em pauta assuntos locais como os balancetes da gestão do prefeito João de Deus Filho (UDN). Nos escritos da nona sessão os vereadores apenas a teriam aberto e “não havendo nada a tratar declararam por encerrada a sessão”²². O golpe ainda não havia acontecido, mas a política nacional já fervilhava com acontecimentos, cheirava-se a conspiração, mas nenhuma referência era feita a fatos nacionais ou estaduais.

As quatro atas citadas corresponderiam a quatro sessões que deveriam ter ocorrido nas semanas subsequentes. Dessa forma os parlamentares da época faziam uma reunião para dar validade a decisões tomadas pelo prefeito. Presidia a Câmara Municipal nessa época o vereador Isaac Batista (UDN), tendo por vice-presidente João José Batista (UDN) e por secretário-geral Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues (PSD). Ainda, segundo José Eulálio, que evoca as suas memórias, não havia “necessidade” de reuniões diárias uma vez que não haveria o que discutir. O perfil do vereador picoense de então era o de um representante de um grande povoado.

Não se candidatava vereador da cidade, os partidos não candidatavam. A Bocaina tinha um vereador. São Luís tinha um vereador, São João da Canabrava tinha um vereador, Aroeiras do Itaim tinha um vereador, Itainópolis tinha um vereador, Monsenhor Hipólito Tinha um vereador, Santo Antônio de Lisboa começou com seu Isaac Batista que posteriormente foi deputado estadual e prefeito. O povo da cidade não podia, o vereador não ganhava nada, então eram os chefes políticos que vinham do interior para formar a Câmara, o prefeito mandava buscar no carro dele, então se reunião uma vez por mês²³.

No depoimento citado por José Eulálio fica claro que o papel da Câmara Municipal era diminuto, onde se concentrava a atuação dos “chefes políticos” dos povoados do interior, que garantiam o apoio às lideranças políticas que atingiam a Prefeitura Municipal, e por sua vez garantiam o apoio aos candidatos a cargos de nível estadual. A importância deles estava

aquilo como normal, mas preferiram se omitir. Nem nas atas da Câmara Municipal de Picos consta qualquer manifestação por parte dos vereadores, daí o entendimento.

²² ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 06/03/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.154. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

²³ EULÁLIO, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

mais na sua atuação como cabos eleitorais, do que como parlamentares. É preciso mencionar que havia toda uma estrutura que assegurava esse apoio. O agricultor Sebastião Antônio Leal, vizinho do ex-vereador Eurípedes Borges, relatava que a casa do político estava sempre cheia de pessoas precisando de favores e ajudas financeiras para enfrentar grandes crises, como a seca. Eurípedes Borges representava o então povoado de Saco do Engano, hoje município de Santana do Piauí, emancipado de Picos em 1992. Dessa forma, os vereadores eram na realidade subchefes políticos que davam sustentação as lideranças mais gabaritadas eleitoralmente.

Uma vez que a base eleitoral do domínio oligárquico ao longo do tempo assenta-se nos municípios no qual predominam o analfabetismo, a pobreza, o atraso e o isolamento, o controle dos partidos políticos, dependência face aos chefes locais e o clientelismo político completam essa estrutura do poder local. Assim, forma-se a moldura à estabilidade dos subsistemas econômico e político-partidário²⁴.

Como não tinham subsídios de vereadores, essas lideranças políticas terminavam por receber cargos na administração municipal como forma de ser remunerados pelo trabalho político que desempenhavam, e, dessa forma, perpetuava-se um sistema político que se amparava nas necessidades da população mais pobre com os dirigentes, como aponta Arraes. Passados 34 anos desde o fim da chamada “República Velha”²⁵ as práticas clientelistas persistiam no interior do Piauí.

Após a reunião de 06 de março os vereadores voltariam ao plenário da Câmara Municipal no dia 03 de abril de 1964, portanto, três dias após o golpe. Participaram dessa sessão os vereadores: Isaac Batista de Carvalho, Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues, Antônio José de Araújo Gomes, Raimundo de Sá Urtiga e Ulisses Ribeiro da Silva. Nesse único dia foram lavradas três atas correspondentes a três sessões, sem discussões mais relevantes. Nestas, constavam que os vereadores estavam mais ocupados debatendo projetos de autoria do Poder Executivo que em nada tinham a ver com política, como sugere o trecho:

Um, que fica proibido a criatório de caprinos e ovinos em toda a fazenda Curralinho, deste município, compreendendo os lugares Curralinho, Serra do Tanque e Morro Redondo. Outro que abre no orçamento vigente crédito

²⁴ Ver: ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1994*. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, UNICAMP, 1999.

²⁵ Período caracterizado pelo clientelismo, voto aberto, em que os líderes municipais garantiam a vitória eleitoral dos governadores, que por sua vez asseguravam a vitória do presidente da República. Ver: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

especial no valor de Cr\$ 24.000,00 para o pagamento de alugueis do prédio que serve de sede da Companhia CP-4, da Polícia Militar do Piauí²⁶.

Outro projeto dessa mesma sessão, um pouco mais polêmico, mas também sem referência aos acontecimentos que mudaram a orientação política do país.

Outro do vereador Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues que atualiza a criação do município de Francisco Portela, desmembrado deste município de Picos, Estado do Piauí, com sede no atual povoado de Paquetá²⁷.

Dessa forma não houve nenhuma espécie de manifestação sobre a mudança de orientação política no país. Quanto aos parlamentares picoenses vale destacar ainda que em sua maioria lutavam principalmente pela emancipação dos povoados que representavam, muitos terminaram conseguindo, como pode ser percebido no comentário anterior de José Eulálio²⁸. Quanto à tensa movimentação política verificada nas esferas mais elevadas de poder, nenhuma menção. Em seu depoimento, a professora Oneide Rocha lembra que houve um verdadeiro silenciamento na cidade de Picos.

Por esse momento em especial pode-se entender a importância da História Oral. Um pesquisador que viesse a ater-se apenas as atas da Câmara Municipal poderia deduzir, diante do silenciamento daquela casa, que o golpe militar não representou nenhum impacto para a população da cidade uma vez que o legislativo deveria refletir os anseios da população que representa, mas os relatos coletados junto as pessoas que viveram o período turbulento, que foram testemunhas oculares dos acontecimentos, mostram algo diferente. Mesmo sem as reações civis, como verificadas em outros pontos do país, o medo foi uma característica do cotidiano dos picoenses que também estavam inteirados do que estava acontecendo nacionalmente. Esse fenômeno e a compreensão da dinâmica, ou ausência dela, na Câmara Municipal de Picos puderam ser evidenciados através dos relatos coletados oralmente.

Às vezes, a expressão “tradição oral” identifica um conjunto de bens materiais preservados do passado. Outras vezes, a usamos para falar do processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à seguinte. “História oral” é uma expressão mais especializada, que em geral se refere a um método de pesquisa, no qual se faz uma gravação sonora de uma

²⁶ ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 06/02/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.154. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

²⁷ Idem.

²⁸ Essa luta dos vereadores picoenses em busca de emancipar os povoados que representavam consiste em outro excelente mote para análise, que podem resultar futuros trabalhos científicos.

entrevista sobre experiências diretas ocorridas durante a vida de uma testemunha ocular²⁹.

2.3 O golpe repercute no Piauí

Quanto ao golpe é preciso entender que as suas consequências repercutiram diretamente sobre o Estado do Piauí, à época governado pelo udenista Petrônio Portella. Em seu livro “Mitos e Legendas da Política Piauiense”, bastante abordado nesse trabalho, o professor Wilson Nunes Brandão entende ser Petrônio Portella o político piauiense mais influente do século XX. Uma superficial análise da trajetória desse valenciano torna difícil discordar de tal conclusão. Ao assumir a presidência da ARENA na década de 1970, Petrônio Portella teria granjeado o respeito do então presidente Ernesto Geisel³⁰ que o via como um lutador, dono de grande capacidade de articulação. O fato curioso, e que mostra que algumas pessoas possuem mais capacidade de sobrevivência do que outras no campo político, é que Petrônio Portella, filiado a UDN, se mostrou contrário à derrubada de João Goulart pelos generais, contudo, ao perceber que a situação estava perdida declarou apoio ao novo regime, constituindo-se em um dos poucos governadores a se manter no posto, enquanto as cassações seriam uma tônica nos meses seguintes³¹.

O curioso nessa história foi a postura inicial do Governador. Ele foi o responsável por levar a UDN a vitória no Governo do Estado, em 1962, conseguindo apoio de setores de agremiações rivais, como o PSD e o PTB³², mas no golpe decidiu se manter inicialmente pela legalidade, indo de encontro a postura que vinha sendo adotada pelo seu partido nacionalmente. A UDN ficou notoriamente conhecida na história política nacional por não aceitar as derrotas eleitorais, buscando constantemente impugnar os processos eleitorais, recorrendo sempre aos militares. “Recorria-se à intervenção militar, segundo a lógica da época, como forma de corrigir o que consideravam desvios do meio político e dos resultados eleitorais”³³.

Ao perceber que o golpe havia se sagrado vitorioso com a saída do presidente eleito do país, Petrônio Portella tratou de realizar mais uma de suas famosas manobras políticas, aspecto que por anos foi jogando contra este político, o fato de ter declarado apoio e

²⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.51.

³⁰ Ver: GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. Vol. 03. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³¹ Ver: TAVÁRES, Zózimo. *Grandes vultos que honraram o Senado – Petrônio Portella*. Brasília, Senado Federal: 2010.

³² Ver: BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e Legendas da Política Piauiense*. Teresina, 2006.

³³ BORGES, Op. cit. p.17

fidelidade ao grupo vencedor. A partir daí, o Estado do Piauí passaria a sentir o peso do regime militar de forma mais efetiva, configurando-se como um poder policial³⁴.

Brandão discorre que em Teresina houve uma verdadeira subserviência ao regime dos militares. Um mês após a vitória do “movimento revolucionário”, em 08 de maio de 1964, foi realizada uma notória sessão extraordinária da Assembleia Legislativa pedindo a cassação dos mandatos de deputados considerados subversivos.

Um simples ofício do comandante da Guarnição Federal em Teresina, coronel Francisco Mascarenhas Façanha, encaminhado ao presidente da Assembleia, João Clímaco D’Almeida - Joqueira, foi o suficiente para ensejar um processo sumário de cassação de mandatos³⁵.

Foram cassados os deputados Celso Barros Coelho, Themístocles de Sampaio Pereira e José Alexandre Caldas Rodrigues. Todos os mencionados discursaram na sessão não entendendo o porquê da perda dos direitos políticos. Pelo menos 32 deputados foram favoráveis a cassação, apenas dois votaram contra, enfatizando o clima de medo que havia chegado ao Piauí e a subserviência dos políticos aos militares. O que pode ser entendido é que naquele momento histórico, a população brasileira, que mais uma vez assistiu a tudo “bestializada”³⁶, até chegou a se manifestar favorável a intervenção militar, uma vez que entendia-se que o regime estava realmente corrompido.

Atualmente, os militares são heróis em uma memória coletiva que se cristalizou em determinados grupos que viveram aquela época, chegando a tornar-se sinônimo de ética e respeito no trato com o dinheiro público. A questão levantada por muitas pessoas é quanto a capacidade do brasileiro de saber escolher seus representantes através do voto, uma vez que existiriam uma série de situações que podariam a capacidade de livre-escolha dos representantes:

Pelo que ouvia e lia, porque naquele tempo a comunicação não era tão boa como hoje, porque às vezes agente pensa que é um tipo de manobra das massas, e que as pessoas são conduzidas a pensar não por si, porque a mídia transforma as pessoas em automotos que não pensam por si. E as pessoas

³⁴ Ver: KUCINSKI, Bernardo. O Fim da ditadura militar. São Paulo: Contexto, 2001. p. 11.

³⁵ BRANDÃO, Wilson Nunes Op. cit. p. 63

³⁶ Esta palavra é uma referência ao historiador José Murilo de Carvalho que analisa a frase dita por Aristides Lobo quando do processo de golpe que deu origem a República no Brasil. Segundo Lobo, a população tinha assistido a Proclamação da República “bestializada”. No golpe de 1964 aconteceu algo parecido uma vez que a população foi dormir sob um regime e acordou sob a égide de outro, e nada pôde fazer para mudar esse quadro. Inicialmente não haveria reação popular intensa, essa reação seria verificada futuramente. Ver: CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

não sabem avaliar e colocar aquilo nas devidas proporções, naturalmente que a ditadura militar não é um regime correto, correto é uma eleição popular onde o povo dá a sua opinião. A pergunta é: nós somos conscientes? O povo que recebe a Bolsa Renda, a Bolsa Família, vota consciente? Eu acredito que não³⁷.

A declaração da professora Olívia Rufino é um desabafo diante da atual democracia representativa do Brasil que se utiliza de programas sociais destinados à amplos setores da sociedade brasileira. A professora e tantos outros de sua geração construíram uma memória peculiar do passado, que muitas vezes se confronta com a memória das esquerdas, uma vez que estas se colocaram com um posicionamento de confronto direto ao regime que se instalara, acabando por defini-lo como nocivo ao povo brasileiro³⁸. Como será estudado logo mais, não havia em Picos uma questão de ideologia clara para atuação partidária no período da ditadura, e até filiados ao MDB tornar-se-iam admiradores do regime militar.

2.4 Em Picos houve medo...e oportunismo

O interessante é que nesse momento histórico, enquanto as cassações imperavam no País e no Estado, e o avanço dos militares assustava, em Picos reinava o silêncio. Acompanhando os acontecimentos nacionalmente através de emissoras radiofônicas, como a Rádio Globo, não houve, em Picos, manifestações sociais contra a derrubada de João Goulart do Governo, nem passeatas contra os militares, grande parte dos picoenses permaneceram em casa, a maioria com um medo compreensível.

Excelente memorialista, a professora Oneide Rocha, ainda muito jovem quando desses acontecimentos, relembra um triste fato ocorrido com parentes que terminou por repercutir fortemente junto à sociedade picoense de então:

Eu tinha umas sobrinhas que moravam na Bahia, o pai delas, que era casado com uma filha de Chico Santos, ele foi morar em Salvador, e as meninas eram do PC do B, essas minhas sobrinhas, inclusive uma foi presa na UNE, no congresso de Ibiúna³⁹, naquele congresso dos estudantes da UNE, uma delas foi presa, e o marido dessa foi preso, a outra teve que viver anonimamente no Maranhão, Ceará. E aqui em Picos, eram minhas sobrinhas, da minha família, mas ninguém podia falar, todo mundo falava

³⁷ Ver: RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

³⁸ Ver: DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

³⁹ Congresso de Ibiúna realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no Estado do Goiás que onde um grande número de estudantes universitários e secundaristas foram presos pelo Exército brasileiro durante uma batida. Ver: NOBLAT, Ricardo. *O que é ser jornalista: memórias profissionais de Ricardo Noblat*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

baixinho, porque achavam que elas eram subversivas, estavam fazendo errado, criminalizavam essas meninas, com medo, até porque às vezes descobrem que éramos parentes e podia ter alguma retaliação contra a gente⁴⁰.

Tal acontecimento ocorrido com indivíduos que tinham ligações com Picos, pode ter repercutido junto a opinião pública local, que temeu um destino semelhante. A própria professora Oneide Rocha enfatiza que a sua família tinha medo de debater abertamente a prisão dos parentes.

Se por um lado houve medo, por outro, verifica-se a existência de pessoas dotadas de um senso considerável de pragmatismo, dentre eles o ex-prefeito, na época deputado estadual e titular da mega Secretaria de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio do Piauí (SEVOPAIC), Helvídio Nunes de Barros. Este tratava de informar aos seus correligionários, que eram a maioria, sobre os bastidores dos últimos acontecimentos nacionais. Picos, que sempre possuiu uma veia oposicionista com relação aos fatos nacionais e estaduais passaria, inicialmente, a ser um município da nova situação. Ex-presidente do diretório regional da UDN, Helvídio Nunes trataria de organizar o diretório do novo partido de apoio dos militares na cidade, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em suas memórias, a professora Olívia Rufino entende que o novo regime também se apossaria das entranhas de seu partido. Através desse pensamento da professora é possível entender que para ela a UDN teria sido uma vítima, e não uma conspiradora para a implantação do regime ditatorial no País, conforme discorre vasta bibliografia⁴¹. Como já mencionado nesse trabalho, os políticos udenistas pareciam não demonstrar tanto apreço pelo seu partido, uma vez que não se manifestaram contrários à extinção de sua legenda pela medida baixada pelo marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, o AI-2. A professora entendeu, segundo recorda, a medida da seguinte forma:

A ditadura militar instalada no meu país, também instalou-se no meu partido, a UDN, naquele tempo, era a antiga UDN, então a ditadura se hospedou, foi hospedeira no meu partido, e nós ficamos apreensivos. A gente conversava particularmente e conversava com Helvídio (Nunes), naquele tempo Lucídio Portela, que continua meu amigo, continuo indo na casa dele conversar, nós ficamos apreensivos, mas a ideia era que eles iam demorar pouco, que logo logo eles iam preparar uma eleição para eleger um civil⁴².

⁴⁰ ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), janeiro de 2013.

⁴¹ Ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia, orgs., *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. Ver: SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Paz e Terra. 1988.

⁴² RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

A professora, já filiada a UDN, que depois aderiu a ARENA, sem maiores reclamações e por orientação direta de Helvídio Nunes e dos demais caciques políticos, evidencia que os correligionários que militavam em esferas mais elevadas do poder tratavam de tranquilizar os picoenses sobre como transcorreria esse processo de migração para a nova legenda que se constituiria em um movimento. A História Oral, portanto, se mostra capaz de evidenciar fatos sobre os quais os documentos silenciam por força de circunstâncias do momento, às vezes, um momento conturbado demais como a mudança de orientação ideológica de parcela importante de segmentos políticos de um país pode ser percebida através das memórias de seus participantes, como foi o caso do período estudado. Hoje, quase cinquenta anos depois do golpe, pelo menos na construção deste trabalho, fica mais fácil debater sem o temor de uma prisão arbitrária.

Na cidade ainda não havia o 3º Batalhão de Engenharia e Construção (3º BEC), mas já existia o chamado Tiro de Guerra, uma guarnição do Exército brasileiro, que, pela forma como a instituição se organiza, supomos que, subordinado como deveria ser, certamente aderiu ao movimento, como o 3º BEC, que à época estava sediado em Natal, Rio Grande do Norte, e que se solidarizou com a “revolução de 1964”. Os depoimentos da professora Olivia e da professora Oneide Rocha servem para nos apresentar uma possibilidade de compreensão sobre o silêncio da sociedade picoense. E, com muita surpresa, mas sem manifestações, uma boa parcela da sociedade picoense também aceitou a morte das legendas que lhes eram conhecidas: UDN, PSD, PSP e PTB⁴³. Assim como aconteceu a reaglutinação dos políticos nacionalmente que se agregaram aos dois novos partidos, o mesmo se verificou na cidade de Picos.

A gente tinha reuniões sempre, ali na casa de Helvídio, sempre se reunia para conversar, para chamar os amigos do interior, para difundir as nossas ideias, especialmente em ano de eleição para dizer o que os nossos amigos do interior estavam precisando, o que nosso candidato teria de fazer, e também os nossos amigos ajudavam o partido a funcionar com verbas⁴⁴.

Foi em uma reunião como essas que os políticos picoenses tomaram conhecimento da morte das agremiações conhecidas e o conseqüente nascimento das duas legendas que polarizariam as disputas políticas no país entre 1967-1979. A ausência de manifestações contrárias só atesta o que diz Soares sobre o enfraquecimento dos partidos políticos como forma de representação da sociedade, uma vez que os eleitores procuram se vincular

⁴³ Lembrando que das 11 legendas verificadas nacionalmente estas quatro eram as únicas com representação na cidade. Ver: ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), janeiro de 2013.

⁴⁴ RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

principalmente aos líderes ou “chefes políticos”, acompanhando a maioria e buscando, é claro, ganhos pessoais em detrimento do coletivo. Grinberg também faz uma análise semelhante sobre a situação partidária.

A história de um partido é, grosso modo, a história da disputa pela definição do que o partido deve representar. Nas diferentes conjunturas, os mais variados atores políticos atribuíram determinados significados à Arena, que pode ser conhecida a partir de diversas faces: a memória social construída nos anos 1980-1990 sobre o partido, a literatura acadêmica produzida sobre o assunto, o projeto do Executivo na ocasião da sua fundação, os projetos defendidos por parlamentares e simpatizantes durante a sua existência, assim como sua caracterização pela imprensa da época, seja em artigos ou em imagens⁴⁵.

A imagem de um partido servilista, como descrito por Grinberg, estigmatizaria a ARENA, mas quando de seu surgimento, os políticos que haviam sobrevivido à degola verificada nacionalmente a buscariam como principal legenda para dar sequência às suas vidas públicas, já sob a tutela dos militares. Os udenistas nacionais pareciam não ter tanto apreço pela sua sigla, uma vez que diferentemente de partidos como PTB, PSD, PSB e PDC, não emitiram nenhuma nota de repúdio contra a ação dos militares. Vale frisar que a morte das legendas que caracterizaram a vida pública nacional entre os anos de 1946 e 1964 e o nascimento das duas novas legendas, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional), seria uma ação estritamente dos militares e, portanto, do Poder Executivo. Através do Ato Complementar N° 4 os militares definiram como deveria ocorrer essa denominação.

Em 20 de novembro de 1965, foi decretado o Ato Complementar n°4 (AC-4), regulamentando a criação das organizações provisórias com atribuições de partidos políticos. O AC-4 trouxe a definição do perfil do novo sistema partidário. O objetivo do governo era impedir a reestruturação dos partidos extintos. Os novos partidos tinham de ser organizados a partir da iniciativa de membros do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores⁴⁶.

Portanto, o nascimento das duas novas legendas que marcariam as disputas políticas nos anos seguintes foi uma ação dos militares, mas em Picos, a filiação dos novos correligionários pesou a partir de como já se desenvolvia a política local, ou seja, cada militante procurou se agregar aos novos partidos a partir das particularidades locais.

⁴⁵ GRINBERG, Lúcia. Op. cit. p.21

⁴⁶ Idem, p.62.

2.5 Nascem a ARENA e o MDB

E como ocorreu essa reaglutinação de forças na cidade de Picos? Quais os passos e procedimentos adotados pelos representantes locais quando do surgimento das novas legendas MDB e ARENA? Ao longo de todas as 19 entrevistas realizadas para a produção desse trabalho científico, pode-se entender que as reorganizações foram muito previsíveis. Uma vez que a família Nunes de Barros era a principal representante da UDN, foi quase “natural” a sua adesão pela ARENA, conforme aconteceu estadualmente sob a orientação de Petrônio Portela. As famílias agregadas àquela sigla receberam a informação determinada pelo poder central do partido de que deveriam aderir a Aliança Renovadora Nacional. Os entrevistados não elucidam a realização de debates ou qualquer forma de discussão, a aceitação parece ter sido tranquila, pouco traumática e relativamente simples, uma vez que bastava assinar o livro de atas para estar devidamente filiado. Os olhos continuavam voltados para os acontecimentos locais sobremaneira, observando o que o grupo adversário faria⁴⁷.

Como já havia ocorrido um “racha” entre as famílias Eulálio e Nunes de Barros ainda na década de 1950, a tendência foi manter essa separação no novo regime. Os motivos para essa divisão de dois grupos familiares, outrora unidos, é explicada pelo professor Inácio Baldoíno⁴⁸ como uma luta por espaço na política local. Ao que parece um único partido seria pequeno demais para acomodar duas futuras lideranças que se antagonizariam nas décadas seguintes, Helvídio Nunes e Severo Eulálio. Helvídio Nunes retornou primeiro ao município de Picos e logo ingressou na política conseguindo a sua eleição, Severo Eulálio atingiria a Assembleia Legislativa a partir de 1958, quando, pelo PTB, ficou para a suplência de deputado estadual, cargo que assumiria depois, chegando à liderança da bancada entre 1960 e 1962.

É preciso entender que, inicialmente as duas famílias Nunes de Barros e Eulálio eram unidas, ocorrendo essa divisão logo após o fim do governo de Celso Eulálio (1948-1952), quando parte da família Eulálio migrou para o recém fundado PTB. Os Moura Santos sempre foram oposição aos nomes citados anteriormente, mas depois dos acontecimentos, a família Eulálio se dividiu entre si, uma parte participou da fundação do PTB no município de Picos, pela questão da incompatibilidade política e a outra permaneceu na UDN sob a liderança de

⁴⁷ Para José Eulálio Martins a escolha pelo MDB foi natural uma vez que o grupo político de Helvídio Nunes, por pertencer a UDN, se apropriou da ARENA. Por serem adversários ele relata que era comum observar quais os passos dos políticos do outro grupo. Ver: EULÁLIO, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁴⁸ BALDOÍNO, Inácio. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

Urbano Eulálio. Não foram questões ideológicas que motivaram essa divisão, mas a simples incompatibilidade de interesses de dois grupos que se tornaram grandes demais para uma única legenda. Com seus interesses conflitantes acharam por bem se dissociar⁴⁹. Quando do surgimento das duas novas legendas no regime militar, os rivais, que durante décadas lutaram pela hegemonia política da região, aliaram-se, em mais uma ironia da história. Os Santos e Eulálio passariam a compor o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, e a partir de então, nenhum político com os sobrenomes citados deixaria o Movimento, nem quando de sua transformação em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no ano de 1981.

Deve-se frisar que Picos sempre contou com representantes na Assembleia Legislativa, já no Congresso Nacional houve uma maior instabilidade. Entre 1964 e 1979 representaram o município pelo MDB: Severo Eulálio (deputado estadual por três ocasiões e federal por uma), Raimundo de Sá Urtiga (deputado estadual uma vez pelo MDB, uma pela ARENA e suplente pela ARENA, a última em 1978), Oscar Neiva Eulálio (deputado estadual por três mandatos)⁵⁰. Pela Arena: Helvídio Nunes de Barros (depois de governador, senador) e Antônio Barros Araújo, deputado estadual por três mandatos. Vale destacar que após a derrota final de Helvídio Nunes em 1987, a cidade de Picos não mais contaria com representantes, filhos da terra, no Congresso Nacional. Já no ano de 2006 o empresário Raimundo Filho⁵¹ concorreria para o cargo de deputado federal pelo PSDB, mas ficaria na suplência do deputado federal Átila Lira, inicialmente do PSDB, mas depois PSB. Raimundo Filho assumiria o cargo no último mês do mandato de Átila Lira, quando o Congresso estava em recesso.

Testemunha dos acontecimentos José Ribamar de Macedo⁵² afirma ter tomado conhecimento do Golpe Militar no exato dia em que este aconteceu: “Quando foi no dia 1º de abril nós sabíamos que havia acontecido um golpe militar”⁵³. Ele explica ter recebido a informação através da Rádio Globo, que acompanhava assiduamente. Com apenas 25 anos de idade na época, ele declara não ter simpatizado com a ação dos militares, e como já

⁴⁹ No primeiro capítulo José Eulálio Martins explica em seu depoimento como ocorreu essa divisão.

⁵⁰ Cabe aqui uma pequena informação, Warton Santos e Kleber Dantas Eulálio ingressariam na Assembleia Legislativa na década de 1980. O primeiro em 1986 e o segundo em 1982. Os dois renovariam seus mandatos em todas as eleições subsequentes como prova de uma longa vida política.

⁵¹ Raimundo Sá Filho é filho de Mundinho Bezerra que contribuiu para a realização desse trabalho através de uma entrevista. Atualmente ele é um dos mais bem sucedidos empresários do Piauí, dono de postos de gasolina e universidades.

⁵² José Ribamar de Macedo tinha 25 anos quando se filiou ao MDB e desde então nunca mudou de legenda. Ele é o atual presidente do Diretório Municipal do PMDB de Picos. Sempre foi comerciante e participante entusiasta da política, mas jamais exerceu cargo eletivo.

⁵³ MACEDO, José Ribamar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

simpatizava com o antigo PSD, sua adesão ao MDB foi, segundo este, natural. Em seu depoimento para este trabalho, José Ribamar conta que foi convidado para integrar o Movimento pelo próprio deputado estadual Severo Maria Eulálio, que andava com um livro de atas procurando assinaturas de simpatizantes da nova agremiação, além de, é claro, dos seus correligionários do já extinto PTB. Como principal liderança do PTB de então, Severo Eulálio articulou a fundação da nova agremiação contando com João de Moura Santos, Waldemar de Moura Santos, Francisco Rodrigues Bezerra, Urbano Eulálio e do ex-prefeito Celso Eulálio. Ao que parece, diferentemente do que ocorreu nacionalmente⁵⁴, não houve dificuldades para se fundar o Movimento Democrático na cidade de Picos. José Ribamar explica como se deu a sua adesão a nova agremiação: “Eu era um pouco radical, não aceitei bem a revolução e fiquei no Movimento Democrático Brasileiro”⁵⁵. Deve-se salientar que de todos os depoimentos coletados, ele foi o único, ao lado de Oneide Rocha, que criticou a ação de 31 de março de 1964. Destaca-se ainda que ele era um seguidor político da poderosa família Santos.

Na revolução eu pertencia, quer dizer não era que pertencia, eu simpatizava com o antigo PSD e aqui ficou pela revolução o lado contrário, da antiga UDN, então por ser simpatizante do PSD fiquei com o MDB⁵⁶.

Assim como aconteceu nacionalmente, nem todos os integrantes do PSD aderiram a UDN, houve alguns filiados que preferiram seguir a ARENA, agindo contrariamente ao que fizeram os seus líderes.

Uma parte do PSD, Dr. João de Moura Santos, Dr. Severo que era do antigo PTB ficou ao lado do MDB, e nós seguimos, houve as dissidências, uns enveredaram pela ARENA, e outros ficaram com o MDB⁵⁷.

Apenas a localização da ata de fundação do partido tornaria possível saber quais os nomes dos dissidentes. Como esses livros de atas não foram encontrados, esses nomes permanecem no anonimato. Já os livros de atas da Câmara Municipal de Picos estão disponíveis, juntamente com a pequena bibliografia verificada na cidade. Por eles descobre-se

⁵⁴ Grinberg aponta que houve uma grande dificuldade nas esferas federais para a composição do MDB. Os militares teriam convidado políticos interessados em ingressar na ARENA a aderir ao MDB, temendo o risco desse partido não vingar. Parecia realmente importante para o novo regime contar com uma oposição, consentida. Ver: GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

⁵⁵ MACEDO, José Ribamar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibidem.

que os vereadores seguiram a orientação de seus líderes, e pelo menos no legislativo local não ocorreram dissidências. O depoimento prestado por José Ribamar vai de encontro ao que aponta Grinberg quanto às dissidências políticas dentro do PSD. Por muitos anos chegou-se a dizer que apenas a UDN teria formado a ARENA.

Durante a ditadura, a Arena sempre foi associada diretamente à UDN, e o MDB ao PSD. Tancredo Neves, em uma entrevista, referiu-se ao regime como um “Estado Novo da UDN”. Mas essa imagem reproduzida por pessedistas filiados ao MDB silencia sobre o pessedismo que apoiou o movimento de 1964 e que imigrou para a ARENA. Ao longo da existência da Arena, havia realmente uma disputa compartilhada quer pelos membros da antiga UDN, agora na Arena, quer pelos membros do extinto PSD, então no MDB. No entanto, a Arena era formada, de fato, tanto por udenistas quanto por pessedistas. A presença de autoridades do Estado Novo, como Filinto Muller, chefe da Polícia do Distrito Federal; Gustavo Campanema, ministro da Guerra, lideranças historicamente ligadas a Getúlio Vargas, é relativa aquela imagem⁵⁸.

Um parêntese importante trata-se do sobrenome dos vereadores, nem um dos dez integrantes da 5º Legislatura (1963-1967), nem da 6º Legislatura (1967-1971), integravam os nomes das três poderosas famílias descritas constantemente através desse trabalho. Como explicou José Eulálio em seu depoimento, os vereadores eram de povoados do interior da cidade, muitos se tornaram cidades independentes, dando origens a novas oligarquias. Os nomes mais poderosos ocupavam os cargos majoritários e de representação estadual. Em sua dissertação, constantemente utilizada nesse trabalho, Arraes discorre sobre o poder das famílias tradicionais no Piauí. O país sofreu uma forte mudança ideológica, mas a forma de praticar a política no interior do Estado permanecia basicamente a mesma, usando o poder econômico oriundo das ramificações familiares.

Como as grandes famílias já eram bastante influentes, com parentes lotados em altos cargos federais, e possuidores de formação intelectual elevada, conseguida em boas universidades país afora, foi uma consequência política a manutenção do poder na cidade e a conquista da fidelidade dos eleitores que recebiam os pequenos favores e presentes como atitudes de grande benevolência. No próximo capítulo estudaremos isso mais minuciosamente. José Ribamar, comerciante por vocação, profissão que inicialmente não permitia granjear altos cargos públicos em Picos, revela que sempre amou a política, mas nunca teria ansiado disputar o cargo público. Também não teria sido convidado para tal,

⁵⁸ GRINBERG, Lúcia. Op. cit. p.27.

podendo ser visto como um importante apoio de bastidores. Ele faz um interessante desabafo sobre as lideranças locais:

Sempre as famílias que tinham influência política aqui são as mesmas de hoje, da ARENA: Helvídio Nunes de Barros e sua família, os Baldoínos. Do lado do MDB: João de Moura Santos, Waldemar de Moura Santos, Severo Maria Eulálio, Urbano Maria Eulálio, Celso Eulálio⁵⁹.

É notório que a opinião de José Ribamar tem uma interessante percepção da atuação política na região, uma vez que alguns dos representantes políticos estaduais de hoje possuem os mesmos sobrenomes, como os já citados Warton Santos e Kleber Eulálio, deputados estaduais longevos. Uma breve analogia sobre as famílias permite saber que Warton Santos é neto do Coronel Francisco Santos, que governou a cidade e cuja influência na primeira metade do século XX era inquestionável. Kleber Eulálio é filho de Severo Eulálio, que era sobrinho de Celso Eulálio, importante figura política no início dos anos 1950⁶⁰.

No entanto, apesar da intensa militância dos nomes citados até aqui, a presidência do MDB, que hora surgia na cidade coube a Lourival Leopoldino Dantas, aliado de primeira hora de Severo Eulálio. Lourival Leopoldino Dantas Jamais exerceu nenhum cargo eletivo, mas segundo as informações de José Ribamar, permaneceu na presidência do MDB desde sua fundação em 1966 até 1979, quando os militares decretaram o fim do bipartidarismo, ou seja, por aproximadamente 13 anos. É interessante observar porque Severo Eulálio não assumiu esse cargo, talvez por já ser membro do diretório municipal de 45 pessoas, a presidência fosse irrelevante para ele, que, baseando-se nos cargos eletivos que já exercia, nessa época era deputado estadual, sendo desnecessário, talvez, ocupar a presidência.

Vale destacar aqui o papel do presidente dos movimentos políticos existentes na cidade de Picos durante o período estudado⁶¹. Constituem-se em pessoas realmente interessadas na vida pública, mas sem aspirações eleitorais, atuando como verdadeiros escudeiros dos nomes aos quais tinham orgulho em seguir. Nesse caso, Severo Eulálio foi indiscutivelmente o nome maior do MDB nos anos 1960 e 1970, uma vez que foi eleito para a Câmara dos Deputados, como não havia possibilidade de manter uma presença mais ostensiva no município, Lourival Leopoldino Dantas o representava. Segundo as recordações de José Ribamar, as reuniões entre os correligionários aconteciam principalmente durante o período

⁵⁹ MACEDO, José Ribamar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Na realidade, até os dias atuais podemos enxergar figuras políticas que desempenham um papel meramente decorativo, sem maior poder dentro da legenda.

eleitoral, assim, Severo Eulálio poderia deixar uma pessoa de sua confiança a frente dos negócios locais do MDB.

É interessante ainda notar que mesmo possuindo uma estrutura considerável o MDB, nem o PMDB depois dele, jamais dispuseram de uma sede própria em Picos. Talvez por não haver necessidade de um diretório permanente que atendesse os eleitores e correligionários. As reuniões ocorriam sempre nas casas das lideranças políticas, do senhor Leopoldino Dantas, por exemplo, que por ser bem centralizada, na Rua Coronel Francisco Santos, onde permanece, ao lado da agência do INSS, era um ponto ideal para a reunião dos correligionários políticos que visitavam a cidade. A casa de Severo Eulálio também era outro ponto onde se faziam as reuniões que geralmente ocorriam sempre próximo ao período eleitoral, para se decidir sobre as candidaturas. Pelo menos nas memórias dos nossos entrevistados, jamais houve o interesse de constituir uma sede permanente.

Rapaz, isso é uma questão que não sei nem lhe explicar, porque inclusive era uma das coisas que eu aspirava, que era do PMDB ter uma sede própria, inclusive depois que as coisas se acalmarem eu vou até o prefeito (Kleber Eulálio) para ver se conseguimos uma sede própria com funcionários, computador...⁶².

Havia uma espécie de informalidade das candidaturas. O ex-vereador e ex-prefeito de Picos, Waldemar Rodrigues de Araújo⁶³, revelou uma vez que a sua candidatura a vereador, pela primeira vez, aconteceu de forma repentina. Ele relatou que já participava dos movimentos políticos, mas o seu convencimento a pleitear um cargo na Câmara Municipal de Picos teria acontecido no dia da convenção do partido que homologou os nomes dos candidatos, da forma mais simples possível. Nesse caso em particular, Waldemar Rodrigues foi candidato e se elegeu vereador, renovando o mandato consecutivamente até 1976, quando compôs a chapa majoritária como vice de Severo Eulálio, herdando o cargo com a morte deste em acidente automobilístico.

Como descrito até aqui, a formação do MDB no município de Picos não teria enfrentado barreiras traumáticas. Os grupos familiares que formavam a oposição a UDN, através do PSD e PTB, basicamente migraram, em sua maioria, para a nova legenda. Como dito no capítulo anterior não houve uma questão de ideologia. Mesmo citando que não concordou com a ação dos militares ao tomarem o poder, José Ribamar sempre se declarou

⁶² MACEDO, José Ribamar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁶³ No ano de 2006 Waldemar Rodrigues concedeu uma entrevista para os acadêmicos de jornalismo Demétrios Áires e Jailson Dias, ocasião em que relatou sua experiência como candidato a vereador e sua participação na política local.

fiel aos seus “chefes políticos”, expressão que ele usou para defini-los, exaltando a sua fidelidade às lideranças. Mesmo tomado de uma certa revolta com o que se passava nacionalmente, a sua adesão ao Movimento também contou com a conveniência local. Os picoenses, antenados aos acontecimentos importantes, seguiam nos embates locais. Se houve temor, caracterizado pelo silêncio, quando do movimento de 31 de Março, não o foi suficiente para paralisar as ações das pessoas que gostavam de um embate político eleitoral. Uma particularidade local, que só acentua a ausência de ideologia na forma de fazer política, é que pessoas simpatizantes dos militares filiaram-se ao Movimento Democrático, esse é o caso de Erasmo Albano. Ele conta que só se candidatou a vereador em 1966 para evitar de ser removido da cidade de Picos, nessa época era funcionário do DNOCS⁶⁴ e corria o risco de ser deslocado para outra cidade.

O sogro do meu irmão era do MDB...Mas nós, a família nossa, acompanhava, os Leopoldo, os Albano, acompanhavam mais a ARENA, que vinha daqueles tempos da UDN, aí eles votaram, mas teve uns que não votaram: Erasmo eu não vou votar em você porque eu sou sincero, eu não voto no MDB, só voto na ARENA⁶⁵.

Erasmo Leopoldo Albano não sente nenhuma espécie de pudor ao admitir que o período em que os militares governaram o Brasil lhe foi particularmente feliz, seguindo os seus relatos, percebemos que esta aceitação do regime também se deu porque muito dinheiro passou pelas suas mãos através das emergências que os Governos militares organizavam para garantir trabalho para o homem do campo e evitar o êxodo rural. Nenhuma revolta se lhe tomou ao saber que o poder civil legalmente constituído havia sido arbitrariamente derrubado.

Rapaz, pra mim foi uma época boa, a ditadura, ganhei muito dinheiro. Eu tinha um caminhão, porque naquela época eles faziam aquelas emergências, eles não davam o dinheiro de mão beijada, como faz o bolsa família, o cara ia para o campo trabalhar, recebia o dinheirozinho contado, então eu paguei o caminhão nessa época, só transportando o peão⁶⁶.

Demonstrando boa memória quanto aos nomes dos presidentes militares, Erasmo Albano acredita que todos morreram pobres, fruto de honestidade no trato com o dinheiro público. Não é difícil encontrar na cidade de Picos pessoas que admiram os militares e os defendam como honestos, talvez uma interessante explicação para isso pode ser

⁶⁴ DNOCS: Departamento Nacional de Obras de Combate contra a Seca, instituído pelo presidente Juscelino Kubstcheck de Oliveira, extinto por Fernando Henrique Cardoso e reinstituído pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

⁶⁵ ALBANO, Erasmo Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁶⁶ Idem.

encontrada nos meios de comunicação, a imprensa vivia sob censura prévia, dessa forma as notícias de escândalos não chegavam a população da forma como acontece na atualmente. Como aponta Berstein, “não se poderia subestimar o papel dos médias, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política”⁶⁷

Olha, você vê. Castelo Branco, primeiro presidente da revolução, morreu pobre, entrou Costa e Silva, morreu pobre, entrou Garrastazú, morreu pobre, entrou o Geisel, morreu pobre. O Figueiredo tinha uma chácara no Rio porque foi herança do pai, e há um tempo desse até tava lendo que a esposa dele vendeu um colar que foi presente da Rainha Elizabete II da Inglaterra⁶⁸.

Erasmio Albano esclarece as suas motivações pessoais para ter se filiado ao MDB, e para simpatizar com o regime dos militares. Ele não esconde, e seus depoimentos transcritos aqui, evidenciam essa admiração por algumas ações do regime, e pelo benefício pessoal de ter recebido recursos através dos serviços prestados durante as emergências. Dessa forma nasceu o MDB em Picos, contando com a adesão de pessoas que integravam o PSD e PTB e seguiram a orientação de seus “chefes políticos”, contando inclusive com a participação de pessoas que simpatizavam com o regime golpista.

Para Brandão “a ARENA foi um partido imbatível no Piauí”⁶⁹ contando com um grande número de filiados que obrigou ao surgimento das sublegendas, como forma de agregar os inúmeros interesses, muitas vezes conflitantes, que envolviam o partido. Grinberg aponta que a ARENA foi o maior partido ocidental, e o Piauí viria a constituir uma forte base política dessa agremiação, que se manteria com suas dissidências futuras, de PDS (Partido Democrático Social) e PFL (Partido da Frente Liberal). Enquanto todos os arranjos políticos eram feitos estadualmente contando sobremaneira com a participação de Helvídio Nunes, este, seguindo a orientação de seu líder, Petrônio Portela, tratou de organizar a Aliança Renovadora no município de Picos, tornando-se o seu primeiro presidente. Como Justino Luz já havia falecido, e Helvídio crescia meteoricamente na política, entendemos que a sua liderança fosse difícil de eclipsar. O professor Antônio Barros Araújo, advogado, começaria a ter sua participação, mas sem poder rivalizar com o primeiro, uma vez que, na realidade, eram amigos e parentes. Ex-presidente regional da UDN, Helvídio tratou para que todos os seus correligionários aderissem a nova legenda. Sem citar números, Olívia Rufino, filiada de

⁶⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 357

⁶⁸ ALBANO, Erasmio Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁶⁹ Ver: BRANDÃO, Wilson. Op. cit.

primeira hora, explica que o partido contava com um “bom número de filiados”, basicamente não houve problemas para a sua constituição.

Por estar devidamente inserido na política estadual, como deputado estadual, e escolha direta de Petrônio Portela, Helvídio Nunes ocuparia logo em seguida o Governo do Estado, o primeiro Governador do Piauí nomeado após o movimento de 1964. A sua vinda a cidade, no entanto, era constante, sempre quando das reuniões que ocorriam em sua casa, localizada na Praça Justino Luz, próxima a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Segundo Olívia Rufino, nas reuniões, todos tinham direito a voz. Ela recorda ainda de uma “organização” com relação ao partido e uma genuína simpatia pela nova sigla. “Nós tínhamos amigos aqui que se reuniam porque gostavam mesmo do partido, gostavam do partido, eram filiados e gostavam e ajudavam”⁷⁰. E continua:

Nas nossas reuniões na casa de Helvídio, os componentes do nosso diretório, os convencionais tinham direito a voz, tinham direito a voto como ainda hoje continua, o componente do diretório que é convencional tem direito a votar na escolha do candidato. Eram reuniões que de acordo com o assunto a gente ia muito longe, conversando, e se entendendo e muita coisa que se podia discordar, agente discordava, mas todo mundo tinha opinião⁷¹.

Muitas dessas reuniões ocorriam aos sábados, um dia estratégico, uma vez que era quando acontecia a feira livre de Picos, e os correligionários vinham ao centro da cidade para tratar de seus interesses pessoais e permaneciam para participar dessas reuniões sempre muito concorridas. Diferentemente do que se apontou até aqui, elas aconteciam sempre que havia o que ser debatido, uma vez que a Câmara Municipal se mostraria mais combativa a partir de 1966, havia a necessidade de debater os pontos de discussão antecipadamente com o corpo político do partido. O que nunca mudou foi o local desses encontros, a casa de Helvídio Nunes. Apenas após o fim do regime militar, e com o fim da ARENA, e nascimento do PSD e PFL, essas reuniões passaram a acontecer em outros locais. Olívia informa que aderiu ao PSD posteriormente, e os encontros dos correligionários passaram a ser em um salão alugado nas proximidades da Igrejinha do Sagrado Coração de Jesus. O que é certo, e pode-se chegar a essa conclusão através dos aspectos estudados até aqui, é que não havia uma grande diferença no perfil dos filiados a ARENA e ao MDB, profissionais liberais, acadêmicos, agricultores, comerciantes, poucos demonstravam interesse na questão ideológica com os olhos sempre voltados para a forma de fazer política localmente e historicamente instituída. O depoimento de Erasmo Albano elucida bem isso, uma pessoa que se filiou ao MDB, mas nutria clara

⁷⁰ RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁷¹ Idem.

simpatia pelos presidentes marechais e generais. Se havia alguma simpatia pelas duas legendas, nunca é demais lembrar que a importância delas na historiografia nacional é subestimada, uma vez que o regime não se furtava a cassar mandatos, ou fechar o Congresso Nacional quando bem o quisesse.

Nada de importante deixava de passar pelo crivo e pelo nihil do sistema. Os partidos civis eram meros coadjuvantes no cenário político, além de estarem divididos entre partido do governo (Arena – PSD) e a oposição consentida (MDB-PMDB)⁷².

Se até os dias atuais critica-se a atuação das representações políticas pela sua falta de compromisso com as legendas partidárias, buscando-se a criação de leis que visem fortalecê-las, não causa admiração que na cidade de Picos imperasse o mesmo descaso pelo conteúdo programático dos dois partidos. Costuma-se defini-los pejorativamente de “irmãos siameses” uma vez que nasceram da mesma canetada de um sistema opressor, mas ainda assim o MDB possuía em seu conteúdo programático a defesa pela democracia. A sua cartilha “MDB em Ação nos Municípios” elaborada e divulgada especialmente para as eleições de 1976 apregoa essa defesa pelos direitos democráticos.

O MDB deve ser inflexível no direito de falar ao povo. Agira na defesa desse DIREITO DEMOCRÁTICO do povo. Sem campanha livre não há democracia. O MDB é procurador do povo para que vote ouvindo, vendo e lendo livremente para que vote responsabilmente, requisito da democracia sincera e autêntica⁷³.

A partir do que foi estudado até aqui é possível entender que não havia tanta diferença entre as legendas MDB e ARENA em nível local, contando principalmente a participação das famílias políticas, dessa forma a adesão a essas duas agremiações em Picos ocorreu de forma pouco traumática para aqueles que militavam na política local. No próximo capítulo será possível entender que também não houve grandes diferenças na forma de fazer política, e que as eleições locais ganhara um novo e curioso impulso.

⁷² DELGADO, Lucília de Almeida e FERREIRA, Jorge. *Brasil Republicano*. Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 22.

⁷³ PASQUALI, Alberto. *MDB em Ação nos Municípios*. p. 59.

3 A DISPUTA ENTRE OS PARTIDOS ESQUENTA

A influência do regime militar na política da cidade de Picos tem sido um mote de debates e discussões entre pessoas que vivenciaram aquela época. No capítulo anterior foi estudado, dentre outros aspectos, a chegada da notícia do golpe e a sua repercussão na cidade. Nessa nova etapa do trabalho haverá a tentativa de entender a dinâmica da relação entre as duas agremiações que surgiram a partir do AI-2, decretado pelo marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco¹. Os grupos políticos se adequaram as novas legendas conforme os interesses locais. De forma semelhante ao que ocorreu nacionalmente, grande maioria dos udenistas filiaram-se a ARENA, e os pessedistas e petebistas buscaram o MDB. Grinberg conta que os militares chegaram a pedir aos políticos interessados em ingressar no partido do Governo que se filiassem a oposição, para garantir que essa agremiação pudesse de fato surgir. A autora faz uma interessante análise sobre esse processo de constituição dos dois partidos que garantiria a inserção dos brasileiros em um processo eleitoral para vereadores, prefeitos de cidades (menos as capitais)², e deputados estaduais, federais e senadores:

Uma das considerações decorrentes dessa perspectiva é que a realização de eleições não é acontecimento passível de ser interpretado como mero processo de legitimação do regime autoritário. As eleições são fatos complexos que envolvem a participação de muitos na organização dos partidos, nas candidaturas e no próprio voto. Então, não se trata apenas de legitimar o regime junto a comunidade internacional. Certamente esse é um argumento importante para a manutenção das eleições, mas, através delas, o regime também permitiu a continuidade da participação política de grande parte da sociedade brasileira, independente de sua posição pró ou contra o movimento de 1964.³

Como a cidade de Picos não se encaixava dentro do programa de Estratégia de Defesa Nacional, elaborado pelo coronel Golbery do Couto e Silva esta vivenciaria durante o regime militar um período de eleições acirradas⁴, como podem atestar os resultados e o revezamento de poder que passaria a existir a partir das eleições de 1966. Até 1982 houve

¹ Ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

² Ver: A Constituição Federal de 1967 preconizava que os prefeitos das capitais eram nomeados pelos governadores. Estes por sua vez eram eleitos pela Assembleia Legislativa. Prefeitos de cidades do porte de Picos eram eleitos pelo voto popular secreto. Ver: MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Op. cit.

³ GRIBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.94.

⁴ O revezamento no exercício do poder municipal durante o regime militar permite esse entendimento, uma vez que ARENA e MDB se alternaram na Prefeitura. Os relatos apontam que na eleição de 1966 Oscar Eulálio ganhou por pouco mais de 100 votos.

uma alternância na ocupação da Prefeitura Municipal de Picos, as eleições se mostrariam disputadas, com pleitos terminando em contagens de votos acirradas, estes, em geral eram contadas voto a voto, denúncias de sumiço de urnas, nunca comprovadas, e vitórias eleitorais que, até hoje, repercutem na cidade de Picos, especialmente entre aqueles que fizeram parte desses processos eleitorais. É interessante salientar que mesmo sob a égide de um regime de exceção, os picoenses não se furtavam em participar da vida pública, remetendo-nos a passagem que o filósofo Aristóteles disse há mais de dois mil anos: “O homem é um animal político”⁵

As memórias⁶, são importantes motes de análise, que nesta parte de nossa pesquisa serão exaustivamente abordados, mostram que apesar de acontecer de forma mais rústica, a busca pelo voto parecia ser compensador, o que resultaria em boas histórias para serem contadas. É sempre bom, nesse ponto, enfatizar a importância da História Oral como metodologia elucidadora de um passado recente, em cidades e povoados, onde a tradição escrita não se mostra tão presente.

Em termos gerais, a tradição oral (como a história ou a antropologia) pode ser vista como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimentos. A tradição oral e a pesquisa acadêmica podem ter ideias diferentes acerca do que seja uma evidência legítima, e suas explicações certamente são estruturadas de forma diferente. Não se pode compará-las facilmente ou avaliar sua precisão ou veracidade necessariamente em termos positivistas. Assim sendo, os trabalhos acadêmicos podem ser entendidos como outra forma de narrativa estruturada pela linguagem do discurso acadêmico⁷

Em 1966, Picos era uma cidade com uma territorialidade um tanto quanto extensa, em termos de proporção, apenas os povoados que hoje formam as cidades de Francisco Santos, Paquetá, Santo Antônio de Lisboa e Monsenhor Hipólito⁸ haviam se emancipado politicamente, o que tornava o município espacialmente abrangente, embora possuísse pouco mais de 50 mil habitantes. Como as estradas eram carroçais⁹, ou seja, desprovidas de qualquer

⁵ ARISTÓTELES. *Política*. 6. Ed. São Paulo: Edições de Ouro, 2011.

⁶ Alguns comportamentos ficaram tão arraigados que raros foram os entrevistados que não mencionaram as andanças de cavalo em busca de votos. Algo aparentemente repleto de muito significado. Ecléa Bosi chamaria isso de memória-hábito, gravada pelo esforço da repetição. Ver: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.155.

⁸Para mais informações ver: ALBANO, Maria da Conceição; SILVA, Albano. *Picos nas Anotações de Ozildo Albano*. Gráfica e Editora Brito, Picos: 2011.

⁹ A grande guinada para a pavimentação asfáltica na cidade de Picos ocorreu a partir da chegada do 3º Batalhão de Engenharia e Construção (3ºBEC), ocorrido em 1970.

pavimentação poliédrica ou asfáltica, a principal tração utilizada para se atingir os pontos mais distantes era o lombo dos animais: cavalos, mulas e jumentos que faziam um deslocamento relativamente curto se estender por horas. Os políticos contavam sempre com a hospitalidade do picoense do interior. Ao que indicam os relatos, estes mostravam-se receptivos com visitas ilustres. Essas conversas diretas com os eleitores mostrar-se-iam uma das principais formas de buscar os votos, indo até a residência destes e explicando o que pretendiam fazer pela cidade, ou, o que o eleitor poderia ganhar depositando seu voto em determinado candidato. Os grandes comícios, cuja estrutura de realização não mudou em comparação com os atuais, servia principalmente como uma forma de marcar presença, e mostrar força aos adversários. Para evitar atritos entre os partidos adversários costumava-se reunir com os juízes eleitorais e traçar uma agenda de onde os mesmos deveriam acontecer, precavendo a ocorrência de incidentes.

As Praças Félix Pacheco e Justino Luz seriam sempre os pontos principais para os encerramentos dessas grandes concentrações populares, que invariavelmente reúnem muitas pessoas para ouvir as falas dos candidatos. Por aliados e Adversários, Helvídio Nunes de Barros era considerado um grande tribuno, mesmo José Ribamar Macedo confessou que gostava de ouvi-lo discursar, comparecendo às vezes aos comícios da ARENA. Os comícios representavam, portanto, uma clara forma de mostrar presença, de dizer a população que o grupo está forte, e apto a governar a cidade caso eleito. Também poderia ser utilizado como forma de intimidação.

3.1 A mudança de grupo

Fundadas as agremiações, todos devidamente filiados, acomodados, era hora de enfrentar uma nova eleição municipal, que ocorreu no mesmo ano da disputa eleitoral para os cargos estaduais e de representação nacional. Seria extremamente elucidador para este capítulo, bem como para todo o trabalho, encontrar as atas que descreviam a fundação dos partidos políticos em Picos, como foram as primeiras reuniões, e quem as assinou. Segundo os depoimentos colhidos para este trabalho, naquela época não havia uma ficha de filiação, tal qual conhecemos hoje, bastava apenas assinar o nome no livro de atas, e pronto. O jornalista Sebastião Luz¹⁰ estudioso do período relata que durante as convenções costumava-se lançar nomes de pessoas que não tinham destacada tradição na vida pública, sem nem sequer ter

¹⁰ LUZ, Sebastião. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

filiação, bastava assinar o nome no livro, e estava garantido. Erasmo Albano corrobora essa informação e ainda explica qual foi o principal motivo para conquistar a vitória para vereador com 408 votos:

Aceitei, pedido do meu pai também, e eu disse: Mas papai não dou pra esse negócio de política não, e me surpreendi, o que eu gastava não, o que eu deixava de ganhar era com uma passagem, uma coisa, uma mudança, eu tinha o caminhão, uma amigo chegava e dizia: Erasmo vá ali, eu comprei um milheiro de telha, e nesse tempo transporte era difícil, eram poucas as pessoas que tinham caminhão¹¹

O depoimento do senhor Erasmo Albano é particularmente interessante por explicar a simplicidade como surgia uma candidatura. Por insistência familiar, Erasmo Albano foi candidato a vereador conseguindo, no entender dele, uma surpreendente vitória eleitoral. Foi vereador de apenas um mandato. Em seus relatos justifica que a política, já naquela época, não era séria, quando os políticos deveriam dilapidar o próprio patrimônio para assegurar sua permanência e conseqüentemente as vitórias eleitorais. Por ser um “rapaz pobre”, entendeu ser mais interessante se retirar da vida pública, deixando a mesma para quem possuía patrimônio suficiente para nela permanecer. Esse depoimento vai de encontro às afirmações de Arraes¹² em seu trabalho de dissertação mostra a força do clientelismo no interior, algo que sempre existiu no Estado do Piauí, e que permaneceria uma constante nos anos do bipartidarismo. Também há uma contradição clara quanto à visão sobre o fazer política, enquanto Erasmo Albano alegava a falta de honestidade no exercício da vida pública, outros depoentes¹³ dizem que naquele tempo havia mais dignidade na vida pública, ou seja, suas memórias retiveram acontecimentos de uma mesma época de forma diferente.

Mas fica esta dificuldade do trabalho de pesquisa, o fato de não encontrarmos os livros de atas do MDB e ARENA, um material que deveria ser indiscutivelmente rico, Contudo, apesar da intensa procura, estes não foram localizados. A professora Olívia Rufino que, conseqüentemente, alega a “organização de seu partido” (ARENA) disse que os livros haviam ficado em posse do hoje vereador Antônio Afonso¹⁴, este, por sua vez, diz que possui apenas os livros dos últimos dois anos do seu partido, o Partido Progressista (PP), e que os mesmos estariam em posse de Olívia Rufino. Quanto aos livros do MDB estes também não

¹¹ ALBANO, Erasmo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

¹² Ver: ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1994*. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, UNICAMP, 1999.

¹³ Oscar Eulálio, José Ribamar Macedo, Mundinho Bezerra estão entre aqueles que afirmam ser a política das décadas passadas algo que mais se aproxima do belo.

¹⁴ Antônio Afonso é vereador desde 1992, sempre pelo PPB e hoje PP, conseguindo renovar seus mandatos com vitórias marcadas por expressiva votação, ultrapassando sempre a margem dos 1000 votos.

foram encontrados, havendo o mesmo problema quanto ao seu paradeiro. Embora não tenham sido localizados ainda a procura pelos mesmos continuará para futuros trabalhos de pesquisa realizados pela academia.

Mas as eleições aconteceram, e antes delas as convenções. Antes de entrarmos na dinâmica peculiar do que foi o primeiro pleito eleitoral sob a égide do regime militar em Picos, cabe aqui relatar que as convenções aconteciam em locais mais espaçosos, a do MDB, que é a que temos conhecimento, ocorreu no Cine Spark, antigo cinema da cidade localizado na Praça Félix Pacheco, onde hoje funciona a Igreja Universal do Reino de Deus. Em depoimento concedido aos estudantes de jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) Demétrio Áires e Jailson Dias, no ano de 2006, o então comerciante Waldemar Rodrigues¹⁵ relatou como ocorreu a sua escolha para disputar um mandato eletivo. O próprio Severo Eulálio que presidia a Convenção política anunciou os nomes: “Fecho com chave de ouro, com o nome de Waldemar de Sousa Rodrigues Martins para candidato a vereador. Naquela noite e emocionei, porque o Cine Spark quase estronda de tantas palmas”¹⁶.

Integrante de uma família de influência secundária¹⁷, os Rodrigues, da região da Gameleira, município de Picos, Waldemar Rodrigues atingiria um relativo sucesso na política, chegando ao cargo de vice-prefeito em 1976 e, com a morte de Severo Eulálio, em 1979.

No entanto, como relatado nos capítulos anteriores, o grupo que integrava a UDN foi basicamente invencível nos anos de 1950 a 1966, dominando a gestão municipal e impedindo os Santos e Eulálio de retomarem o controle político da cidade. Com a instauração do regime militar, os Nunes de Barros, ficaram com a ARENA, portanto, aliaram-se ao novo regime, ao passo que os Santos e Eulálio passaram a integrar o MDB. Depois de 14 anos afastados da prefeitura, poderia se supor que haveria mais uma derrota eleitoral, pelo fato de estarem indo contra o partido do governo, e, especialmente, contra um importante chefe político local, que passou a ter status estadual, o Governador Helvídio Nunes de Barros. Após o afastamento de

¹⁵ Waldemar Rodrigues de Sousa Martins era comerciante e por insistência de Severo Maria Eulálio ingressou na vida pública em 1966 candidatando-se a vereador. Ele renovaria seu mandato político conseqüentemente até ser eleito vice-prefeito de Severo Eulálio em 1976. Eleição em que venceram por uma diferença de 200 votos. Assumiu a prefeitura municipal em 24 de novembro de 1979 com o falecimento súbito de Severo. Ele se tornou célebre na cidade por ter construído o Palácio Coelho Rodrigues, atual sede do poder executivo. Waldemar Rodrigues faleceu de causas naturais no ano de 2007. Seu corpo foi velado na Câmara Municipal de Picos. Ver: ÁIRES, Demétrio; Dias Jailson. *A comunicação dos líderes políticos entre as décadas de 1950 e 1970 na cidade de Picos*. UESPI, 2006.

¹⁶ ÁIRES, Demétrio; Dias Jailson. *A comunicação dos líderes políticos entre as décadas de 1950 e 1970 na cidade de Picos*. UESPI, 2006. p.47

¹⁷ A expressão “família de influência secundária” foi cunhada aqui pelo autor desse trabalho para definir aqueles que estavam inseridos na vida pública, mas não exerciam poder de comando orbitando em torno dos nomes mais influentes.

Petrônio Portella para disputar uma vaga no Senado Federal, Helvídio Nunes, deputado estadual e supersecretário foi sumariamente escolhido por via indireta para governar o Piauí. Em uma virada do destino, que contou com os apoios certos, um picoense se veria a frente da gestão estadual, ainda que escolhido de forma anti-democrática.

Foi o 1º governador escolhido pelo sistema da Revolução de 1964 (eleito pela Assembleia Legislativa do Piauí – 12/09/1966 a 14/05/1970). Durante várias vezes em virtude de viagem, foi substituído pelo vice João Clímaco D'Álmeida. O presidente da Assembleia Legislativa Dr. Alúcio Soares Ribeiro, por duas vezes assumiu o Governo do Estado¹⁸.

Helvídio Nunes, tempos depois, faria o relato de seu governo, como parte de um esforço de memória e também para que uma determinada imagem fosse construída sobre si, nesse sentido, utilizaremos suas palavras como forma de apontar uma representação política, usaremos, aqui, o início de sua descrição de quando assumiu a gestão do estado:

Assumi o Governo do Estado do Piauí no dia 12 de setembro de 1966. Sucedi ao inolvidável piauiense Petrônio Portella, de cuja administração participei como Secretário de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio, que realizou governo de profundas mudanças nos principais setores da administração pública. Naquela década, eram precárias as condições das estradas, do fornecimento de energia elétrica, das comunicações, da saúde, da educação, do saneamento básico¹⁹

No entanto, mesmo com todo esse poderio da ARENA no Estado do Piauí e na cidade de Picos, venceria as eleições para prefeito de 1966 o jovem médico, clínico-geral, Oscar Eulálio, que disputou o pleito pelo MDB. Como vice-prefeito em sua chapa estava o empresário Francisco das Chagas Bezerra Rodrigues, popularmente conhecido por Chico de Júlio. Por diversos fatores dignos de análise a vitória de Oscar Eulálio pode ser definida como uma importante vitória eleitoral da história política de Picos a partir de 1948²⁰ claro que essa conclusão é própria do autor, mas nem a vitória de Severo Eulálio em 1976 causaria tanta surpresa quanto a vitória do MDB, na cidade de Picos, nos primeiros anos do regime militar, que emergia com bastante força e a ARENA, conquistando importantes vitórias país afora²¹.

Destaca-se ainda o fato de Oscar Eulálio ser, até então, um elemento estranho às disputas eleitorais, é certo que este vinha de uma família política, como o seu nome evidencia, mas, segundo a memória coletiva a habilidade pessoal do mesmo em trabalhar por uma

¹⁸ KRUEL, Kenard e SANTOS, Gervásio. *História do Piauí*. Teresina: Halley. Zodíaco, 2009. p.383

¹⁹ Idem, p.384.

²⁰ Ver: ALBANO, Maria da Conceição Silva; ALBANO, Silva (Orgs). *Picos nas anotações de Ozildo Albano*. Picos: Gráfica e Editora Brito: 2011.

²¹ Ver: SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

campanha vitoriosa pode ser enfatizada. Talvez esse trabalho de conquista tenha iniciado desde cedo, com a sua volta, depois de formado em medicina, à cidade de Picos. Em seu depoimento este relata que atendia pessoas sem cobrar pela consulta, aspecto que possuía um peso inegável no grande imaginário popular, marcado por sertanejos sempre às voltas com problemas econômicos devido aos recorrentes períodos de seca. A história mostra que o nome de um político do interior do Piauí se constrói assim, prestando favores importantes de caráter paternalista e construindo uma representação, mesmo que seja apenas em nível discursivo, de estar sempre disposto a ajudar os mais pobres. Essa forma de conseguir apoio, simpatia, votos, era recorrente e vista como natural, uma vez que a atitude poderia ser tomada com a intenção de fazer o bem, e essa era a cultura política da cidade de Picos no período estudado, vista como componente “normal” da política, por quem a fazia, e quem a recebia. Ângela de Castro Gomes argumenta que cada povo, comunidade, local possui a sua forma peculiar de fazer política:

Com tal estratégia metodológica, fazia-se o trânsito do individual para o social, caracterizando-se tipos de cultura política, que eram classificados como: um tipo paroquial, que seria próprio às sociedades tradicionais; um tipo marcado pela sujeição dos cidadãos, característica dos estados autoritários; e, por fim, um tipo de ‘cultura cívica’, indicativo da existência de participação e caracterização das nações democráticas, como os EUA²²

Dessa forma é possível definir, baseado nos exemplos citados até aqui: coronel Francisco Santos, Justino Luz, Oscar Eulálio, Severo Eulálio, Helvídio Nunes de Barros, Picos como uma cidade de cultura política civilista, ou seja, feita por civis, sem a ocorrência de luta armada. O coronelismo acontecia mais pela força do poder econômico do que pelo uso de armas. O paternalismo também era uma característica forte, com líderes que usavam a força do seu capital, ou do seu intelecto, e a possibilidade de oferecer troca de favores, para angariar o apoio das massas. Note-se que os nomes citados compreendem mais de três décadas, quando o país passou por golpes e contragolpes, mas a forma de fazer política não se modificou muito, sendo que determinadas práticas foram se perpetuando entre líderes e liderados.

[...]uma cultura política era entendida como “um conjunto de orientações” - abarcando crenças, valores e sentimentos -, que atuava sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos. O acesso à democracia e a estabilidade posterior dos regimes democráticos estariam

²² BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊIA, Maria de Fátima S (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 27.

articulados, necessariamente, ao estabelecimento de uma cultura cívica democrática²³.

Os depoimentos daqueles que participaram da disputa eleitoral de 1966, tanto pelo lado do vencedor, como pelo derrotado, são ricos em detalhes sobre comícios, visitas às residências, contagens dos votos e a comemoração pelas ruas. É particularmente interessante como alguns grupos conseguem rememorar de forma tão precisa acontecimentos que se perdem nas mentes de outros. Para Ecléa Bósi, a memória tem particularmente a ver com o grupo social, ou o contexto social em que o idoso estava inserido:

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo²⁴.

Mesmo que em determinados momentos das entrevistas as memórias dos depoentes tenham se perdido quanto a datas, a capacidade de lembrar fatos e armazenar informações significativas é marcante, sendo essa uma forma de acentuar a sua participação em momentos importantes para as vidas de muitos. Uma vez não desempenhando mais aquela função de destaque na sociedade, ficando de certa forma à margem dos acontecimentos, cabe ao idoso ser o repositório da memória coletiva, social, elucidando fatos que poderiam ficar esquecidos. Mesmo sendo a memória seletiva e retendo apenas aquilo que de certa forma lhe interessa²⁵, ainda assim, cabe defender a História Oral e a exploração da memória como uma importante fonte de estudos a ser analisada. Durante uma entrevista temática, o idoso, e referindo-se aqueles que exerceram funções de liderança na sociedade, pode reviver a importância que um dia desempenhou. Pode-se imaginar o prejuízo cultural que seria não registrar esses depoimentos que discorrem sobre momentos interessantes e que carecem da elucidação que, muitas vezes, os documentos não podem oferecer.

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: nesse momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade²⁶.

Em seus relatos Oscar Eulálio lembra que regressou da Bahia formado em medicina, e ao chegar a Picos passou a atender não apenas mediante remuneração, mas

²³ Idem, p. 28.

²⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.54.

²⁵ POLLACK, Michel. *Memória e Identidade*. *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 02, n. 3, p. 3-13, 1989.

²⁶ BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 65.

“solidariamente”, assegurando assim a simpatia da população, que não apenas lhe daria a Prefeitura Municipal, como três mandatos consecutivos para a Assembleia Legislativa do Piauí²⁷. Em seu depoimento concedido para esse trabalho, ele explica porque optou pelo MDB, que era o partido da oposição:

Nós aqui, pertencendo a uma família, achávamos que deveríamos ter a nossa independência, tanto moral como política, e naquela época, era alguma coisa no meio social, quem tivesse uma formação política, ou a favor, ou contra o Governo, e eu pertencia ao Movimento Democrático Brasileiro, e como filho da terra que vinha lutando na política e como jovem, ao lado do povo, orientando amigos para engrossar as fileiras do nosso partido²⁸.

Portanto, o fazer público, participar ativamente das decisões públicas se mostrava algo que poderia ir além do simples ato de ganhar dinheiro, mas deixar o seu legado, e evidenciar para a população a postura de uma família e grupo de homens diante de uma determinada conjuntura, ainda que desfavorável, como filiar-se ao partido que fazia oposição, era considerado algo digno. Percebe-se aí um pouco de orgulho pessoal. Dessa forma, a cultura política na cidade de Picos se manteria caracterizada pela participação familiar. Dessa forma, havia a constante disputa por parte de uma família, contra outra, contra a tentativa de estabelecimento daquilo que Chartier chama de hegemonia de uma “dinastia”²⁹. Em Picos, conforme estudado, havia mais de uma.

Após observar e acompanhar os processos eleitorais anteriores, Oscar Eulálio descreve sua indicação para o cargo da seguinte forma:

E fomos realmente candidatos a prefeito de nossa cidade de Picos, por escolha dos próprios partidos velhos e dos políticos velhos, e então, naquela época, houve uma coligação, e nessa coligação foi o meu nome escolhido para prefeito municipal de Picos. Para lhe ser sincero, uma eleição de voto livre, independente, em que todo mundo usava o poder da sua força de consciência, nós fomos eleitos por uma maioria de 104 votos de maioria contra o candidato que era apresentado pelo Governo³⁰.

Oscar Eulálio mostra fé na lisura do processo eleitoral que o conduziu a Prefeitura Municipal de Picos. Quando indagado, por exemplo, sobre quem seriam os principais nomes que o apoiavam nessa empreitada, ele diz que eram homens “independentes financeiramente”,

²⁷ Oscar Eulálio foi eleito deputado estadual por três mandatos consecutivos: (1970-1974), (1974-1978) e (1978-1982). Para mais informações ver: BRANDÃO, Wilson. Op. cit.

²⁸ EULÁLIO, Oscar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

²⁹ Ver: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

³⁰ EULÁLIO, Oscar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011

talvez tentando evidenciar a distância dos favores do Estado. O ex-prefeito acredita na forma lícita como a política era conduzida em sua época:

Quando existia de uma maneira normal, em que o voto era livre, e escolhido pelo próprio povo, esses candidatos numa idade, não digo uma idade velha, mas uma idade madura de cidadãos de 60 e 55 anos, escolhiam os candidatos, e ali se partia para uma política consciente, sadia, sem pressão, sem oprimir a quem quer que seja, apenas que todo mundo usasse da sua livre consciência³¹.

O depoimento de Oscar Eulálio se mostra ainda mais interessante uma vez que este fala em liberdade, em uma época em que o país vivia sob a égide de um regime militar, quando, como afirma Kucinski as liberdades individuais foram tolhidas. Mas pelos depoimentos colhidos para esse trabalho, era como se a influência da ditadura militar tivesse sido pequena na cidade. Deve-se notar que o depoimento de Oscar Eulálio não é de todo incoerente, pois enquanto a instabilidade se manteria nas esferas mais elevadas de poder, em Picos, os processos de escolhas eleitorais começaram em 1948 e não mais sofreram interrupções, havendo pleitos consecutivos para a escolha de prefeito e vereadores. Mas acentuar-se a “liberdade” é como uma tentativa consciente ou inconsciente de construir o passado, aquilo que Roger Chartier define como representação:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza³².

Tal observação não deve ser válida apenas para o depoimento de Oscar Eulálio, mas para todos os que contribuíram para este trabalho com entrevistas, especialmente os que exerceram cargos públicos, uma vez que interessava a muitos destes a forma como passariam a ser lembrados nessa “escrita da história”, para usar um conceito de Chartier. Os discursos podem ter sido construídos ao longo dessas entrevistas, mas utilizando de um pensamento thompsoniano, existe a possibilidade de análise das fontes, que em nenhum momento foram recebidas como verdades absolutas³³.

Vale ressaltar que, embora esse trabalho se ampare especialmente na História Oral e Memória, não se despreza os documentos existentes da época, seguindo mais uma vez a

³¹ Idem.

³² CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.17.

³³ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

perspectiva Thompsoniana. Independente de como o processo eleitoral entre Oscar Eulálio e Barros Araújo aconteceu, a vitória do médico *Mdbista* representou um marco para a história política da cidade de Picos, e em grande medida fruto também do empenho por parte de seus militantes, dentre eles Erasmo Albano e José Ribamar Macêdo que participaram ativamente da campanha, o primeiro como candidato a vereador, o segundo como apoiador. A comemoração pela inesperada vitória também é algo que permanece na memória coletiva das pessoas que vivenciaram e acompanharam aquele pleito.

Rapaz foi grande, logo foi uma apuração, e naquela época a apuração era voto a voto, urna a urna, na época quando abriam uma urna o candidato deles, que era Barros Araújo passava a frente, quando abriam uma urna, Oscar Eulálio passava a frente, para melhor lhe dizer, no último dia de apuração agente já estava desiludido que estava perdida a eleição, agente já estava mesmo achando que estava perdida a eleição, aí quando abriram uma urna explodiu a maioria de Dr. Oscar, passou para duzentos e tantos, aí abriram outra urna e Barros Araújo tirou a diferença, mas que ficou com 104 votos³⁴.

José Ribamar relatou ainda a tensão dos sete dias de apuração, uma verdadeira frente de batalha, com os fiscais dos partidos de olho nos acontecimentos. Recorda que este era um processo com lisura na apuração dos votos, com a imparcialidade dos juízes, vindo em seguida a comemoração:

Nós saímos as ruas, a meia noite, com Oscar Eulálio e Chico de Julio nos braços, uma multidão imensa, andamos de canto a canto da cidade. Os adversários eu acho que fugiram da cidade. E eu ainda tenho o governo de Oscar Eulálio na galeria dos melhores prefeitos da cidade, porque ele fez várias construções, calçou ruas, no interior, e ficou três anos e seis meses e renunciou para ser candidato a deputado estadual.

Cabe aqui destacar que apenas o processo de apuração dos votos já resultava em um trabalho científico a parte, nas palavras do jornalista Tião Viana constituindo-se em um “verdadeira frente de batalha”, com um grupo de militantes acompanhando a uma certa distância os locais onde os escrutinadores ficavam. Nas proximidades destes podiam ficar apenas os candidatos e um reduzido número de fiscais autorizados pelo juiz eleitoral. Para entender melhor esse processo foi necessária a realização de pelo menos uma entrevista com alguém que tenha participado das apurações. A indicação recaiu sobre o nome da professora Maria Nunes Maia, conhecida por Remédios Maia, que embora frise não se lembrar por qual período participou, declarou ter sido escrutinadora nas eleições de Justino Luz, Oscar Eulálio, Barros Araújo e José Nunes de Barros. Se considerarmos que ela se refere a última eleição de

³⁴ MACEDO, José Ribamar de. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

Justino Luz (1958) até a última vez que trabalhou nesse processo, José Nunes (1972), pode-se concluir que ela trabalhou por um período de 14 anos. Ela recorda que em algumas situações havia problemas para identificar números, uma vez que o voto era manual e em cédulas de papel, mas alega não sofrer influência dos políticos e fiscais eleitorais que acompanhavam. Não raramente há declarações de sumiço de urnas, mas ela diz que isso não acontecia, pois havia escolta policial para as urnas que vinham do interior, informação questionada em conversas informais por outras pessoas que desempenhavam funções semelhantes. Já quanto à pressão que os escrutinadores sofriam, José Eulálio Martins, disse que essa acontecia, e relatou histórias de políticos que encostavam ao pé do ouvido dos escrutinadores e sopravam ordens sobre como proceder com a contagem de votos³⁵.

Mas, concluídas as apurações, Oscar Eulálio venceu, e não teria uma administração fácil, contando com a minoria na Câmara Municipal, apenas quatro vereadores. Junto com ele foram empossados no dia 31 de janeiro de 1967 os seguintes vereadores:

Absolon de Deus Nunes (ARENA)
 João José Batista (ARENA)
 Francisca Cintra da Silva (ARENA)
 Waldemar Rodrigues de Sousa Martins (MDB)
 Eurípedes Borges Leal (ARENA)
 Pedro Leal de Oliveira (ARENA)
 Erasmo Leopoldo Albano (MDB)
 Helvídio Josino de Araújo (MDB)
 Maria Inês Militão Rufino (MDB)³⁶.

Dessa forma, Oscar Eulálio governaria contra uma Câmara Municipal majoritariamente oposicionista. Mesmo não conseguindo lograr êxito nas eleições, o grupo liderado por Helvídio Nunes, que teve como cabeça de chapa o advogado e professor Antônio de Barros Araújo, mais conhecido por todos como “professor Barros Araújo”, conseguiu fazer cinco dos nove vereadores que compunham o Poder Legislativo de então. Dessa forma, a nova gestão passaria a sofrer pressão por parte dos oposicionistas. O senhor Helvídio Josino de Araújo, cujo nome está citado acima como um dos vereadores eleitos pelo MDB, se mostra um habilidoso arquivista e expôs alguns dos documentos que tem devidamente guardados em uma pasta. O prefeito sofreria uma natural pressão por parte da Câmara Municipal, mas conseguiria sair-se desses momentos difíceis:

Dr. Oscar tinha minoria, mas não resultou em problemas porque Dr. Oscar era um sujeito que tinha um poder de liderança, de convencimento, que ele

³⁵ Eulálio, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

³⁶ LAVOR, Osvaldo. *Poesias & Políticos*. 2º Edição, 2006.

não tinha muita dificuldade, em alguns projetos havia dificuldade, mas ele tinha um poder de convencimento que sabia convencer a cidade³⁷.

Ao que parece houve mudança nas relações da Câmara Municipal com o Poder Executivo, que teria passado a fazer oposição à administração, contando com o apoio do governador do Piauí, Helvídio Nunes, que orientava a bancada da ARENA enquanto o MDB recebia a orientação ideológica de Severo Eulálio. Ou, pelo menos essa foi a representação, utilizando mais uma vez Chartier, sobre a Câmara Municipal que ficou na memória de uma parcela significativa de políticos, de um poder que revelava-se sem influência alguma, e, em dado momento passou a ser palco de personagens que cobravam e pressionavam o chefe político da cidade

Tinha muita disputa na Câmara, logo naquela época eles eram os adversários, Helvídio Nunes era o governador da ARENA, e Oscar do MDB, nós tínhamos minoria na Câmara, massacraram muito Dr. Oscar, nos projetos dele, botavam muita dificuldade. Naquele tempo não vinha essas verbas que nem hoje³⁸.

Mesmo alegando não gostar de usar a tribuna Erasmo Albano afirma que em muitas ocasiões era preciso se manifestar para defender a administração, como o vereador governista que era. Sentia-se ainda em dívida com os “chefes-políticos” uma vez que estes haviam ajudado a bancar a sua eleição para a Câmara Municipal de Picos. A fidelidade para com as lideranças, e a necessidade de quitar essa dívida parecem ser uma constante das relações políticas picosenses, relações, que segundo Ângela de Castro Gomes ultrapassam a política institucional³⁹

Oscar Eulálio governou o município de Picos por 3 anos e 06 meses e ao final desse período renunciou para disputar as eleições para a Assembleia Estadual, e para honrar um compromisso que havia realizado com o seu vice, Chico de Julio, que administrou Picos pelos seis meses seguintes até fazer a transmissão do cargo. Seu grupo não conseguiu fazer o sucessor.

O detalhe interessante desse período, e que não poderia deixar de ser registrado aqui, trata-se da cassação dos direitos políticos do prefeito Chico de Julio. Isso aconteceu após o término do seu mandato político. Quem relata o ocorrido é Erasmo Albano:

³⁷ MACEDO, José Ribamar de. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

³⁸ ALBANO, Erasmo Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In.: ABREU, Martha SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Eu ainda fui a Polícia Federal. Foi o seguinte: faltando três dias, porque Dr. Oscar se afastou para concorrer a deputado estadual, e quem assumiu foi Chico de Julio. Então eu estava sentado às 7h00 lá na porta de casa, quando chegaram dois amigos meus, Waldemar Rodrigues e Helvídio de Josino: ‘vamos lá na Prefeitura que vai ter uma votação, chegou um dinheiro aí, e se a Câmara não aprovar esse dinheiro volta’. Aí eu disse: ‘vou não, quero é que termine o mandato’. Aí chegou o tesoureiro da prefeitura dizendo: ‘rapaz vai vestir o palito que a prefeitura vai dar, naquele tempo era cruzeiro, Cr\$ 500 mil a cada vereador, para votar’, e eu disse: ‘vou não, não vou de jeito nenhum’. Aí o tempo passou, eles aprovaram, fizeram festa. Nesse tempo não tinha telefone, fax, não tinha nada, era tudo na base do telegrama, eu tava viajando para Canto do Buriti, eu fazia frete para Canto do Buriti e Jaicós. Eu cheguei em casa e estava um telegrama para comparecer a Polícia Federal. E a Polícia Federal já tinha andado aqui, chamou todos os vereadores, inclusive a mim, né?! Aí eu cheguei lá, o delegado da Polícia Federal olhou o livro de atas, de presença, e não constava meu nome, aí disse: ‘oxente, o senhor não compareceu a sessão não?’ Eu disse que não, então o senhor está despachado. Eu sabia que esse dinheiro não ia ser aplicado, faltando três dias para entregar a prefeitura. Aí eles ligaram o gravador, e perguntaram: ‘qual o carro que o senhor veio?’, eu disse: ‘não, eu vim de ônibus’. ‘Você tem a passagem?, “tenho”, ‘e porque o senhor não compareceu a reunião?’ Faltavam três dias para terminar meu mandato, eu nunca tinha perdido uma sessão ordinária, não tenho falta lá na Câmara, então achei por bem faltar, se era uma sessão extraordinária. Como eu ia me prejudicar se eu não votei, não compareci, então ficou por isso mesmo. Aí eles me perguntaram: ‘vou fazer uma pergunta aqui e não quero que o senhor negue não, é verdade que os vereadores receberam Cr\$ 500 mil?’ Eu disse: ‘receberam, fizeram festa’, pois vai pra cadeia todo mundo. Eu disse: ‘não vai não, quem vai sou eu aqui’⁴⁰.

Erasmio Albano declarou que não teve remorsos em delatar os antigos colegas de Câmara, mesmo do seu partido, o MDB. Ele alegou saber que o assunto não renderia, uma vez que Helvídio Nunes ainda era o Governador do Piauí, no entanto, sobrou para Chico de Julio, o único cujos direitos políticos foram cassados. “Quando ele saiu, cassaram os direitos políticos dele por dez anos, depois de o mandato já ter terminado”⁴¹. Baseado nos relatos, esse teria sido o único momento em que o Governo Federal teria intervindo diretamente na política local, a professora Olívia Rufino acredita que não havia maior intervenção pelo fato de Picos “não ser tão importante” para os representantes das esferas federais⁴². Se entendêssemos que a democracia se limita ao ato de escolher seus representantes através do voto, se fosse só isso, então Picos foi um recanto democrático com as eleições se seguindo subsequentemente. Destaca-se ainda que a cassação dos direitos políticos de Chico de Julio não aconteceu por motivos mais nobres, como perturbar a paz de um regime opressor, mas sob a acusação de

⁴⁰ ALBANO, Erasmio Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

⁴¹ Idem.

⁴² RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

corrupção. Vale ressaltar que os militares haviam assumido essa prerrogativa de guardiões da moralidade, e cassavam mandatos de políticos, muitas vezes em exercício, sob a alegação de que os mesmos haviam perpetrado atos de corrupção⁴³.

Quanto às eleições de 1970, estas foram disputadas pelo médico Warton Santos (MDB) contra o advogado e professor Antônio Barros Araújo (ARENA). A vitória de Barros Araújo representou a volta do antigo grupo da UDN ao poder, depois de um breve período na oposição, frisando que este seria um mandato tampão, de apenas dois anos⁴⁴. As eleições de 1970 representaram a entrada em cena do hoje deputado estadual Warton Santos, neto do antigo coronel Francisco Santos⁴⁵. Este jamais lograria êxito em uma disputa pela prefeitura de Picos. Em 1982, Warton Santos tentaria mais uma vez chegar a prefeitura, mas foi derrotado naquela ocasião por Abel de Barros Araújo, irmão do professor Barros Araújo. Uma breve análise do sobrenome mostra o poderio da família Barros nesse momento histórico. Warton Santos se mostraria mais feliz em nas eleições para a Assembleia Legislativa. A partir de 1986 ele renovaria seu mandato por sete vezes consecutivas.

Mas em 31 de janeiro de 1971 Antônio de Barros Araújo (ARENA) assumiria a prefeitura tendo por vice-prefeita Teresa Leda Luz Costa (ARENA). A Câmara Municipal passou a contar com a seguinte composição:

Waldemar Rodrigues de Sousa Martins (MDB)
 Djalma Pereira Nunes (ARENA)
 Antônio José Pereira (MDB)
 Filandro Portela Neto (ARENA)
 Elizeu Ferreira Portela
 Pedro Leal de Oliveira (ARENA)
 Helvídio Josino de Araújo (MDB)
 Expedito Albano de Moura (ARENA)
 João José Batista (MDB)⁴⁶.

3.2 A continuidade de uma estratégia vitoriosa

Baseando-se no que vem sendo estudado, não havia um segredo para conseguir as vitórias nas urnas, pesavam sobremaneira a capacidade de realização dos “favores”, doações,

⁴³ Ver: GRIBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

⁴⁴ Buscando unificar as eleições para prefeito e deputado os militares estabeleceram um mandato tampão, entre 1970-1972.

⁴⁵ Para entender mais sobre o coronel Francisco Santos voltar a página 19 do primeiro capítulo desse trabalho.

⁴⁶ LAVÔR, Osvaldo. *Poesias & Políticos*. 2º Ed. Gráfica e Editora Brito, 2006. p. 43.

e assim angariar o apoio dos eleitores, conquistar-lhes os votos. Em um estado historicamente pobre, como é o Piauí, essa estratégia se mostraria poderosa para as conquistas eleitorais. Chama a atenção os inúmeros depoimentos sobre a importância nas retiradas de documentos civis pessoais: Certidão de Nascimento, RG, CPF e Título de Eleitor, algo considerado extremamente difícil nas décadas estudadas. O peso dessa ação se multiplicava quando se tratava de conseguir a aposentadoria para os idosos. Como não haviam muitos cargos públicos para concursados, a aposentadoria representaria a conquista de uma relativa estabilidade. Essa conquista resultaria em agradecimento para com aquele que havia auxiliado a pessoa idosa a conseguir essa remuneração oriunda do Estado brasileiro. Luís Rodrigues Coelho⁴⁷, sobrinho de Waldemar Rodrigues, conquistou seu primeiro emprego no ano de 1975, aos 23 anos, no FUNRURAL⁴⁸, e desde cedo trabalhou aposentando as pessoas idosas, ele não tem dúvidas que a sua eleição para vereador no ano 1982 se deveu sobremaneira a esse trabalho desempenhado em meados dos anos 1970.

Foi na área de aposentadoria Rural, no FUNRURAL, por isso que me conhecem mais como Luís do FUNRURAL, aposentando os velhos, passei 15 anos, seis meses e nove dias aposentando os velhos, aí o INSS encampou a área rural e nós ficamos soltos. Naquela época eu já trabalhava, já ajudava, já fazia em campanha pelo interior, naquele tempo tinha o juiz eleitoral que fazia os títulos nas comunidades, e tinha o fotógrafo que acompanhava para fazer as fotos e o eleitor não ter que vir a cidade⁴⁹.

Dessa forma, as chamadas elites políticas dispunham de mecanismos para conseguirem conquistar a simpatia e especialmente os votos dos eleitores. A vitória de Oscar Eulálio em 1966 não é um caso isolado, esse trabalho de atendimento gratuito da população mais necessitada continuaria a ser usado nas eleições subsequentes. As engrenagens dos partidos eram tão interessantes, que quando os políticos não podiam atender, eles dispunham de uma ampla gama de apoios, verdadeiros aliados, que faziam esse serviço gratuitamente. Esse é o caso do médico, clínico geral, Osvaldo Costa. Formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia, Osvaldo Costa⁵⁰, retornou a cidade de Picos, em 1968,

⁴⁷ Luís Rodrigues Coelho ingressou na vida pública em 1982 com sua eleição para vereador. Nesse mandato chegou a exercer o cargo de presidente da Câmara Municipal. Quando da redação desse trabalho ocupava a Secretaria de Serviços Públicos de Picos.

⁴⁸ FUNRURAL: Contribuição Social Rural. Ver: <http://www.felisbertocordova.adv.br>, publicado em 21/07/2010. Acessado em 03/04/2013.

⁴⁹ COELHO, Luís Rodrigues. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), maio de 2012.

⁵⁰ Osvaldo Costa é um ex-político picoense. Foi vereador de cinco mandatos e ocupou a vice-prefeitura de Picos entre 1988-1992, no primeiro mandato de José Neri de Sousa. Filho de comerciante ele se formou em medicina pela Universidade Federal da Bahia em 1968 quando retornou a Picos e começou a clinicar. Osvaldo Costa disputaria seu primeiro mandato apenas em 1988. Logo depois, em 1992, ingressaria na Câmara Municipal de

afirmando honrar um compromisso com os seus pais de voltar a cidade depois de concluir a graduação. Mesmo não ingressando na política de imediato, Osvaldo Costa, procurou os líderes da ARENA, na pessoa do então senador Helvídio Nunes de Barros. Por ser médico, em uma cidade do semiárido piauiense, oportunidades de emprego não faltariam:

O presidente da ARENA aqui era o Helvídio Nunes e eu tinha uma ligação muito grande, uma amizade muito grande. Para você ter uma ideia o Helvídio era governador do Estado, nessa época, e quando eu cheguei aqui (Picos) fui pra Teresina, falei diretamente com o Governador e já voltei a tarde com meu contrato do Estado, onde trabalhei por mais de 30 anos no Hospital Regional Justino Luz, naquela época era Hospital São Vicente⁵¹.

Ele demonstra uma gratidão incontida pela memória de Helvídio Nunes de Barros, sentindo-se em dívida para com o seu líder. Assim, este sujeito histórico e político colocou seus serviços em prol do partido. Os eleitores eram encaminhados através dos candidatos, recebendo a devida explicação do porque deveria realizar a cirurgia, e dessa forma procedia:

Como médico eu cheguei aqui operando as pessoas que os colegas dos partidos me pediam, e continuei fazendo. Operei para Abel, operei para Zé Nunes, todos do partido, eu trabalhava operando os clientes. Nunca cobrando. Eu passei aqui 30 anos trabalhando de graça, operando de graça, nunca cobre um atestado, fui vereador de cinco mandatos, e vice-prefeito de um mandato, e eu passei 29 anos, quase 30 operando e atendendo de graça o povo de Picos. Hoje, depois que eu deixei a política eu tenho ganhado muito mais. Se eu não tivesse entrado em política, hoje eu teria um hospital, uma clínica⁵².

O relato acima chega a se constituir em um desabafo, pois alegou que poderia ter ganhado mais caso não tivesse ingressado na política. Em 2008, Osvaldo Costa não conseguiu renovar seu mandato de vereador, obtendo na ocasião daquelas eleições apenas 400 votos, causando surpresa em parcela da população picoenses. A partir de então ele cessaria as consultas gratuitas, uma vez “que o povo não teria lhe correspondido mais”. Mesmo com o passar do tempo ele pode ser escolhido como a representação de todos os políticos mencionados até aqui, aqueles que atendiam as pessoas gratuitamente e esperavam a retribuição delas nas urnas, essa era a cultura política da população picoense, não era aquele de alguém que utiliza o Estado para beneficiar a coletividade. O reconhecimento viria para aqueles que beneficiavam as pessoas individualmente acentuando a realização de uma política

Picos, renovando o mandato até 2008, quando foi derrotado. Ele clinica e realiza cirurgias até hoje, embora não atenda mais gratuitamente como alegou fazer durante essa entrevista.

⁵¹ COSTA, Osvaldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

⁵² Idem.

paternalista e assistencialista. A própria ausência de uma sede, conforme relatado no capítulo 2, dá essa impressão de uma apropriação privada de ações que deveriam contar com a participação da coletividade.

A cultura política da cidade de Picos se mostraria lenta em suas transformações desde as eleições de 1948, pouca coisa parece ter mudado na forma de conquistar as esperadas vitórias eleitorais. Golpes e contragolpes aconteciam nacionalmente, e na política picoense se acentuavam a disputa eleitoral entre grupos familiares que se apossariam das legendas como se fossem estas uma propriedade pessoal.

3.3 Uma política elitista e excludente

Á guisa de conclusão deste trabalho cabe uma última análise, o perfil dos picoenses que chegaram à prefeitura de Picos entre 1966 e 1979. Oscar Eulálio (1966-MDB), médico; Antônio Barros Araújo (1970-ARENA), advogado; José Nunes de Barros (1972-ARENA), médico; Severo Maria Eulálio (1972-MDB), advogado; Waldemar Rodrigues (1979-MDB), comerciante. Frisa-se que Waldemar Rodrigues chegou à prefeitura apenas com a morte repentina de Severo Eulálio, uma vez que está fora do perfil dos demais prefeitos, estudados, com formação superior conseguida em grandes universidades, graças ao poderio financeiro de suas famílias. Tem-se a impressão de que ao voltarem a cidade formados, estavam automaticamente gabaritados a disputar os cargos públicos, especialmente a prefeitura. Dentre os graduados, apenas Zé Nunes não conseguiu chegar a cargos mais elevados nas esferas de poder. Ele disputaria a prefeitura municipal de Picos em duas outras ocasiões futuras, em 1982 e 1996. Em ambas sairia derrotado, fruto de uma natureza que foge ao perfil de um político comum, que entende como alguém que seja comunicador e simpático.

Outro fator que deve ser mencionado até aqui, é que Waldemar Rodrigues foi o único vereador do período que abrange 1948-1979, que chegou a prefeito, e ainda assim, nas condições trágicas já mencionadas. Em nenhuma outra ocasião um vereador disputou a prefeitura municipal da cidade, como se esta fosse exclusividade de quem possuía os sobrenomes tradicionais: Barros, Eulálio e Santos. E, durante o período do regime militar, frisa-se a questão clara da graduação em um curso superior, algo que elevava o cacife político de quem pretendia chefiar o município. Uma política caracterizada, portanto, pelo elitismo, quando alguns são considerados aptos a governar, por influências outras, como pertencer a uma família de elevado cacife eleitoral.

Assim, uma limitada classe de pessoas controlou a vida política de Picos, com sua cultura caracterizada pelo elitismo econômico e acadêmico, em contraste com aqueles que pareciam não gozar de tal prestígio. Era como se houvesse o interesse de manter a subserviência de algumas famílias para com os “chefes políticos”⁵³ constituindo assim em uma subclasse política.

Existe outro elemento, também na teoria de Mosca, que modifica seus rígidos contornos originais. Nos tempos modernos a elite não está apenas colocada bem acima do restante de uma sociedade; está intimamente ligada a sociedade através de uma subelite, um grupo bem maior que compreende, para todos os efeitos, toda a “nova classe média”, de funcionários públicos, gerentes e empregados de loja e escritório de cientistas e engenheiros, estudiosos e intelectuais⁵⁴.

Essa subclasse formada pelos vereadores que atuavam principalmente como cabos eleitorais dos políticos de maior influência junto à sociedade, aqueles que poderiam pleitear o cargo de prefeito. José Eulálio Martins, em seu revelador depoimento, enfatizou que no período estudado, o prefeito era uma espécie de senhor, com poderes amplos, para os quais todas as demandas corriam, a este caberia tomar desde as decisões mais simples, como pequenos conflitos de terra, até projetos maiores. O prefeito, portanto, teria atribuições que transcendiam aquilo que era determinado pela constituição, chegava a ser uma espécie de governador e juiz da cidade. Uma função cuja influência e reconhecimento parecia ser bem maior do que a atual.

Assim, baseando-se nas memórias, pôde ser representada parte importante da história política de Picos, no período que precedeu a formação do MDB e ARENA, e após a sua constituição, com poucas mudanças na sua forma de conquistar vitórias, mantendo-se tradicional, elitista, clientelista e paternalista. Muitos são os aspectos que poderão ser observados em trabalhos futuros, uma vez que esse tema não se esgotou, e assim como as estrelas no céu, mostra-se infinito e passível de análises acadêmicas futuras.

⁵³ Expressão usada mais de uma vez pelos entrevistados.

⁵⁴ BOTTOMORE, T.B. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro, Zahar: 1974. p.10.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho foi possível elucidar inúmeros fatos que caracterizam a política picoense, sabendo que as práticas adotadas hoje vêm sendo utilizadas há muito tempo pelos líderes que precederam os atuais. Picos possuía, portanto, uma política clientelista e elitista, amparada no paternalismo de seus líderes que utilizavam-se de pequenos favores para se perpetuar nas posições de mando junto a maioria, havendo em muitas ocasiões subserviência quanto aos “chefes políticos”⁵⁵, que por sua vez, estavam alçados a posições de mando, principalmente por pertencer a uma das três famílias tradicionais: Nunes de Barros, Eulálio e Santos.

Por se tratar de tema muito abrangente, correspondendo aos 19 anos do bipartidarismo em que o MDB e a ARENA dividiram a cena pública ainda há muito o que estudar, destacando que este assunto renderá pesquisas futuras. O curioso é que realmente não havia grandes, ou melhor, diretas intervenções do regime militar na cidade, as práticas políticas aconteciam, na maioria das vezes ignorando os fatos verificados nacionalmente. A vitória eleitoral de Oscar Eulálio, do MDB, em 1966, é uma prova disso. Também foi possível entender que a fidelidade às famílias estava acima da fidelidade aos partidos, as práticas políticas não mudaram com a instauração de um regime ditatorial no país, a compra de votos e a troca de favores se perpetuou, e ainda hoje muitos entendem isso como uma forma legítima de fazer política.

O presente trabalho poderá servir como um ponto de referência para que futuros acadêmicos possam se enveredar pela história política do município de Picos, a certeza de que ainda há muito o que ser estudado para que a história local venha à luz. Cabe aproveitar as presenças daqueles que fizeram a política no passado, entrevistando-os, na certeza de que as suas memórias em muito podem contribuir para um futuro mais claro e digno para todos que buscam o conhecimento como ponto referencial para as suas vidas.

⁵⁵ Expressão utilizada por alguns dos entrevistados para designar as lideranças políticas, dentre eles José Ribamar Macêdo.

REFERÊNCIAS

a) Fontes Oraís

ALBANO, Erasmo Leopoldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

ARAÚJO, Helvídio Josino. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

ARAÚJO, Maria Leopoldo Lelis de. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), julho de 2012.

BALDOÍNO, Inácio. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

COELHO, Luís Rodrigues. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), maio de 2012.

COSTA, Osvaldo. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

COSTA, Teresa Leda Luz. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

EULÁLIO, José. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

EULÁLIO, Oscar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

LEAL, Sebastião Antônio. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

LUZ, Sebastião. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

MACEDO, José Ribamar. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

MAIA, Nunes Maria. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), fevereiro de 2013.

REINALDO, Euvaldo Santos. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

ROCHA, Oneide. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), janeiro de 2013.

RUFINO, Olívia. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), outubro de 2011.

TERESA, Maria. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

URTIGA, Raimundo de Sá. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), agosto de 2012.

COELHO, Luís Rodrigues. *Depoimento concedido a Jailson Dias de Oliveira*. Picos (PI), maio de 2012. www.felisbertocordova.adv.br, publicado em 21/07/2010. Acessado em 03/04/2013.

www.gp1.com.br, notícia publicada em 15/03/2012. Acessado em 15/04/2012.

b) Fontes Escritas: Atas, Leis, Abaixo-assinados, Poesias, Projeto-Lei e Requerimentos

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 06/03/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.152. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 06/03/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.154. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 06/03/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.154. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 03/04/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.155. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 03/04/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.156. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA, DO 3º ANO DA QUINTA LEGISLATURA. Realizada no dia 03/04/1964. Picos-PI. LIVRO Nº 03: ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA, DE 02/10/1957 A 19/10/1965, p.156. Digitalizado em 2012, arquivo da Câmara Municipal de Picos.

c) Artigos, Dissertações, Livros e Monografias:

ABREU, Martha SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ÁIRES, Demetrio; Dias Jailson. *A comunicação dos líderes políticos entre as décadas de 1950 e 1970 na cidade de Picos*. UESPI, 2006.

ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (org.). *Picos nas anotações de Ozildo Albano*. Picos-PI: Gráfica e Editora Brito, 2011.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARAÚJO, Maria Celina D'; Soares, Gláucio Ary Dillon; Castro, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ARISTÓTELES. *Política*. 6. Ed. São Paulo: Edições de Ouro, 2011.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1994*. Dissertação de mestrado em Ciências Políticas, UNICAMP, 1999.

BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In. : Para uma história cultural. RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. Editorial Estampa: Lisboa, 1998, p. 349 – 363.

BICALHO, Maria Fernanda B. e GOUVÊIA, Maria de Fátima S (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar: 1974.

BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2.ed.,4.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2005.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24.nº.47, p.29-60, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USO: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: companhia das letras, 2009.

GASPARI, Elio. *Coleção Ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In.:

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras: 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

KRUEL, Kenard e SANTOS, Gervásio. *História do Piauí*. Teresina: Halley. Zodiaco, 2009.

KRUEL, Kenard. *Djalma Veloso: o político e sua época*. Halley S.A, Teresina: 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LAVÔR, Osvaldo. *Poesias & Políticos*. 2º Ed. Gráfica e Editora Brito, 2006,

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

MORAIS, Fernando. *OLGA: A vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo Governo Vargas*. 17º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2º Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NOBLAT, Ricardo. *O que é ser jornalista: memórias profissionais de Ricardo Noblat*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PASQUALI, Alberto. MDB em Ação nos Municípios.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade. *Revista de Estudos Históricos*. Vol. 02, n. 3, p. 3-13, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, Elízio Serafim. *Relatos e reminiscências: meu Piauí querido*. 2. Ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005

TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

VENTURA, Zuenir. *1968 O Ano Que Não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ANEXOS

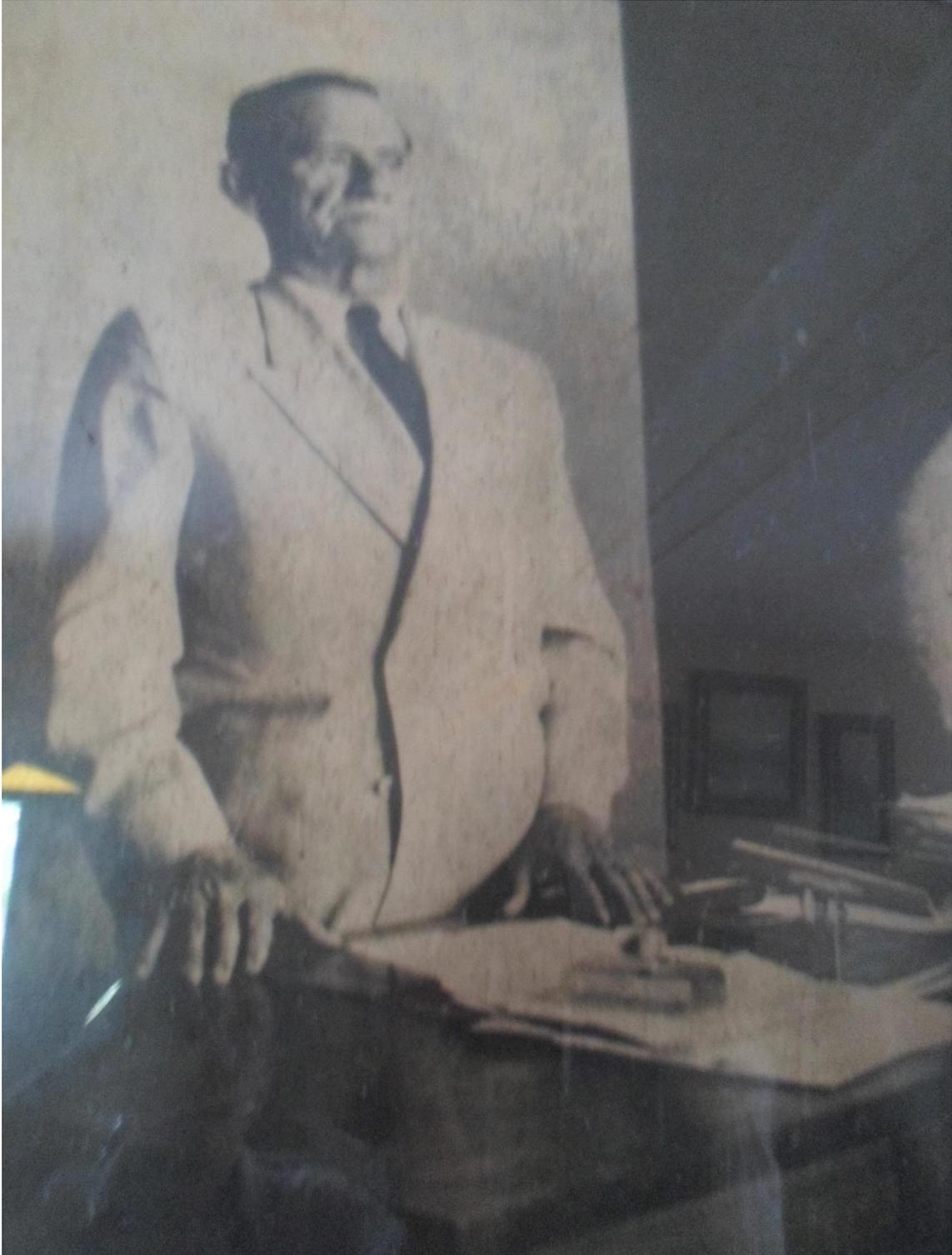


Foto de Justino Luz, ex-prefeito de Picos, no seu gabinete de trabalho. Segundo Leda Luz o pai dificilmente se deixava fotografar. “não gostava”. Essa é uma de suas poucas fotografias, e foi feita por Cristino Varão. Imagem: Cristino Varão/Arquivo da família.



Fotografia disponibilizada por Teresa Leda Luz Costa quando eleita vice-prefeita de Picos em 1970. Imagem: Arquivo da família.



Populares carregam o caixão de Justino Luz quando de sua morte em 1963. O caixão é transportado pela Avenida Getúlio Vargas.



Sepultamento de Justino Luz no cemitério São Pedro de Alcantara. Seu neto observa o caixão. Imagem: Arquivo da família.



Barros Araújo ao lado de Leda Luz quando da vitória eleitoral de 1970. Era um costume para os vencedores da eleição realizarem uma passeata pela cidade. Imagem: Arquivo da família.



Um dos comícios que levaria Barros Araújo a prefeitura e Leda Luz a vice-prefeitura.
Imagem: Arquivo da Família.



Ao lado do professor Inácio Baldoíno após a entrevista realizada em sua residência em agosto de 2012.



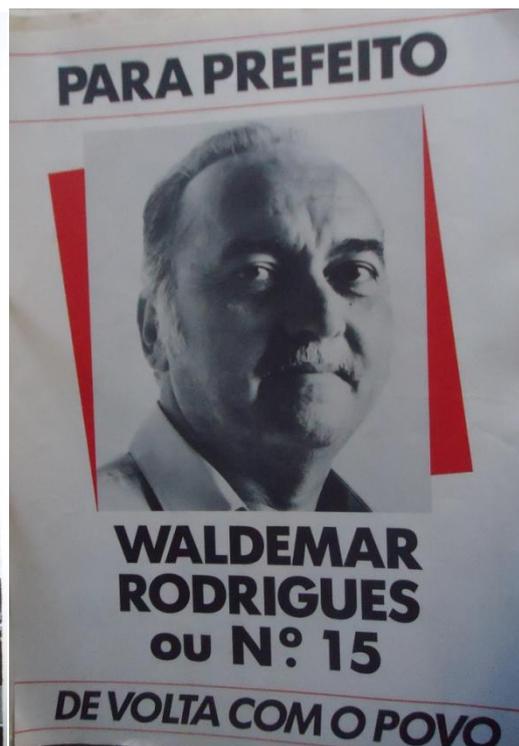
Ao lado de Sebastião Antônio Leal e esposa quando da entrevista realizada em 2012.



Ao lado de Teresa Leda Luz Costa após entrevista realizada em agosto 2012.



Severo Maria Eulálio.



Waldear Rodrigues, ex-prefeito de Picos.